

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



William de Araujo Rezende

www.sexualidade.com

Cartografias da sexualidade contemporânea

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do curso de pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia Clínica da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Monah Winograd

Rio de Janeiro

Março de 2014



William de Araujo Rezende

www.sexualidade.com
Cartografias da sexualidade contemporânea

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Monah Winograd

Orientadora

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Daniela Romão Barbutto Dias

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof. Henrique Antoun

Escola de Comunicação - UFRJ

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 17 de março de 2014.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

William de Araujo Rezende

Graduou-se em Psicologia na FAMATh (Faculdade Integradas Maria Thereza) em 2011. Pesquisa a sexualidade contemporânea através do método cartográfico sob a perspectiva e referenciais teóricos de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Wilhelm Reich. Atua na área de ensino.

Ficha Catalográfica

Rezende, William

www.sexualidade.com : cartografias da sexualidade contemporânea / William Rezende ; orientadora: Monah Winograd. – 2014.

112 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2014.

CDD: 150

Para aqueles cuja sexualidade foi motivo de opressão, coerção e submissão aos moldes identitários dominantes, na esperança de que, um dia, o respeito à alteridade prevaleça à identidade.

Agradecimentos

À minha orientadora, Prof^ª. Monah Winograd, pelas provocações que tanto me fizeram refletir, pela confiança investida e pela segurança que me passou nos momentos difíceis.

Ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) da CAPES e à PUC-Rio, por todo suporte e auxílio concedidos, sem os quais este trabalho jamais existiria.

À minha amada esposa, Nayane Caldeira Rezende, pela compreensão e paciência, pelo incentivo e perseverança compartilhados.

Aos professores da banca examinadora, Prof^º. Henrique Antoun e Daniela Romão Barbuto Dias, que enriqueceram o trabalho com suas contribuições e incentivaram seu posterior desdobramento.

À minha amiga, Fabiane Pinto, pela sincera amizade e pela solidariedade nos momentos difíceis.

A todos os professores e funcionários do programa de pós-graduação da PUC-Rio pelos ensinamentos e serviços prestados.

A todos aqueles que de alguma forma me ajudaram e que não foi possível agradecer aqui nominalmente.

Resumo

Rezende, William; Winograd, Monah (Orientadora). **www.sexualidade.com – Cartografias da sexualidade contemporânea**. Rio de Janeiro, 2014. 112p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esse trabalho pretende investigar o agenciamento contemporâneo da sexualidade e a Internet. Essa articulação se conjuga na acepção do cibersexo, a qual se pretende analisar segundo uma perspectiva arqueológica e cartográfica de autores como Foucault, Deleuze e Guattari. Esse estudo busca evidenciar, a partir da análise dos enunciados, dos discursos acerca do cibersexo, suas condições de emergência, sua dinâmica e mecanismos de funcionamento, bem como situá-lo em relação às dimensões política e econômica da sociedade na atualidade.

Palavras-chave

Cibersexo; cartografia; agenciamento; sexualidade; Internet.

Abstract

Rezende, William; Winograd, Monah (Adviser). **www.sexuality.com – Cartographies of contemporary sexuality**. Rio de Janeiro, 2014. 112p. MSc. Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work aims to investigate the contemporary assemblage of sexuality and the Internet. This articulation is combined within the meaning of cybersex, which is intended to analyze according to a cartographic and archaeological perspective of authors such as Foucault, Deleuze and Guattari. This study seeks to demonstrate, through the analysis of statements, speeches about cybersex, its emergency conditions, dynamics and mechanisms of operation, and situate it in relation to the political and economic dimensions of contemporary society.

Keywords

Cybersex; cartography; assemblage; sexuality; Internet.

Sumário

1. Introdução	11
2. O que é a sexualidade?	13
2.1. Desnaturalizando a noção de sexualidade	16
2.2. A sexualidade como agenciamento	31
2.3. Sexualidade e Internet, a emergência de um novo agenciamento: o cibersexo.	36
3. A problemática do cibersexo: do contexto de emergência à semiótica de regulação	41
3.1. Cibersexo: Condições de emergência, contingências de exteriorização	43
3.2. A semiótica do cibersexo	56
4. Cartografia do cibersexo: a produção científica e a dimensão molar	72
4.1. O sistema de coordenadas cartográficas	74
4.2. Cibersexo: cartografia da territorialidade molar	84
5. Conclusão	96
6. Referências Bibliográficas	100

Lista de figuras

Figura 1 – Gráfico comparativo de pesquisa de interesse do brasileiro por sexo e emprego.	38
Figura 2 – Eixo y de coordenadas da cartografia.	75
Figura 3 – Esboço da cartografia da sexualidade: Divisão da territorialidade segundo sua consistência.	76
Figura 4 - Esboço da cartografia da sexualidade: Linhas de desterritorialização.	79
Figura 5 – Eixo x de coordenadas da cartografia.	81
Figura 6 – Gráfico formado pelas coordenadas cartográficas x e y.	82
Figura 7 – Exemplo de esboço de cartografia de uma casa.	82
Figura 8 – Cartografia do 1º tempo do cibersexo: irrupção.	84
Figura 9 – Cartografia do 2º tempo do cibersexo: propedêutica.	86
Figura 10 – Cartografia do 3º tempo do cibersexo: consolidação da arquitetura molar.	90
Figura 11 – Cartografia do atravessamento econômico no agenciamento do cibersexo.	94

Escrever nada tem a ver com significar, mas com
agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda
por vir.

Deleuze e Guattari. *Mil Platôs, Vol.1.*

1. Introdução

Novas tecnologias possuem um grande potencial de transformação política e social. Elas ressignificam nosso campo semântico, criam novas práticas, induzem novos comportamentos, enfim, impactam em nossa cultura. As apropriações singulares dessas tecnologias criam novas problemáticas, põem em questão a dimensão instituída da sociedade, operam deslocamentos. A Internet figura na contemporaneidade como uma das mais importantes inovações tecnológicas dos últimos séculos, reconfigurando vários aspectos da sociedade, impactando diretamente na subjetividade humana. Por conseguinte, é razoável considerar que ela transforma também o campo que desde o século XIX (Foucault, 1984/2009) consentimos em denominar de sexualidade. Porém, que transformações ela opera? Que deslocamentos acontecem? Que efeitos decorrem dessa conjunção entre Internet e sexualidade?

Uma breve revisão de literatura já nos aponta uma direção: um novo fenômeno parece emergir da articulação entre Internet e sexualidade. Uma série de enunciados passa não apenas a mencioná-lo, a citá-lo, mas a escarafunchá-lo. A ele não são reservadas breves notas de rodapé, inexpressivas citações e referências, mas livros inteiros, artigos, pesquisas, reportagens. Todo um campo discursivo expõe e se ocupa desse fenômeno. Na constrição dos termos dos quais ele deriva, o batizaram de cibersexo, como a conjunção do sexo e das tecnologias cibernéticas.

Uma inquietude com a forma de enunciação desses discursos, com a posição dos sujeitos que a faziam e com os efeitos materiais e subjetivos que ela produzia nos conduziu ao nosso objetivo. Algumas questões se colocavam de forma evidente: que mecânica esses discursos acerca do cibersexo opera? Que efeitos ela produz? Que processos de subjetivação efetua? Com quais propósitos é posta a funcionar? Enfim, essas interrogações nortearam nosso objetivo: traçar uma cartografia dos discursos acerca do cibersexo a fim de delinear o panorama de sua atualidade. Buscamos entender sua dinâmica de funcionamento, as articulações que exerce com os campos do saber, como se situa no âmbito social

(político, econômico, etc.). Para isso, é necessário recuar um pouco, delimitar uma estratégia, traçar um percurso.

No primeiro capítulo pretendemos discutir o conceito de sexualidade, interrogar sua imediata ontologia para analisar o campo de forças no qual se insere, avaliar as estratégias políticas que orbitam em torno dela. Depois, apresentaremos uma proposta para a noção de sexualidade mais profícua e coerente com o propósito deste trabalho, a noção de sexualidade enquanto agenciamento, composição de linhas heterogêneas. E, a seguir encetaremos a discussão de sua relação com as novas tecnologias, especialmente a Internet e como ela precipita na forma de cibersexo.

No segundo capítulo, pretendemos analisar as condições de emergência desse fenômeno batizado de cibersexo, compreender as contingências que o permitiram surgir na cena social, a partir de uma análise arqueológica (Foucault 1969/2012) dos enunciados que versam sobre ele. Depois, intentamos analisar o campo discursivo erigido em volta do cibersexo, delineando a dimensão semântica na qual será inserido.

No terceiro e último capítulo, nos propomos a traçar a cartografia do cibersexo (Deleuze e Guattari, 1995a) nos termos de sua dimensão material e semiótica a fim de produzir um mapa para a compreensão de sua dinâmica. A proposta é analisar suas linhas de composição, seus vetores de força para fornecer uma percepção do cibersexo em sua atualidade e sob quais influências do âmbito social ele se encontra.

Enfim, encerramos com uma breve recapitulação e apresentamos algumas conclusões às quais nossa cartografia do cibersexo nos conduziu.

2. O que é a sexualidade?

Quando se interroga sobre o que é a sexualidade, frequentemente se depara com certa dificuldade conceitual, mas também com uma naturalidade que parece permear todas as respostas. Apesar de não se saber com clareza do que se trata, tem-se a impressão de que se compartilha dum ideário comum que autoriza a falta de rigor em sua definição. É como se todos soubessem com clareza do que se trata, apesar de ninguém poder definir com precisão o que é. Decorrem disso perniciosos sofismas que erigem e sustentam uma ontologia da sexualidade. Procede-se como se esta pudesse ser isolada em cada sujeito e, após minucioso exame de frequência da ocorrência de certas características e comportamentos aliado a uma certa sintomatologia, pudesse se definir as fronteiras da sexualidade. Abstraem-se tais fronteiras na forma de um objeto constante e atribuem-se a ele algumas qualidades, associando-o às áreas de saber que dele se apropriam. Depois de escamoteado o processo sócio-histórico que serviu de pano de fundo a tal construção, após obscurecer as condições de emergência daquele objeto e as exigências às quais ele é posto a servir, reifica-se e naturaliza-se o objeto. Em sua gênese, não aparecem, as superfícies primeiras de sua emergência (Foucault, 1969/2012), *i.e.*, o lugar e o tempo em que aparece inicialmente - o tipo de sociedade, as normas e valores que evocam no objeto o cumprimento de uma função social. “Não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época” (Foucault, 1969/2012, p.54), nos adverte Foucault. Não somente por uma condição repressiva que se materializa no campo do discurso na forma de silêncio, mas também (e talvez principalmente) por uma exigência complexa formada pelas relações estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais que dita sobre o quê se deve/pode discorrer num determinado período histórico. Assim, não são manifestos, portanto, a “data” e o “local” de nascimento desse objeto que conhecemos por sexualidade, e, portanto, temos a sensação de que ele sempre existiu nos termos que o conhecemos, como se o que chamamos de sexualidade atualmente estivesse presente desde que nos constituímos humanos. Tal omissão das superfícies primeiras de sua emergência instaura um absentismo sócio-histórico nas análises posteriores do objeto, como também naquelas que o tomam como ponto de partida, como *a priori* estabelecido. A consequência mais nefasta

disso reside em ser reconduzido por tal absentismo sócio-histórico à agnosia das influências contemporâneas na sustentação do objeto. Desconsiderar as coordenadas sócio-históricas, as superfícies primeiras de emergência do objeto, induzem a uma visão míope, incapaz de atualizar a leitura das influências que o perpetuam. Da mesma forma que não se fala de qualquer coisa em qualquer época, não se continua a falar de alguma coisa sem algum motivo. Se considerarmos que há um processo sócio-histórico que possibilitou a emergência do objeto sexualidade, é preciso considerar também que há um processo sócio-histórico que o permite se perpetuar, que o sustenta na atualidade. Na gênese da construção social do conceito de sexualidade persiste a razão pela qual ela se perpetua. É preciso, portanto, situá-la não somente quanto às superfícies de sua emergência, mas quanto às superfícies de sua persistência. Certamente as instituições, os processos econômicos e sociais que permearam a construção dos discursos sobre a sexualidade no século XIX não são os mesmos que atualmente a atravessam. Considerar essa dimensão de afetação, esses atravessamentos, enfim as coordenadas sócio-históricas com as quais a sexualidade é posta em relação, torna-se pertinente, portanto, para a conceituação que pretendemos empreender.

Mas na gênese da noção de sexualidade também não se revelam as instâncias de delimitação (Foucault, 1969/2012), ou seja, as instituições que, respondendo a um contexto sócio-histórico, delimitaram as fronteiras do objeto, protagonizando sua construção. Ora, ao erigirem-no, elas também se apropriaram dele, tornando-o parte de seu domínio e, portanto, sujeito aos seus atravessamentos. Ao corresponder à demanda do contexto sócio-histórico que propiciou a emergência desse objeto, essas instituições cobram o preço do estatuto de verdade sobre ele. Não é qualquer um que pode falar de qualquer lugar, e é precisamente tal especificação que define a veracidade do que se diz. O que se diz precisa estar em profunda conexão com os ditames institucionais para atingir a qualidade de verdade e, portanto, poder ser legitimamente veiculado. Assim, também a “filiação” do objeto é omitida em sua gênese. Ao enunciar o objeto sexualidade, estamos evocando todo um saber médico, biológico, pedagógico, psicológico, judiciário... que o perpassa, que o constrói. Contudo, esse saber não é situado em relação ao objeto sobre o qual se debruça: não se pergunta por que se autorizam precisamente esses campos do saber a instituir a verdade sobre a

sexualidade. Exceto talvez por uma inocente e desconcertante sensibilidade de algumas de nossas crianças e adolescentes que, ao formularem perguntas simples como “de onde vêm os bebês?” ou, “por que a aula de sexualidade é dada pelo professor de biologia que se restringe à anatomia dos órgãos sexuais?”, nos fazem ver a falência desse modelo. Decorre dessa ocultação das instâncias de delimitação a indução à identificação das pessoas com a sexualidade produzida no âmbito institucional. Faz-se parecer que não se trata da sexualidade sobre a qual a medicina, a pedagogia ou o direito versam (para colocar apenas algumas das instituições que discorrem sobre a sexualidade), mas de uma sexualidade intrínseca aos indivíduos. Escamoteada na gênese do objeto, as instâncias de delimitação constroem uma sexualidade que é sub-repticiamente introduzida nos indivíduos. Esses campos do saber recortaram nos indivíduos as características e comportamentos que lhe eram convenientes, mas, ao fazê-lo, instituíram modos de conduta, esquemas de comportamentos, desvios, enfim, toda uma forma de se conceber a própria sexualidade. É à medicina e à biologia, por exemplo, que o direito recorre para definir o gênero de um indivíduo. Essa definição, por sua vez, não institui somente os limites da legalidade que regerá sua vida social, mas, sobretudo, influenciará na forma de reconhecer-se a si mesmo. Não se trata apenas, portanto, da definição social de uma identidade, mas também de uma sobredeterminação da própria subjetividade. Da mesma forma que a omissão das superfícies primeiras de emergência instaura um absentismo sócio-histórico, a omissão das instâncias de delimitação na gênese do objeto nos induz a desconsiderar as instâncias de delimitação em sua perpetuação. Que saberes e instituições são autorizados e convocados atualmente a instituir a verdade da sexualidade? Seria preciso, portanto, mapear não apenas as coordenadas espaço-temporais da construção do objeto sexualidade, mas também os vetores de influência, os atravessamentos institucionais que o constituem.

Um objeto assim construído, digamos que com sua gênese sócio-histórica “recalcada”, (de)limita os rumos de sua investigação num duplo processo que, por um lado, exclui às margens o feixe de relações que possibilitou a sua emergência e, por outro, assenta o terreno próprio de seu domínio. Função negativa, portanto, de um lado, que permite expelir de seu registro os fatores próprios de sua constituição, seus elementos históricos, os processos políticos, econômicos e

sociais que propiciaram seu aparecimento. E função positiva, por outro lado, que sedimenta o campo próprio de sua investigação, dirigindo-a segundo seus pressupostos. É preciso, portanto, certa cautela com a definição que se utiliza de sexualidade, já que, como Foucault (1978a/2010) nos advertiu, muitos desses discursos que compõem seu campo semântico servem ao dispositivo de sexualidade. Tal dispositivo emergiu como um estratégico elemento de constituição identitária, por meio do qual se estabeleceram diversas práticas de sujeição (Foucault, 1978a/2010). Ele visaria, sobretudo, à regulação do corpo – “corpo que produz e consome” (1976/2005, p.101). Tomar a sexualidade como objeto exige, portanto, de saída, duas tarefas:

- 1) Distanciar-se do estratagema do objeto dado, reinserindo no jogo de relações escamoteado em sua gênese.
- 2) (Re)definir o objeto levando em consideração seus atravessamentos sócio-históricos e seu grau de abertura à singularidade.

2.1. Desnaturalizando a noção de sexualidade

Apesar dos temas relativos ao sexo permearem toda a história da humanidade, essa acepção heterogênea contemporânea — que engloba, não apenas as práticas sexuais, mas os discursos científicos, jurídicos, filosóficos, morais, religiosos, pedagógicos, sanitários etc. (Foucault, 1976/2005) — não existiu invariavelmente na história. Ela se constituiu, aos poucos, compondo um território antes repartido e dissociado em outros regimes semióticos, como a economia, a religião e a medicina. De saída, a etimologia recente do termo “sexualidade” nos aponta para uma coordenada relevante das superfícies primeiras de sua emergência. Este termo só figura no campo semântico das línguas ocidentais no século XIX (Foucault, 1984/2009; Cunha, 2010), aparecendo nas gramáticas e dicionários de língua portuguesa entre os anos 1871-1874 (Cunha, 2010). Sua data de efusão linguística é uma importante coordenada que precisamos delimitar. E é ela justamente que encerra um deslocamento semiótico que sedimenta no termo a noção contemporânea que utilizamos da sexualidade. Ela marca um rearranjo semiótico que, apesar de não assinalar a brusca

emergência daquilo a que se refere (Foucault, 1984/2009), converge num ponto um feixe complexo de relações sócio-históricas. Tal termo incorpora num objeto único práticas e discursos antes repartidos em domínios distintos, como a religião, a medicina, a pedagogia, etc.. Se o tomamos em sua própria raiz etimológica, vemos que o termo sexualidade é a reificação de certas características ligadas aos gêneros masculino e feminino. A palavra “sexualidade” é a conjunção dos termos *sexus*, que significa a “conformação particular que distingue macho e fêmea, nos animais e vegetais” (Cunha, 2010, p.593) associado ao sufixo latino *itãtem*, utilizado para formar substantivos abstratos derivados de adjetivos. Ou seja, a sexualidade, em sua acepção etimológica é a substantivação do adjetivo que define as qualidades particulares de macho e fêmea, ou de masculino e feminino. Reificação, portanto, de certas características e qualidades que definiriam os indivíduos em termos de suas identidades, mas, sobretudo, em suas subjetividades: a conceituação da sexualidade extrapola um mero rearranjo linguístico e institui uma nova tecnologia. Tecnologia esta que precisa ser situada em relação aos processos econômicos, sociais e institucionais, como indicamos anteriormente. Ora, se o período histórico no qual o objeto sexualidade emergiu é uma coordenada relevante para nossa análise, também o é o local, *i.e.*, o tipo de sociedade e os processos inerentes a ela. Como aponta Foucault (1984/2009, p.10), o uso deste termo

[...] foi estabelecido em relação a outros fenômenos: o desenvolvimento de campos de conhecimento diversos (que cobriram tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento); a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos.

Ao analisar as superfícies primeiras de emergência do objeto sexualidade, Foucault (1976/2005) o situou segundo algumas estratégias de saber e poder que visavam à regulação dos indivíduos – as tecnologias políticas dos indivíduos (1988/2010). Assim, ele introduziu o conceito de biopoder (1976/2005), ou poder sobre a vida, desenvolvido a partir do século XVII nas sociedades ocidentais, como o conjunto de estratégias, mecanismos e dispositivos voltados para a

regulação da vida, administração dos corpos e normatização dos indivíduos. Esse biopoder erigiu-se através de duas vias, ou dois polos: o primeiro centrado no corpo como máquina, visou ao adestramento, à majoração das aptidões, da utilidade e docilidade dos corpos. As disciplinas operadas pelas instituições como o exército, a escola e a fábrica foram alguns dos seus representantes. O segundo ocupou-se do corpo-espécie, do ser vivo e dos processos biológicos: o controle da natalidade, da longevidade e da saúde. Operando pela normatização das práticas médicas e sanitárias, esquadramento dos espaços públicos e privados, e apropriação dos corpos dos indivíduos (Foucault 1974/2012), vê-se como toda uma nova preocupação com a regulação da vida dos indivíduos foi erigida e toda uma medicina social contemporânea ao desenvolvimento do capitalismo foi posta a funcionar para garantir a gestão coletiva da vida pelo Estado:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica (Foucault, 1974/2012, p.144).

A sexualidade e o sexo se encontram exatamente na articulação entre esses dois eixos, eles são o “acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie” (Foucault, 1976/2005, p.137). Por um lado, eles participam das disciplinas do corpo, adestrando, majorando e distribuindo forças, por outro lado, se inscrevem imediatamente no controle das populações, ajustando-as às demandas econômicas. É por isso que, para Foucault (1976/2005), todo um dispositivo de sexualidade foi posto a funcionar, a partir do século XIX, esmiuçando a sexualidade em cada existência, perseguindo-a e interpretando-a em cada sonho, suspeitando-a na nosologia de cada doença mental. Opondo-se a uma hipótese repressiva, segundo a qual a sexualidade teria sido reprimida e conjurada nas sociedades modernas, Foucault (1976/2005) demonstrou, a partir da análise histórica dos discursos da sexualidade, que um dos alicerces responsáveis pela fundação das sociedades modernas foi justamente a tecnologia da sexualidade. Tecnologia esta que possuía muito mais um caráter positivo do que negativo, repressivo ou excludente da sexualidade. A sexualidade emerge não apenas sob a égide de uma moral que tinha no sexo o objeto de seu julgamento, mas antes como algo que se deve administrar. É a noção de sexualidade que instaura um

remanejamento não apenas de vocabulário, mas de estratégia:

[...] cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se (Foucault, 1976/2005, p.27).

É esse dispositivo de sexualidade que permite penetrar nos corpos dos indivíduos, esquadrihá-los, exercer o poder de maneira individuada e por isso mesmo cada vez mais global.

A noção de sexualidade que frequentemente é associada a uma entidade, uma realidade intrínseca aos indivíduos, de fato, apresenta em sua gênese uma concepção muito mais *in vitro*. Essa estranha unidade discursiva que articula campos distintos do saber irrompe no domínio científico, no âmbito dos discursos de produção da verdade (Foucault, 1971). Inicialmente na interseção entre medicina, psiquiatria e biologia, a sexualidade é submetida a um exame taxionômico de seus desvios. André Béjin (1985), ao refazer o percurso histórico da sexologia, situa seu nascimento no momento de aparição de duas obras do século XIX, ambas igualmente intituladas de *Psycopathia Sexualis*, porém de autores distintos – a primeira, de Heinrich Kaan (1844) e a segunda e também mais célebre, do psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing (1886/2012). Segundo o autor, esse período denominado de protossexologia teve como principal preocupação o estabelecimento da nosografia das psicopatologias da sexualidade, muito mais do que com sua terapêutica (Béjin, 1985). Contudo, não foi apenas pela descrição nosológica que se colonizou esse campo recém-inaugurado da sexualidade. Era preciso, para além da taxonomia das patologias, mas, de certa forma também através e a partir dela, estabelecer a positividade da sexualidade, *i.e.*, definir os critérios de sua normalidade, os parâmetros discriminativos dos gêneros, de conformação das identidades. Assim, o biopoder emergente instaurou, por um lado, a função do controle dos desvios e, simultaneamente, a normatização das condutas. É assim que, ao anexar aos desvios sexuais toda uma degeneração hereditária, a psiquiatria do século XIX corroborará e sustentará uma série de discursos eugenistas e funcionará como uma forma de higiene pública (Foucault 1978b/2010). Primeiro, porque em suas análises, suas anamneses haverá uma constante que associa a patologia a uma história progressiva, uma nosografia que resgata não apenas os sinais de outras

patologias do indivíduo, mas, sobretudo, recorre ao seu histórico familiar. O fator de inteligibilidade nosográfica, portanto, não se restringe à escala individual, mas remonta à linhagem familiar: a psiquiatria irá buscar num desvio qualquer, num alcoolismo do pai, numa neurastenia da mãe ou na sífilis do primo a origem, o *leitmotiv*, o fator causal do desvio sexual. O estudo das patologias no século XIX estava indissociavelmente ligado a uma reconstituição patológica familiar (Foucault, 1978b/2010), ou seja, a presença de certas patologias no histórico familiar justificava e explicava o aparecimento de outras. Ao analisar os casos de Krafft-Ebing (1886/2012), por exemplo, encontramos repetidas associações de todas as formas de sadismo¹ por ele descritas com degenerações hereditárias de toda ordem. Em mais de 55% dos casos de sadismo por ele analisados em que a história pregressa do paciente lhe era acessível, havia uma articulação explícita da condição atual com patologias expressas no âmbito familiar, *e.g.*:

Caso 25. Sadismo. Sr. X., 25 anos, pai sífilico, morreu de demência parética; mãe histérica e neurastênica. Era um indivíduo fraco, constitucionalmente neuropata, e apresentava vários sinais anatômicos de degeneração. Quando criança, hipocondria e compulsões; mais tarde, alternância constante de exaltação e depressão. Já aos 10 anos, paciente sentiu um desejo voluptuoso ao ver sangue correr de seus dedos. Daí em diante, frequentemente cortava ou picava os dedos, derivando disso grande prazer [...] (Krafft-Ebing, 1886/2001, p. 33).

De forma mais manifesta:

Caso 27. Sadismo. Em 1829, H., 30 anos, soldado, tornou-se objeto de investigação legal. Em diferentes momentos e locais, ferira moças com canivetes, furando-as no abdômen, preferencialmente nos genitais. [...] Aparentemente era uma pessoa que se tornara impotente devido aos excessos sexuais da juventude, predispondo-se assim, em virtude de sua libido continuamente intensa e da hereditariedade, à perversão da vida sexual (Krafft-Ebing, 1886/2001, p.36).

Em segundo lugar, a psiquiatria dos séculos XVIII e XIX estabelecerá uma etiologia sexual para uma série de crimes, associando a perversão do instinto sexual às tendências criminosas. Ao longo da análise dos criminosos, ela encontrará sinais de perturbações em determinados estágios do desenvolvimento, sinais estes que terão uma associação causal com o crime (Foucault, 1978b/2010,

¹ São elas: Sadismo, sadismo simbólico, sadismo ideal e sadismo inconsciente (Krafft-Ebing, 1886).

2001). A reconstituição da inteligibilidade do crime provará como o criminoso já se assemelhava ao seu crime (Foucault, 1978b/2010, 2001). Assim, partindo da análise dos grandes crimes, a psiquiatria instaurará a noção de indivíduos perigosos (Foucault, 1978b/2010, 2001), aqueles que por sua hereditariedade e excentricidade são virtualmente criminosos. A etiologia criminosa será sedimentada pela perversão do instinto, pressuposto lógico de qualquer assassinato não passional. Um exemplo disso é o caso de “Jack, o Estripador”, que assassinou e estripou uma série de mulheres em Londres, durante a segunda metade do século XIX. O assassino nunca foi capturado pela polícia, mas não o deixou de ser pelo diagnóstico psiquiátrico: Krafft-Ebing (1886/2001, p.23) assim descreve o caso:

Caso 17. Assassinato por luxúria. [...] em vários bairros afastados de Londres, foram encontrados corpos de mulheres, estripados e mutilados de maneira peculiar. O assassino, conhecido como Jack, o Estripador, nunca foi descoberto. É provável que primeiro cortasse a garganta das vítimas, depois estripasse o abdômen e remexesse seus intestinos. Em alguns casos extirpou os genitais [...] Nada indicava que ele mantivesse relações com suas vítimas, mas é muito provável que o ato homicida e a subsequente mutilação dos cadáveres fossem equivalente do ato sexual.

Começava-se a se solidificar a incipiente e doravante indissociável articulação da psiquiatria com o poder judiciário, a partir da análise e elucidação dos grandes crimes. O próprio Krafft-Ebing (1886/2001) anuncia em seu capítulo sobre a patologia geral da sexualidade a iminência das patologias cerebrais serem seguidas de atos criminosos. Para entender o que isso significa, precisamos resumir esquematicamente a arquitetura nosográfica das anomalias sexuais para Krafft-Ebing. Ele divide, inicialmente, as anomalias das funções sexuais em:

I. Neuroses Sexuais

1. Sensoriais → a) Anestesia; b) Hiperestesia e c) Nevralgia.
2. Secretórias → a) Aspermia; b) Polispermia.
3. Motoras → a) Espasmos; b) Espermatorréia (paralisia).

II. Neuroses Espinhais

1. Afecções do centro de ereção → a) Irritação (priapismo); b) Paralisia; c) Inibição e d) Debilidade irritável.
2. Afecções do centro de ejaculação → a) Ejaculação anormalmente fácil; b) ejaculação anormalmente difícil.

III. Neuroses Cerebrais

1. Paradoxia (excitação sexual que ocorre independentemente do período dos processos fisiológicos).
2. Anestesia (ausência de instinto sexual).
3. Hiperestesia (desejo acentuado, satiríase).
4. Parestesia (perversão do instinto sexual, excitação por estímulos inadequados) → a) Sadismo; b) Masoquismo; c) Fetichismo; d) Sexualidade antipática (homossexualismo).

Assim, ele conclui a introdução desse capítulo com um parágrafo que acreditamos merecer transcrição:

Essas anomalias cerebrais caem no domínio da psicopatologia. As anomalias espinhais e periféricas podem ocorrer em combinação com as primeiras; em geral, porém, afetam pessoas livres de doenças mentais. Podem ocorrer em várias combinações e tornar-se a causa de crimes sexuais, razão pela qual exigem consideração. Contudo, as anomalias cerebrais pedem mais atenção, uma vez que conduzem com muita frequência a atos perversos e até criminosos (1886/2001, p.9).

Vemos assim como toda uma tecnologia psiquiátrica opera um esquadramento da sexualidade, esmiuçando cada detalhe, descrevendo e associando cada fato, cada característica desviante, a uma certa constância chamada personalidade e como essa personalidade torna-se potencialmente perigosa, virtualmente criminosa. Ao delinear tais personalidades, instaura-se concomitantemente uma normatização, um controle prematuro dos desvios antes mesmo que estes tenham a possibilidade de se aglutinar em uma personalidade criminosa, ou num indivíduo perigoso (Foucault, 1978b/2010, 2001). A sexualidade torna-se, doravante, “constitutiva dessa ligação que obriga as pessoas a se associar com sua identidade na forma de subjetividade” (Foucault, 1978a/2010, p. 76).

Caminho curioso que pela análise dos desvios engendra a normatividade, mas também capcioso, já que, num solipsismo inevitável, é através da normatividade escamoteada que se estabelece a análise dos desvios. Ora, mas dissemos também que concomitantemente a análise dos desvios e também a partir desta, estabeleceu-se uma positividade da sexualidade, um núcleo científico que elidia as influências morais e religiosas com relação à sexualidade (Russo *et al*, 2009): tratava-se do fundamento biológico da sexualidade. No fundo da vida sexual humana, havia uma realidade natural, intrínseca e inescapável da sexualidade: é o que H. Kaan (1844) chamou de *nisus sexualis*, ou o instinto sexual. Para esse instinto, Kaan (1844) concebia a copulação, entendida como o ato sexual relacional heterossexual, como sendo ao mesmo tempo natural e normal. Essa noção de instinto sexual como motor da sexualidade humana instituiu a um só tempo a identidade (sendo o instinto heterossexual, que se volta para o sexo diferente, por oposição se define a identidade) e a normatividade das condutas: aquilo que é contrário à norma natural é também patológico. Tal concepção sustentou uma série de discursos deterministas, reducionistas que impuseram (e ainda o fazem) severas restrições às manifestações afetivas e eróticas das pessoas. Sob o argumento de que o que a biologia postulava nada mais era do que a expressão evidente da natureza, ou ainda, das “leis naturais” (como se a natureza se constituísse de legisladores e tribunais), qualquer manifestação avessa a ela foi considerada subversiva ou anômala, criminosa ou doentia. Refinando o que a expressão sexualidade radicalmente evocava, a saber, “conformação particular que distingue macho e fêmea, nos animais e vegetais” (Cunha 2010, p. 593), era preciso, portanto determinar os critérios e parâmetros que distinguiriam tais “conformações particulares”.

A partir do século XVIII até meados do século XX, os critérios que distinguiam as conformações particulares remetiam à análise anatômica do órgão sexual (Silva, 1979). Para estes critérios, os casos de hermafroditismo, ou de indivíduos que apresentassem justaposição de diferentes proporções dos órgãos sexuais, geravam certo embaraço. Até então, para esses casos, durante a Idade Média, era reservado ao pai ou ao padrinho a escolha do sexo da criança, durante seu batizado (Foucault, 1980/2010). Este era aconselhado a tomar a decisão baseado no órgão que apresentasse “mais vigor”. De qualquer forma, mais tarde,

na entrada da vida adulta, quando chegado o momento de se casar, o hermafrodita podia ainda se decidir pelo outro sexo, com a condição de manter tal escolha até o fim de sua vida, sob pena de ser condenado como sodomita (Foucault, 1980/2010). A partir do século XVIII, entretanto, a confluência das teorias biológicas, as condições jurídicas do indivíduo e as formas de controle administrativo nos Estados modernos (Foucault, 1980/2010), em suma, alguns vetores do biopoder, conduziram à recusa da ambiguidade do sexo. Avulsão da liberdade de escolha dos indivíduos acompanhada de outorga ao saber médico a competência de determinar o verdadeiro sexo das pessoas (Foucault, 1980/2010). Do ponto de vista médico isso implicava numa inversão curiosa: a ambiguidade do sexo não era mais uma justaposição evidente, mas uma artimanha da natureza para encobrir sua verdadeira face. Cabia ao médico, portanto, “despir as anatomias enganadoras e reencontrar, por trás dos órgãos que podiam ter encoberto as formas do sexo oposto, o único sexo verdadeiro” (Foucault, 1980/2010, p. 84). Em termos jurídicos, isso implicava em restrição da identidade sexual. A partir de então, apenas um sexo a cada indivíduo. Todo o hermafrodita era um pseudo-hermafrodita.

Até 1949, o “verdadeiro sexo” era o que o exame médico visual determinava (Silva, 1979). Contudo, o olhar médico podia confundir-se, dois exames podiam resultar em dois diagnósticos diametralmente opostos, o que era tão embaraçoso quanto a assunção da ambiguidade. Enfim, era preciso um critério mais rigoroso, uma espécie de “régua biológica” precisa sobre a qual rebater-se-iam os indivíduos a fim de determinar com precisão milimétrica seu sexo. Nessa época, Barr e colaboradores (1950) identificaram uma pequena massa de cromatina ausente nas células dos machos e presente nas células femininas. Ilustremente batizada de “Corpúsculo de Barr”, ou “Cromatina Sexual” (Silva 1979), ela foi usada como critério adicional para determinar a verdadeira natureza sexual do ser humano. Acreditava-se ter encontrado a “régua biológica” que revelaria todas as ambiguidades, desanuviaria todas as dúvidas e, enfim, identificaria com precisão o verdadeiro sexo. Contudo, a incidência de indivíduos com apenas o sexo oficial masculino que eram cromatino-positivos, bem como de mulheres que eram cromatino-negativas revelou a exiguidade do critério. A “régua biológica” parecia não ser tão precisa quanto desejavam os cientistas.

Os estudos de genética se aprofundaram ao longo do século XX e pretendiam “esclarecer os mistérios” os quais a biologia até aquele momento não conseguia responder cabalmente. A determinação sexual humana pairava ainda como problemática a ser resolvida. Assim, a genética procurou numa determinada sequência de DNA, chamada de cromossomo, a resposta da combinação que parecia corresponder à determinação sexual humana: num dos pares cromossômicos, a sequência homocigótica representada pelas letras XX correspondia à fêmea, enquanto que a sequência heterocigótica XY determinava o macho. Acreditava-se ter desvendado o “mistério da determinação sexual”, porém a vida não parecia disposta a ser caracterizada apenas em dois termos combinatórios. Os exames de cariótipo, que avaliam a organização dos cromossomos encontraram tantas indeterminações quanto os exames anatômicos ou os exames de cromatina de Barr. A ocorrência de um par XO, onde um único cromossomo (X) substituíu o par, foi classificada como anomalia e denominada de síndrome de Turner (Silva, 1979). Outra constituição XXY, também anômala, foi denominada de síndrome de Klinefelter. Esta pressupunha uma bissexualidade cromossômica, que originava pessoas do sexo masculino com características femininas (desenvolvimento do tecido mamário, por exemplo). Outras combinações cromossômicas (XXX, XYY) foram identificadas e caracterizadas como anomalias. Alguns estudos, talvez mais desconcertantes (Damiani *et al.*, 2005), demonstraram desenvolvimentos de estruturas orgânicas masculinas e femininas (tecidos testicular e ovariano) em indivíduos de combinação cromossômica XX ou XY, concluindo que o hermafroditismo ainda desafia clínicos e investigadores (Damiani *et al.*, 2005). Silva (1979) aponta que apesar de ao nível genético a dicotomia macho-fêmea ser suposta na constituição genotípica XX ou XY, a realidade insiste em diferir através dessas constituições virtualmente indefinidas. Mesmo porque outras alterações, como as hormonais, por exemplo, podem induzir ao desenvolvimento de estruturas orgânicas distintas das esperadas para o genótipo, bem como comportamentos esperados para o genótipo oposto (Silva, 1979). Ou seja, dependendo do tipo e da quantidade de hormônios aos quais um indivíduo é submetido num determinado momento de seu desenvolvimento, pode haver modificações substanciais em seu corpo. Silva (1979) cita o experimento de W.C. Young (1965) que injetou hormônio masculino

(testosterona) em fêmeas de ratos e porcos da guiné durante a gestação e constatou semelhanças incríveis do aparelho genital da prole masculina e feminina, além de desenvolvimento de comportamentos masculinos (tentativa de montada) em fêmeas que receberam o hormônio masculino.

Poder-se-ia objetar deveras que estes casos não possuem expressividade estatística e que, portanto, não se constituem como norma, podendo ser considerados desvios, ou anomalias patológicas. A rigor, um organismo tenderia a seguir seu desenvolvimento biologicamente determinado e, toda e qualquer mudança neste se constituiria em um episódio anômalo, o que requereria intervenção médica. A isso, poderíamos replicar: o fato de haver desvios da norma genotípica XX ou XY, bem como de variações morfológicas dos indivíduos de genótipos XX e XY (hermafroditismo) não se constitui por si só em uma anomalia patológica. A própria filogênese pressupõe alterações e mutações como possibilidade de adaptação e as alterações genotípicas não implicam necessariamente em indivíduos estéreis. Assim, como propõe Canguilhem (1966/2011), a anomalia não é patológica pelo simples fato de ser anomalia, mas exprime outras normas de vida possíveis. Partindo do pressuposto evolutivo segundo o qual as espécies derivam de outras menos adaptadas e menos complexas e da concepção de que a ontogênese, de alguma forma, recapitula a filogênese (Gould, 1977/2010), a espécie humana partiu de uma espécie sexualmente indeterminada. O desenvolvimento de um embrião nos comprova que não há diferenciação sexual possível até uma determinada semana de gestação, ou seja, não possuímos nenhum sexo, ou possuímos virtualmente todos. Se, em algum momento ocorre a diferenciação sexual, é porque ela é um episódio da evolução e não necessariamente o capítulo final.

Conclui-se assim, não sem certo embaraço, que os critérios para a determinação sexual humana, criados desde o século XVIII podem contradizer-se e excluir-se mutuamente. Ou ainda, engendrar outras categorias de divisão sexual não previstas anteriormente, tal como ocorreu quando se tentou reduzir a divisão sexual aos genótipos XX e XY e descobriu-se, de fato outras tantas combinações possíveis (como a X0, XXX, XXY, XYY, etc.). Ora, se a própria noção de sexo não se esgota em termos dicotômicos, não há motivos (e sequer sustentação) para

reconduzir a sexualidade às manifestações de um ou outro sexo (macho-fêmea) ou um ou outro gênero (homem-mulher). Nos próprios termos da biologia, poder-se-ia concluir que a ontogênese é potencialmente transformadora da filogênese, ou seja, o desenvolvimento de um indivíduo é potencialmente capaz de alterar o desenvolvimento da espécie. Assim, o sexo (que numa certa modalidade discursiva é tomado como substrato da sexualidade) não seria determinado e imutável, e sequer se reduziria à dicotomia a ele imposta, mas estaria em constante transformação. Da mesma forma, a sexualidade seria volátil, heterogênea e instável. Em termos filosóficos, dir-se-ia que a biologia parece estar a dois séculos tentando responder a um falso problema, no sentido bergsoniano (Bergson, 2006, Deleuze, 1966/2012). Falso problema porque seus termos são mal colocados, o problema é dividido *a priori* numa dicotomia na qual a natureza não se esgota. Os seres humanos são divididos assim de direito em masculino ou feminino, segundo os critérios determinantes de macho e fêmea, enquanto que de fato, as possibilidades são múltiplas. Identidade em detrimento da multiplicidade: os sexos, os gêneros e os comportamentos são circunscritos em termos excludentes, associados em aglutinados inextrincáveis: se $A \neq B$ e $A = C$, logo $B \neq C$. Se macho, logo não mulher, portanto, se macho, logo homem. Se homem, logo comportamentos masculinos. Se um homem apresenta comportamentos femininos, logo parafilia – desvio da natureza, desvio do instinto sexual, doença mental. Vemos como uma razão perversa associada a um moralismo escamoteado engendra todo um discurso naturalista que articula a um só tempo os gêneros e seus respectivos papéis de acordo com o sexo, a produção das identidades, o controle das condutas e a discriminação dos desvios. Em termos biopolíticos, vemos como o saber médico aliado à biologia intenta subsidiar as estratégias de individuação concernentes ao biopoder. Mapear e identificar, delimitar e individuar a fim de regular as relações entre os indivíduos, sujeitá-los a certas obrigações morais e legais, definir papéis sociais, enfim, coagir a vida. Um indivíduo que tivesse simultaneamente ambos os sexos ou sexo algum se constituiria em um inconveniente, já que grande parte das relações sociais é calcada em relações de gênero. Seu papel social seria contraditório ou ambíguo, logo sua conduta constrangeria a ordem moral, pondo-a em cheque, seus direitos

confundiriam a legislação, enfim, toda a ordem social pautada em distinções de gênero se veria contestada.

A partir do século XX o interesse na definição da sexualidade pautou-se menos nos aspectos biológicos do que numa combinação de fatores que, inclusive, abarcava os primeiros. Seja pelo embaraçoso conflito teórico sobre a sexualidade que assolava a biologia e a medicina, seja pela influência de outros campos do saber, bem como de outras práticas sociais que colonizavam esse domínio, novos atravessamentos perpassaram a noção de sexualidade. Um deles, excepcionalmente importante, é a contribuição ambígua da psicanálise freudiana do final do século XIX e início do século XX. Ambígua porque, por um lado, ela expande a concepção de sexualidade, desmantela o inatismo identitário e problematiza o trinômio perversão-hereditariedade-degenerescência (que fomentava os discursos eugenistas). Por outro lado, ela é posta a funcionar como dispositivo de sexualidade, através da familiarização da sexualidade (Garcia-Roza, 1984/2013; Foucault, 1976/2005) e como “técnica para eliminar os efeitos da interdição lá onde o seu rigor a torne patogênica” (Foucault, 1976/2005, p.121). Ultrapassando uma concepção meramente biologizante, a psicanálise rompe com a tradição de um instinto natural que tem como objetivo final a cópula e a reprodução. No texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, Freud (1905/1996) apresenta uma visão distinta de seus contemporâneos, apoiando a noção de pulsão (*Trieb*) no instinto, para o qual esta é um desvio (Garcia-Roza, 1984), ele desloca o propósito reprodutivo de cena, colocando o prazer, a satisfação como objetivo dessa pulsão. O prazer e a satisfação da pulsão sexual deslocava a biologia do centro das discussões sobre a sexualidade e, além do mais, alargava o campo de incidência da sexualidade: 1) Expandia as fronteiras da ação sexual – saindo dos atos sexuais, aqueles que tinham a busca de satisfação sexual restrita ao coito, para um plano em que a sexualidade era o pano de fundo de toda a vida psíquica dos indivíduos. Já que qualquer atividade ansiava o prazer e a satisfação, a sexualidade passou a remeter a ações que não possuíam conotação sexual, como o trabalho. 2) Alargava definitivamente o grupo alvo da sexualidade: remontando a construção e a manifestação da sexualidade à vida infantil, a sexualidade agora não era apenas um fenômeno exclusivo da vida

adulta². Outra consequência era a problematização da noção de perversão como desvio do instinto sexual natural: se a vida sexual é regida pelas pulsões, cujo propósito é o prazer e não a reprodução, os atos sexuais que não tem como objetivo imediato a reprodução não serão considerados necessariamente perversos em si como antes. Isso conduzia a toda uma revisão da noção de perversão utilizada até então (Garcia-Roza, 1984/2013). Freud (1905/1996, p.163) argumentava que: “Em nenhuma pessoa sadia falta algum acréscimo ao alvo sexual normal que se possa chamar de perverso, e essa universalidade basta, por si só, para mostrar quão imprópria é a utilização reprobatória da palavra perversão”. Além disso, apesar de não deixar de transparecer alguns traços das influências da teoria da hereditariedade em alguns trechos de seus escritos³ (Garcia-Roza 1984/2013), a psicanálise

[...] retomou o projeto de uma tecnologia médica própria do instinto sexual, mas procurou liberá-la de suas correlações com a hereditariedade e, portanto, com todos os racismos e os eugenismos. [...] ela foi, até os anos 40, a única que se opôs, rigorosamente, aos efeitos políticos e institucionais do sistema perversão-hereditariedade-degenerescência. (Foucault, 1976/2005, p.113).

Contudo, apesar do alargamento da concepção de sexualidade e das profícuas problematizações encetadas, a psicanálise é posta a funcionar no dispositivo de sexualidade, fixando a sexualidade sobre o sistema de aliança (familiarização da sexualidade), assumindo e reforçando os mecanismos de confissão e eliminando os efeitos do recalque que a interdição pudesse induzir (Foucault, 1976, 2005). Não pretendemos desenvolver aqui os argumentos destas afirmações, mas apenas situar a ambiguidade das contribuições que, se por um lado expandem a noção de sexualidade, por outro tornam a psicanálise efeito-

² Krafft-Ebing (1886/2001) apresentava dentre as neuroses cerebrais uma patologia que chamou de parodoxia, “isto é, excitação sexual que ocorre independentemente dos processos fisiológicos dos órgãos de reprodução” (1886/2001, p.6), ou seja, a excitação sexual na infância ou na velhice era considerada patológica.

³ Num trecho do resumo final dos Três ensaios da teoria da sexualidade: “Sem dúvida é concebível que haja também variações na disposição originária que levem necessariamente, e sem a ajuda de outros fatores, à configuração de uma vida sexual anormal. Poder-se-ia descrevê-los como “degenerativos” e considerá-los como a expressão de uma deterioração hereditária. Nesse contexto, tenho um fato notável a relatar. Em mais da metade dos casos de histeria, neurose obsessiva etc. que tive em tratamento psicoterapêutico, pude demonstrar com certeza que o pai sofrera de sífilis antes do casamento, quer se tratasse de tabes ou paralisia progressiva, quer a doença luética fosse indicada de algum outro modo pela anamnese” (Freud, 1905/1996, p.243).

instrumento do dispositivo de sexualidade. O que nos interessa de fato, é destacar que, apesar da riqueza das contribuições psicanalíticas, sua noção de sexualidade permanece intimista, centrada na primazia ontológica, não mais do instinto, certamente, mas das pulsões. A ontologia da sexualidade foi radicalizada pela psicanálise, ampliando um domínio, antes restrito, à toda a vida psíquica dos indivíduos.

Assim, vemos que a emergência e a permanência do termo sexualidade instituem e sustentam uma ontologia que escamoteia o processo sócio-histórico a partir do qual ele se formou, como se a sexualidade fosse uma dimensão inata e intrínseca ao ser humano. Misturando aspectos biológicos com conjuntos de comportamentos, valores, normas sociais, moral, etc. vemos consubstanciar-se num termo um novo objeto que conjuga antigos aspectos com novos atravessamentos, novas influências de campos do saber diversos e de instituições. É preciso fazer notar que com isso não pretendemos afirmar que a sexualidade foi totalmente “inventada” no século XIX, ou ainda repudiar os fenômenos biológicos a ela associados. Trata-se, por outro lado, de assumir certo distanciamento desse objeto, situá-lo historicamente e desnaturalizar uma noção tão familiar, antes de tomá-lo como pressuposto ontológico do estudo que pretendemos desenvolver. Pois a própria noção de sexualidade, dependendo do discurso no qual se insere, será conceituada, situada em relação a certos domínios do saber, sob certas influências sócio-históricas. Falar de sexualidade com um amigo próximo num lugar reservado certamente não compreende os mesmos aspectos que um discurso sobre o tema em horário nobre na televisão, ou numa tese acadêmica, ou ainda num programa de saúde pública de prevenção à AIDS. Isso significa que o campo semântico no qual a sexualidade está imersa é heterogêneo, composto por significados, conteúdos oriundos de campos diversos, tais como do senso comum, da medicina, do direito, da pedagogia, da psicologia, da moral, da religião, da política, da economia etc.. Seja como aspecto central do ser humano que conjuga o sexo, o gênero, as identidades e papéis, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução (World Health Organization, 2006), seja como dimensão psíquica regida pelas pulsões e a libido, ou ainda a expressão do *nisus sexualis* (Kaan, 1844), é preciso considerar os atravessamentos exógenos a essas

concepções endógenas da sexualidade. Faz-se necessário doravante reconfigurar a noção de sexualidade.

2.2. A sexualidade como agenciamento

Pretendemos agora precisar a noção do “objeto” sexualidade que consideraremos. Doravante, intentaremos “reinventar” a noção de sexualidade de forma a conjurar as ontologias deterministas e a resgatar os aspectos sócio-históricos escamoteados em sua gênese. Para tanto, proporemos abordar a noção de sexualidade segundo o conceito de agenciamento de Deleuze e Guattari (1995a). Primeiramente, portanto, revisitaremos o conceito de agenciamento para esses autores. Depois o articularemos com a noção de sexualidade, reformulando seu estatuto.

Deleuze e Guattari (1995a) cunharam o conceito de agenciamento — tradução literal do francês *agencement* — cujo significado em português já enceta sua compreensão: arranjo, disposição, alinhamento, ordenação (Porto Editora, 2012). “Um agenciamento”, escrevem os autores, “é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões” (Deleuze e Guattari, 1995a, 17). É, portanto, um arranjo, um composto de conexões de dimensões distintas. Mas o quê ele arranja? Fundamentalmente, “são necessários agenciamentos para que estados de forças e regimes de signos entrecruzem suas relações” (Deleuze e Guattari, 1995a, 89). Por isso, Zourabichvili (2009, p. 20) o definiu como “o acoplamento de um conjunto de relações materiais e um regime de signos correspondente”. Ou seja, o agenciamento arranja, por um lado, fenômenos, substâncias, enfim, relações materiais e, por outro lado, signos, significados, conteúdo semiótico que representa, simboliza e confere sentido. Todo agenciamento possui um aspecto territorial (Deleuze e Guattari, 1997) que, apesar de implicar o espaço, não consiste unicamente em uma delimitação geográfica objetiva. O aspecto territorial possui, sobretudo, um valor existencial e afetivo que determina o campo do familiar, organiza o campo semântico, designa as relações de apropriação e conjura o caos (Zourabichvili, 2009). Esta territorialidade pode ser dividida,

segundo sua consistência, em molar ou molecular. A consistência molar implica em elementos territoriais extremamente cristalizados, estratificados, identificados e hierarquizados (Guattari, 1988) que “tendem a reduzir o campo de experimentação do desejo a uma divisão preestabelecida” (Zourabichvili, 2009, p. 21). Poderíamos facilmente exemplificá-la através de instituições como a igreja, a escola, o hospital, o exército, etc., territórios eminentemente disciplinares que coagem os indivíduos a se comportarem de uma determinada forma ou a cumprirem certas tarefas. Mas também podemos verificá-la em elementos menos evidentes que tenderiam circunstancialmente à consistência molar, como a mídia ou as ciências, as quais criam, através dos discursos que veiculam, campos sobrecodificados de existência. Por sua vez, a consistência molecular pressupõe elementos territoriais menos estratificados, da ordem dos fluxos, devires e das intensidades, que promovem singularizações (Guattari, 1988). São elementos de singularidade que se desterritorializam e que escapam à codificação molar, como por exemplo, quando um indivíduo se nega a identificar-se a si mesmo segundo seu gênero ou seu sexo (masculino-feminino/homem-mulher). Foucault (1980/2010) ilustra bem esta ideia ao evocar o caso da hermafrodita Alexina Barbin, criada como menina e mais tarde reconhecida legalmente como rapaz, tendo sido obrigada a mudar de sexo. Incapaz de se adaptar à nova identidade, ela acabou por se suicidar. Se, por um lado, a dimensão molar sobredetermina a subjetividade, resignando-a a uma identidade, a dimensão molecular evade-se, instaura pontos de ruptura. A recusa frente à imposição de seu sexo foi uma linha de fuga, constituindo, portanto, um campo singular, uma territorialidade de consistência molecular. Consistência molar e consistência molecular formam, assim, o primeiro eixo de um agenciamento: territorialidade que cria referências e coordenadas imprescindíveis para sua compreensão. Tal compreensão, tal análise do agenciamento se daria através de uma cartografia, ou o acompanhamento dos processos de estratificação e desterritorialização.

O segundo aspecto ou segundo eixo de coordenadas de um agenciamento remete ao conteúdo e à expressão (Deleuze e Guattari, 1995a). Por isso ele pressupõe sempre um sistema pragmático e um sistema semiótico (Deleuze e Guattari, 1997). Apesar de estarem em uma articulação imbricada, estes autores consideram importante interrogar distintamente o que se faz e o que se diz. De um

lado, redundâncias de interação ou agenciamentos maquínicos determinam o sistema pragmático, o regime de práticas e ações, o conteúdo do agenciamento. Trata-se do sistema de fluxos e forças vetoriais. Retomando o caso de Alexina Barbin, o agenciamento maquínico, de consistência molecular, é o suicídio, ação singular que visa à desterritorialização da sobredeterminação coletiva de sua identidade. De outro lado, e ao mesmo tempo, redundâncias de ressonância ou agenciamentos de enunciação se referem ao sistema semiótico, ao polo da expressão, ao que confere o sentido aos agenciamentos maquínicos. No exemplo de Alexina, o agenciamento de enunciação é a determinação judicial de seu “verdadeiro sexo” (Foucault, 1980/2010), bem como a cadeia semântica que define o que é ser homem ou mulher, que regime de práticas pertence a um e outro termo. Assim, “os agenciamentos coletivos de enunciação funcionam, com efeito, diretamente nos agenciamentos maquínicos, e não se pode estabelecer um corte radical entre os regimes de signos e seus objetos” (Deleuze e Guattari, 1995a, p. 15).

Essa pressuposição recíproca se faz presente, por exemplo, no ilocutório. Nele, temos a realização de uma ação a partir de um enunciado linguístico: ao dizer “prometo fazer isto”, estou prometendo; é um ato ilocutório. Assim, escrevem Deleuze e Guattari:

É o ilocutório que constitui os pressupostos implícitos ou não-discursivos. E o ilocutório, por sua vez, é explicado por agenciamentos coletivos de enunciação, por atos jurídicos, equivalentes de atos jurídicos, que coordenam os processos de subjetivação ou as atribuições de sujeitos na língua, e que não dependem nem um pouco dela (1995b, p.16).

É essa relação imanente do enunciado com o ato que define a reciprocidade dos agenciamentos maquínico e de enunciação. Quando dizemos que alguém é mulher ou homem, já inferimos uma série de pressuposições inerentes ao campo semiótico que sobredetermina os comportamentos, sentimentos, ações etc.. Espera-se que um homem ou mulher se sente de uma determinada forma, que se vista de uma certa maneira, que diga certas coisas, que aja de determinado modo. Enfim, há um campo significante que delimita, determina e coage os indivíduos a se comportarem de determinada forma. Quando uma mãe diz ao seu filho: “seja homem”, ela opera transformações incorpóreas (Deleuze e Guattari, 1995b), anexando ao sentido do ser homem alguma atitude,

algum comportamento, algum sentimento esperado. Assim, o agenciamento de enunciação já pressupõe o agenciamento maquínico que operará a transformação incorpórea.

De tal modo que todo agenciamento é tetravalente, pois possui um aspecto territorial, no qual se distinguem a consistência molar e molecular, e uma eficiência semiótica, que se divide segundo redundâncias de interação ou de ressonância, também chamadas de agenciamento maquínico e de enunciação (Deleuze e Guattari, 1997). O conteúdo e a expressão dos agenciamentos possuem, por um lado, um estrato molar, uma linha dura que pressupõe um conjunto de práticas e discursos preestabelecidos. E, por outro lado, o agenciamento possui a dimensão molecular, com uma função desterritorializante que faz com que as práticas e discursos fujam, escamoteiem a dimensão molar e se inscrevam num campo singular.

Como vimos, a sexualidade é uma noção historicamente recente que adquiriu diversas conotações, anexou diversos significados e distintas dimensões (biológica, psicológica, social, etc.). Assim, também a sexualidade pode ser entendida como agenciamento e, portanto, definida como a associação entre conjuntos de relações materiais (corpos, atos e práticas) e regimes de signos. Tal compreensão desqualifica uma reificação da sexualidade e de seus modos de exercício, pois, enquanto agenciamento está em constante transformação: seu conteúdo e sua expressão, suas práticas e suas significações dependem intimamente do contexto histórico, político, econômico, cultural, etc.. A noção de sexualidade que propomos, portanto, não se reduz às qualidades das conformações que distinguem macho e fêmea, ou seja, à construção identitária biossocial que determina os gêneros. Diferentes contextos sócio-históricos delimitaram distintamente as formas de se conceber o sexo (macho e fêmea), bem como as formas de se conceber os gêneros (homem e mulher) (Mead, 1935/2011). A noção que propomos, por outro lado, também não refuta ingenuamente tal construção identitária como se se pudesse dela desvencilhar facilmente. Pressupõe-na, contudo, não como conjectura ontológica, como uma entidade abstrusa que habita os indivíduos e conduz suas ações. Propomos entender tal construção identitária como atravessamento molar, visto que institui uma territorialidade pré-determinada que impõe certas coordenadas aos indivíduos, infere formas de

comportar-se, de reconhecer-se, de sentir e agir. Ou seja, o sexo não guarda a virtualidade de um gênero que, por sua vez, congregaria metafisicamente as características de homem ou mulher. Esse campo semiótico que engendra e infere a virtualidade que supõe no sexo masculino o gênero homem e no sexo feminino o gênero mulher é construído e ressignificado. Ao consubstanciarem-se certas coordenadas de identidade articuladas a certos comportamentos, compõe-se um atravessamento molar de gênero que será vinculado, por contiguidade ao sexo. Ou seja, na medida em que num certo contexto em que indivíduos nascidos com um determinado sexo apresentam certas características e comportamentos, formam-se padrões de comportamentos baseados nessa experiência que engendram a ideia de gênero calcado no sexo. Por outro lado, há transformações operadas nesse campo semiótico, através dos vetores moleculares, que ressignificam-no, subvertem-no.

Trata-se, portanto, de compreender a sexualidade segundo composições vetoriais, que pressupõem relações materiais e seus regimes semióticos, em detrimento de um substrato etéreo sob o qual repousariam certas características e qualidades. Assim, conceberemos os aspectos fisiológicos, morfológicos, as práticas, atos sexuais etc. como composições do conjunto de relações materiais. Enquanto que as noções de gênero, as determinações sexuais, o juízo atribuído às práticas e ações formam o regime de signos, o campo semântico que rege os aspectos da sexualidade. Tanto as relações materiais quanto o campo semântico que as significam poderão constituir-se numa territorialidade molar, quando configurarem-se numa dimensão pré-determinada, num sorvedouro que reduz o campo da experimentação, ou molecular, quando elevar o coeficiente de transversalidade (Guattari, 1974/2004), projetar singularizações.

Assim, para o propósito do trabalho que pretendemos, não se trata de investigar no que consiste a sexualidade, que aspectos morfológicos, fisiológicos ou psicológicos a compõem. Não se trata também de avaliar as novas manifestações da sexualidade segundo um conceito pivô sob o qual os fenômenos devem ser rebatidos. Trata-se, por outro lado, de analisar os vetores de seu agenciamento: que práticas e discursos são legitimados, sancionados e permitidos circular? Que tipo de discursos e práticas propiciam um devir da sexualidade, possibilitando a experimentação de singularidades? Assim, a própria definição do

conceito determina o método de sua compreensão que não deve ser estanque e reduzido a alguns conjuntos pré-determinados (contexto orgânico, contexto econômico, etc.). A sexualidade está em constante interação com todas as outras dimensões da vida, sendo por elas reconfigurada e a elas afetando. A sexualidade como agenciamento pressupõe uma multiplicidade: multiplicidade dos sexos, devir-sexualidade.

2.3. Sexualidade e Internet, a emergência de um novo agenciamento: o cibersexo.

Desde seu advento no final da década de 60 como programa do Departamento de Defesa americano para compartilhar informações entre os diversos centros da ARPA (*Advanced Research Projects Agency*) (Castells, 2001/2007), a Internet vem alcançando um número cada vez maior de usuários. Com isso, vem trazendo “profundos impactos em praticamente todos os setores da vida social e pessoal de milhões de pessoas ao redor do mundo, mesmo daquelas que jamais usaram um computador” (Nicolaci-da-Costa, 2005, p.72). Considerada como uma das mais importantes inovações tecnológicas dos últimos séculos, ela produz consideráveis mudanças na subjetividade humana (Nicolaci-da-Costa, 2002). Nicolaci-da-Costa (2006) considera que ela cria, inclusive, uma nova plataforma de vida, na medida em que transfere para uma plataforma virtual dimensões diversas da vida contemporânea. A interconexão de milhões de computadores em rede inaugura um campo de conhecimento, de compartilhamento de experiências e informações ilimitado. A comunicação à longa distância ganha um novo e extenso capítulo em sua história, com uma tecnologia que permite que pessoas a centenas de quilômetros de distância se comuniquem verbal e visualmente em tempo real. A economia ganha um mercado novo e praticamente ilimitado: se antes o comércio necessitava das contingências espaço-temporais adequadas para cativar seus clientes ou terem a diminuta oportunidade de fazê-los ter acesso aos produtos e eventualmente adquiri-los, agora ele está na casa deles, em seus locais de trabalho, nos seus celulares, instigando-os a adquirirem sua última novidade. A educação ampliou suas possibilidades, expandiu seus territórios atendendo a um perfil de pessoas antes

inviável. Até o terceiro quarto do século XX, seria impensável que um estudante frequentasse cursos oferecidos em outros países sem precisar se mudar para eles. As fontes de consulta se ampliaram, as bibliotecas de todo o mundo convergiram para um mesmo lugar: a rede. Agora, compartilhamos conhecimento de forma global. Ora, toda essa nova composição recria, inclusive, nossa concepção de espaço, nossa concepção territorial. Onde se dão todas essas trocas, essas relações comerciais, pedagógicas, pessoais? No ciberespaço, essa nova acepção do território, esse “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (Lévy, 1997/2010, p. 94). Tal como a imprensa ampliou o potencial de disseminação da informação, atualizando na forma de livros as ideias e os conceitos dos autores, dos escritores, a interconexão dos computadores em rede cria um espaço para troca de informações, de dados, imagens, em tempo real. Ele se torna o novo suporte para a memória da humanidade (Lévy, 1997/2010).

Tal como todas as revoluções tecnológicas ao longo da história afetaram direta ou indiretamente o campo da sexualidade, em maior ou em menor escala, esse advento tecnológico também teve implicações nesse campo. A Internet ressignifica o agenciamento da sexualidade ao mesmo tempo em que é reconfigurada a partir dele. Há práticas relacionadas à sexualidade que crescem à medida que a Internet se expande. A crescente oferta do mercado sexual na Internet indica seja um crescimento desta demanda, seja uma boa adesão à oferta criada. Em todo o mundo, a palavra sexo aparece dentre as mais procuradas nos sites de busca (Costa e Silva, 2010), com mais regularidade até do que a palavra emprego (*job*). Seguindo a lógica capitalista da oferta e da procura, podemos compreender, portanto, porque ao se digitar “sexo”, o Google, atualmente maior site de pesquisa na Internet, nos retorna 464.000.000 de resultados, enquanto que, ao se digitar “emprego”, ele nos retorna 134.000.000⁴. Nos Estados Unidos, por exemplo, estima-se que o comércio virtual relacionado à sexualidade seja responsável pela movimentação de \$ 3 bilhões ao ano (Delmonico e Griffin, 2011), o que representa 23% do lucro total da pornografia daquele país. No Brasil, não encontramos pesquisas recentes de bases confiáveis, mas o Google

⁴ Pesquisa realizada em 04 de novembro de 2012.

disponibiliza em seu site a possibilidade de analisar comparativamente a probabilidade de pesquisa entre termos. Assim, podemos comparar probabilisticamente o interesse dos internautas por determinados termos de pesquisa. Utilizamos a ferramenta para avaliar o interesse específico do brasileiro em relação a sexo e a emprego e encontramos o seguinte gráfico.

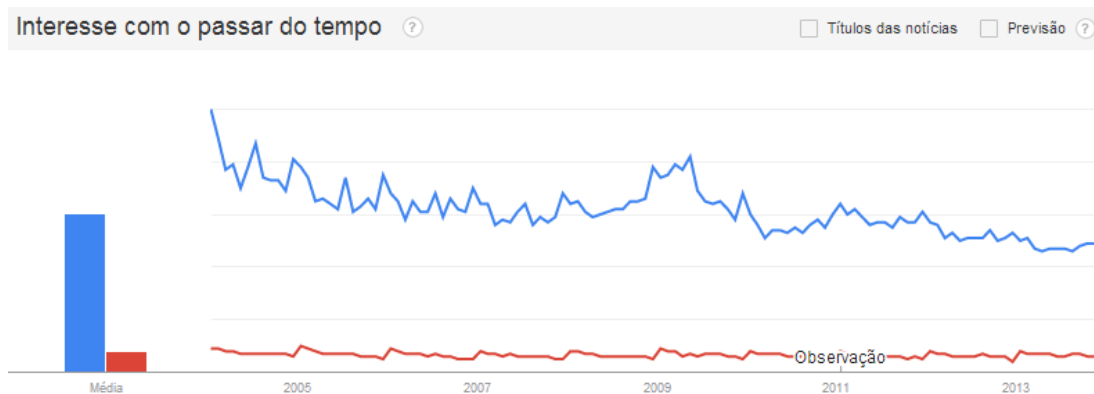


Fig. 1 – Gráfico comparativo da distribuição de interesse pelas palavras ‘sexo’ e ‘emprego’ no Brasil desde 2005. Disponível em <http://www.google.com/trends/explore#q=Sexo%2C%20emprego&geo=BR&cmpt=q> acesso em 13 de dezembro de 2013.

A linha azul representa o percentual de popularidade de pesquisas no Google compostas pelo termo ‘sexo’, no Brasil, desde 2005 até novembro de 2013. A linha vermelha representa a popularidade do termo de pesquisas que utilizaram o termo ‘emprego’, em relação ao volume total da amostra, no mesmo período. Na média, podemos dizer que a chance de algum dos 82,4 milhões de internautas brasileiros⁵, tomado aleatoriamente, pesquisar algo no Google relacionado a ‘sexo’ é de 60%, enquanto que a probabilidade de uma pesquisa relacionada a ‘emprego’ é de apenas 7%. Estes números corroboram um axioma para o qual Nicolaci-da-Costa (2006) já havia nos advertido: a Internet criou uma nova plataforma de vida na qual uma série de atividades humanas passou a ser vivida. Informa-se *on-line*, aprende-se *on-line*, faz-se amizades *on-line*, trabalha-se *on-line*, ama-se *on-line*, odeia-se *on-line*, faz-se sexo, produzem-se e se exercem sexualidades *on-line*. Nova conjunção de forças, novas práticas e, portanto, novas significações eclodem da articulação entre sexualidade e Internet: novas formas de expressão da sexualidade se desenvolvem (sexo *on-line*, strip-tease *on-line* etc.) e

⁵ Segundo pesquisa do Ibope Nielsen *On-line*. Disponível em <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/06/brasil-supera-marca-de-80-milhoes-de-internautas-no-1-trimestre-de-2012.html>.

seu regime de signos também é transformado. Esse novo campo semântico foi ordenado sob um signo proveniente da conjunção dessas duas dimensões: a cibersexualidade ou o cibersexo.

O termo *cybersex* é oriundo da conjunção entre as palavras *cybernetic* (do grego *kibernetike*, a arte do piloto, do timoneiro, que passou a ser utilizado para designar um local com grande concentração de tecnologia) e *sex*. Em português, cibersexo, designa, etimologicamente, o sexo guiado, ou mediado por computadores ou Internet, lugares nos quais o termo *cyber* foi consagrado. Mendes (2011) aponta não apenas para uma diversidade conceitual do termo, mas para uma transformação deste ao longo do tempo em função da contínua evolução tecnológica, desde quando ele começou a ser veiculado, na década de 90. Blair (1998) considerava-o como interações eróticas através de um cyber-discurso, concomitante a uma estimulação auto-erótica. Ross e Kauth (2002) postulavam o cibersexo como a atividade sexual remota realizada por meio de descrições detalhadas acompanhadas de excitação sexual que conduziriam ao orgasmo. Ross (2005) situa o cibersexo como um espaço sexual entre a fantasia e a ação. Aricó e Reis (2005) se limitam a defini-lo apenas como uma forma de masturbação. Daneback, Cooper e Mansson (2005) o definem como o engajamento de duas ou mais pessoas em uma conversa com propósito de obtenção de prazer sexual, podendo ou não incluir a masturbação. Nodin, Leal e Carballo-Diéguez (2008) concluíram, a partir de um estudo com 36 participantes portugueses, que cibersexo é a interação sexual mediada por computador entre duas ou mais pessoas, com ou sem o uso de câmeras que podem, ou não, levar ao orgasmo. Van der Leun (*apud* Mendes, 2011) clama que, embora o tema pareça novo, o cibersexo existe desde que o homem desenvolveu a capacidade da imaginação e da fantasia, e que o termo se refere às velhas fantasias travestidas com uma nova roupagem. Cooper *et al.* (2002) consideram o cibersexo como uma subcategoria da atividade sexual *on-line*, que se define, por sua vez, de forma mais ampla, como qualquer atividade de cunho sexual praticada *on-line*. Nesta definição, enquadram-se não apenas as interações entre duas ou mais pessoas, mas também a estimulação individual a partir de fotos, vídeos etc..

Enfim, nos deparamos com definições mais abrangentes (Cooper *et al.* 2002), outras extremamente específicas (Ross e Kauth 2002) e ainda aquelas

conservadoras (Aricó e Reis 2005 e Van der Leun 1995). Apesar da diversidade, vê-se em cada uma delas uma tentativa de enquadramento de certas práticas sexuais relacionadas à Internet em um conceito, um território semântico. Pretende-se reunir uma gama de experiências em um termo genérico e universal, reduzindo-a a sua definição. Pode-se afirmar que a possibilidade do exercício da sexualidade via Internet — nomeado como cibersexo — reflete em um rearranjo no agenciamento da sexualidade. Tal rearranjo faz eclodirem práticas impensáveis até então, como relacionar-se sexualmente à distância ou experimentar virtualmente⁶ outras sexualidades, por exemplo, através de avatares de qualquer gênero e com quaisquer características. Tais práticas rompem com as já instituídas na dimensão molar do que configura a identidade sexual: retomam-se virtualmente as sexualidades que foram execradas pelo imperativo dessa entidade que se fez habitar as pessoas. Já outras práticas foram imediatamente estratificadas na dimensão molar: a economia capitalista tratou de esquadrihar as práticas que pudessem ser inseridas sem prejuízo em seu regime, instituindo certos produtos e serviços relacionados ao cibersexo, limitando o campo de experimentação ao seu portfólio. Assim, vemos como o agenciamento maquínico do cibersexo já se apresenta, por um lado, através das práticas instituídas e recém-calificadas e, por outro, através de irrupções moleculares, intensificação dos devires, criação de singularidades.

É nossa tarefa, doravante, cartografar o agenciamento de enunciação do agenciamento cibersexo: investigar em que campos ele se insere, que discursos o constituem, bem como analisar as coordenadas semióticas que o codificam. Para tal, partiremos da análise da problemática desse agenciamento.

6 Entendido no sentido que Pierre Lévy (1995/2011) confere a virtual, como movimento inverso da atualização (não como oposição ao real, mas complementar a ele), elevação à potência, vetor de criação da realidade. O autor entende a “virtualização como passagem à problemática, deslocamento do ser para a questão” (1995/2011, p.25). Nesse sentido, experimento virtualmente outras sexualidades remete mais à criação de novas sexualidades do que a simples permuta de papéis sexuais.

3. A problemática do cibersexo: do contexto de emergência à semiótica de regulação

Nas últimas três décadas, concomitantemente à proliferação da Internet, surgiram várias dezenas de artigos, livros, teses, matérias (Griffin-Shelley, 2003), enfim, uma série de enunciados (Foucault, 1969/2012) acerca dos fenômenos que envolvem sexualidade e Internet. Desde meados dos anos 90, quando os enunciados científicos faziam as primeiras aproximações, descrições, circunscrições e capturas, houve uma tendência de convergência dos enunciados, uma consubstanciação de uma série de fenômenos num neologismo doravante denominado de cibersexo. Alguns livros eram endereçados ao público leigo, como o do biólogo Kenneth E. Maxwell (1996), *A Sexual Odyssey: From Forbidden Fruit to Cybersex*, ou o dos psicólogos Michael Adamse e Sheree Motta (1996), *On-line Friendships, Chat Rooms and Cybersex: Your guide to Affairs of the Net*. Em seus títulos, já se evidenciava um curioso pressuposto: a ontologia do cibersexo, uma reificação das práticas sexuais na Internet como objeto de investigação de certos saberes. Outros enunciados, contemporâneos dos primeiros, porém situados num nível epistemológico distinto, versavam sobre o cibersexo em termos de seus impactos negativos. Tratava-se de um campo um pouco mais restrito, voltado para um público bem específico – o acadêmico.

Por exemplo, um relato de caso da Dra. Kimberly Young (1996a), intitulado *Psychology of Computer Use: XL. Addictive use of the Internet: a case that breaks the stereotype*, retirado de uma pesquisa sua em curso (Young, 1996b), pretendia ilustrar como certos usos da Internet podem levar à compulsão. Nele, ela apresentava um caso de uma dona de casa de 43 anos que teria desenvolvido uma compulsão por *chats* que lhe proporcionou severas consequências em sua vida. Contestando o estereótipo midiático de homens jovens e introvertidos como compulsivos por Internet, Young (1996a) sugeria uma expansão do perfil dos consumidores de Internet, bem como seus impactos negativos relativos ao uso problemático da Internet. Uma outra pesquisa, sugeriu a dependência de atividades sexuais *on-line* em seis pacientes ambulatoriais do programa para infratores sexuais (Bingham e Piotrowski, 1996). Outros artigos de cunho teórico também versavam sobre o assunto, como o do Dr. David L.

Delmonico (1997), intitulado *Cybersex: High tech sex addiction*, que concebia o cibersexo como o conjunto de três práticas possíveis, (a) Troca de pornografia *on-line*, (b) Trocas sexuais em tempo real e (c) Softwares multimídia. Além disso, ele relacionava entre as causas da dependência alguns fatores, tais como o isolamento, a fantasia, o anonimato e o baixo custo de acesso.

Seja numa amplitude de alcance de público maior, onde as publicações voltadas para leigos atingem uma quantidade maior de pessoas, ou numa frequência de alcance específica, onde o campo é restrito a um público mais seletivo, vemos que o discurso científico se apropriou das práticas relativas à sexualidade na Internet. Não apenas discorreu sobre elas, mas, sobretudo, participou da produção, emergência e proliferação do cibersexo. Seja em guias para orientação das relações na Internet, ou numa hermenêutica particular das práticas sexuais dos indivíduos, o que nos cabe interrogar é como o cibersexo se consubstancia em problemática. Em algum momento, a partir de um determinado contexto sócio-histórico, os enunciados passaram a ter de dar conta desse fenômeno. A partir de uma determinada data, alguns jornalistas, pesquisadores, cientistas sociais, médicos e psicólogos voltaram seu olhar para o cibersexo e concentraram seus esforços na tentativa de elucidação e de decifração dos fenômenos que o envolviam. Desde então, o cibersexo foi investido de uma curiosidade, mais do que isso, um escrutínio que pretendia desnudá-lo, esmiuçá-lo em cada detalhe.

É preciso recuar um pouco até o momento em que esses discursos eclodiram, até o momento em que o cibersexo entrou na pauta do dia, até o momento em que se tornou objeto de pesquisa para colocar algumas questões. Quais foram as condições de emergência de tais enunciados? Que contingências propiciaram sua exteriorização? Que saberes capturaram tais práticas em seus discursos? Que semiótica eles as conferiram? Enfim, de que forma agenciaram a sexualidade a partir desse novo objeto, o cibersexo? A fim de perscrutar essas questões, precisamos inicialmente cumprir estas tarefas:

- 1) Analisar as condições de emergência dos enunciados acerca do cibersexo a partir da investigação do contexto sócio-histórico no qual eclodem.

- 2) Investigar a semiótica erigida em volta do cibersexo: examinar os saberes que o capturam, que grades de especificação engendram e os mecanismos que o regulam.

3.1. Cibersexo: Condições de emergência, contingências de exteriorização

Na edição de outubro de 1985 da Ms. Magazine, uma revista popular americana declaradamente feminista, a jornalista Lindsay Van Gelder publicou um artigo intitulado *The strange case of the electronic lover* (1985). Neste, ela narrou seu encontro virtual com Joan Sue Greene, através de uma inovadora tecnologia que se popularizou rapidamente: um serviço de *chat* no canal CB do provedor americano CompuServe. Tratava-se de canais de bate-papos, que permitiam interação em tempo real entre pessoas que estivessem com seus computadores conectados na rede por meio de um *modem*⁷.

Van Gelder contou que Joan era uma neuropsicóloga de quase 30 anos, que morava em Nova Iorque e que sofrera um grave acidente de carro por conta de um motorista alcoolizado. O acidente teria matado seu namorado e causado sérios danos cerebrais a Joan, em decorrência dos quais ela não conseguia mais articular a fala e nem andar. Desolada pelas consequências nefastas da tragédia, Joan não pretendia mais viver. Até que seu mentor, um ex-professor da universidade John Hopkins, presenteou-a com um computador, um modem e um ano de assinatura no CompuServe para fazer amizades *on-line*. Isso teria propiciado uma reviravolta em sua vida. Joan fez intensas amizades e se envolveu em diversos romances com várias mulheres. Van Gelder a descreveu como uma feminista bissexual militante de diversas causas, como a dos riscos de se dirigir embriagado e a dos direitos das mulheres. Sua história de superação inspirava a

⁷ Conjunção das palavras Modulador e Demodulador, é um dispositivo de que permite converter informações de um computador para uma linguagem compatível com um canal de comunicação, como a linha telefônica, transmitindo-as para outros computadores conectados ao canal de comunicação (Sawaya, 1999).

todos e os tornava mais próximos e mais íntimos. Segundo a autora, o caminho para se compartilhar uma certa intimidade era facilitado por essa nova forma de comunicação, a qual ela chamou de *mind-to-mind*, já que nela “as pessoas tendem a se abrir mais cedo do que o fariam na “vida real””(Van Gelder, 1985, p. 2).

Joan era tão carismática quanto persuasiva e generosa com suas amigas: encorajou uma delas, uma dona de casa de 42 anos de Massachusetts a entrar para a faculdade e, inclusive, auxiliou-a em alguns de seus trabalhos acadêmicos. Em outro exemplo que a autora citou, ela comprou e enviou um laptop para uma amiga que estava confinada à cama e que não conseguia utilizar seu próprio computador. Enfim, Joan conquistou uma legítima confiança e uma intensa gratidão de suas ciberamigas, com as quais, contudo, ela jamais teve outro tipo de contato que não através do computador. Não demorou muito, contudo, para que ela começasse a usar da profunda confiança e apreço das mulheres para induzi-las ao que Van Gelder chamou de *Compusex*, *i.e.*,

sexo on-line, similar ao sexo por telefone, no qual as pessoas digitam suas fantasias mais exuberantes enquanto se masturbam (em tempos de herpes e AIDS, isso se tornou extremamente popular) (1985, p. 6).

Com o argumento de que o *compusex* era uma extensão natural de uma amizade de profunda intimidade, Joan persuadiu várias de suas amigas a se relacionar sexualmente com ela através de seus computadores. Uma das mulheres que ela seduziu estava tão envolvida como amante virtual de Joan que quase se divorciou do marido. Em outras ocasiões, não obstante, ela apresentava um amigo seu que também utilizava os *chats*, Alex, um proeminente psiquiatra de seus 50 anos, que também morava em Nova Iorque. Algumas dessas mulheres também tiveram envolvimento, inclusive *off-line*, com Alex.

A confluência de alguns fatores, como as versões diferentes das histórias que Joan contava às suas amigas e o fato de ninguém nunca tê-la visto ou falado com ela pessoalmente, apesar das incansáveis tentativas, levantou algumas suspeitas sobre a veracidade da identidade de Joan. Não demorou muito para que ela confessasse que de fato, ela era Alex e que havia criado o personagem Joan para se aproximar das mulheres de uma forma que jamais imaginou que se aproximaria em sua vida. As reações que a autora relatou foram diversas: do

choque à decepção, da revolta por terem sido tão artilosamente enganadas às tentativas de sanções legais como reparação. Uma das mulheres, a qual Van Gelder chamou de vítima, e “que teve um relacionamento com Alex na vida real, após ter sido apresentada a ele por Joan” (1985, p. 2), descreveu o experimento como um estupro mental. Outras ficaram enojadas com a possibilidade de um homem que quisesse se sentir como mulher e falavam da questão da latência, concluindo que devia se tratar de um distúrbio de personalidade. Enfim, a própria autora, ao refletir sobre a história, conclui que

A história de Alex levanta outras questões que possuem uma ressonância especial para as feministas. A principal delas, para mim, é por que um homem precisava travestir-se eletronicamente para experimentar intimidade, confiança e entrega. [...] Talvez umas das coisas a ser aprendidas de Joan e Alex é que temos um caminho a percorrer antes que o gênero deixe de ser o principal e volátil princípio organizador humano mesmo em um meio dedicado à primazia do espírito (Van Gelder, 1985, pp. 9-10).

O que há de tão extraordinário nessa história? Primeiro, a data: apesar de ter sido publicada em 1985, a história se passa ao longo dos anos anteriores, com início em 1983, bem antes da larga popularização da Internet e da criação da *World Wide Web* (www), em 1990 (Castells, 2001/2007). A Internet era uma tecnologia recente no início dos anos 80 e, contudo, esse registro, o mais antigo a abordar o assunto que pudemos encontrar, já evidencia o agenciamento sexualidade e Internet: seja nas práticas sexuais do que a autora chamou de *Compusex*, ou na questão que o ciberespaço colocava em relação ao gênero como constitutivo da identidade. Por se tratar de uma das primeiras publicações sobre o assunto, torna-se importante perscrutar o quê ela exterioriza, de que forma se articula com outros discursos contemporâneos, enfim, o contexto que a sustenta. O segundo ponto importante é o lugar, a localidade geográfica, em primeira instância – como as tecnologias de ligação de computadores em rede (que engendraram mais tarde a Internet) têm seu berço nos EUA (Castells, 2001/2007), era de se esperar que esse fenômeno se manifestasse primeiramente lá. Contudo, para além dessa dimensão física, temos outro domínio no qual emerge o “estranho caso do amante eletrônico” e seu veículo de propagação é a nossa pista: trata-se do meio feminista americano, o qual se via às voltas com a questão da relação de

gêneros na década de 80 (Narvaz e Koller, 2006). Não por acaso, a história foi publicada em uma revista voltada ao público feminista, a *Ms.*, mas também escrita por uma jornalista autointitulada feminista. O terceiro ponto a ressaltar está bem aí, no quem fala, quem emite o discurso: o fato de a autora ser uma jornalista, acrescido ao seu estilo de narrativa nos revela de antemão que não se trata de uma publicação que se pretenda científica – a despeito do viés político (feminista), não há uma tentativa de explicação dos fenômenos descritos segundo tal ou qual teoria, mas uma narrativa pessoal sobre como novas tecnologias influenciam nas formas de pensar e de se relacionar. O discurso que articula sexualidade e Internet (agenciamento de enunciação, nos termos de Deleuze e Guattari (1995a)) emerge, sobretudo como crítica das relações de gênero. Poderíamos dizer até uma dupla crítica de gênero, já que denuncia por um lado a fragilidade masculina de ter de “travestir-se eletronicamente para experimentar intimidade, confiança e entrega” (Van Gelder, 1985, p. 9) para com o outro sexo. E, por outro lado, mas ao mesmo tempo, vemos a denúncia ao gênero feminino que armadilhou sua própria emboscada: Alex somente criou o personagem de Joan porque enquanto homem jamais teria a intimidade e a confiança que usufruiu como mulher. Por isso a autora concluiu que há ainda um caminho a se percorrer antes do gênero deixar de ser o princípio organizador humano.

Assim, vemos que o que mais tarde passaremos a conhecer por cibersexo eclode em meio a um âmbito menos científico e acadêmico do que político e o que aparece como pano de fundo para sua irrupção, seu cerne de problematização é a questão das relações de gênero, ou, se aprofundarmos mais o olhar, a questão da identidade e da individuação. Como uma tecnologia possibilita o indivíduo escapar de si mesmo, dos processos de individuação que sobredeterminam sua identidade, que o definem e o controlam? Eis a problemática na qual o cibersexo se insere. O agenciamento maquínico da Internet introduz uma linha de fuga, uma desterritorialização (Deleuze e Guattari, 1995a), uma ruptura do agenciamento molar da sexualidade que controla as identidades. Se no século XIX, como assinalou Foucault, a sexualidade era “constitutiva dessa ligação que obriga as pessoas a se associar com sua identidade na forma de subjetividade” (1978a/2010, p. 76), no fim do século XX, o agenciamento com a Internet cria uma possível linha de fuga. A partir do agenciamento com a tecnologia, os computadores, a

Internet, novas possibilidades emergem. Agora é possível romper com as identidades estabelecidas, experimentar relacionamentos a partir de referenciais distintos. Como nos narrou Van Gelder (1985), Alex provavelmente jamais experimentaria a cumplicidade e sinceridade que conquistou de suas ciberamigas se não fosse por Joan. Há toda uma dimensão molar de nosso campo semântico que pré-julga e pré-concebe as coisas e as pessoas, circunscreve-as em certos domínios – da amizade, do romance, do profissionalismo, etc.. Nossas relações são mediadas, reguladas, de certa forma, por esse campo semântico. Na medida em que os ciber-relacionamentos podem se dar numa configuração distinta, na qual as interações podem ocorrer exclusivamente pelo meio textual (como é o caso de vários modelos de *chat*), irrompe uma linha de fuga. Tal linha de fuga escapa à dimensão molar de nosso campo semântico, faz surgir novas possibilidades de relacionamento, novos arranjos. Não foi apenas Joan que assumiu ser Alex, mas, sobretudo, Alex que assumiu-se Joan, investiu-a, encarnou-a. Como pudemos verificar no relato, ele viveu-a intensamente nas amizades e nos romances: apostou numa nova forma de relacionar-se perpetrada pela Internet; desterritorializou-se. Contudo, a partir do momento em que confessou, Alex se vê confrontado com uma reterritorialização: não se trata apenas do fato daquelas mulheres terem sido enganadas, mas a questão se voltou muito mais para os motivos que levaram Alex a se travestir, simular-se mulher. Quando um homem escapa à sua identidade de homem e se faz passar por mulher, quando ele escapa à dimensão molar do campo semântico, um vetor de reterritorialização se instaura, forçando a restituição da configuração original. As mulheres com as quais Alex se relacionou, em sua maioria, descartaram toda a experiência que tiveram com Joan, assumiram Alex como alguém com problemas de identidade, com um homossexualismo latente, etc.. Ou seja, na medida em que tal linha de fuga, tal desterritorialização irrompe, ela se torna problema, é posta em questão e aciona alguns dispositivos de controle, que tentarão reterritorializá-la.

Os enunciados que emanam inicialmente dessa problemática são eminentemente de cunho jornalístico e denunciam possíveis efeitos nocivos que a tecnologia da Internet poderia provocar sobre as sexualidades. Depois de Van Gelder (1985), Branwyn (1993), publicou um artigo intitulado *Compu-sex*:

Erotica for cybnauts, numa revista que aborda tópicos relacionados à cibercultura, no qual ele discute a distorção de certos aspectos da identidade real no âmbito virtual para experimentar novas sensações e obter certas vantagens. Além disso, ele aponta a vulnerabilidade das crianças diante dessa possibilidade, chamando a atenção para uma nova e poderosa ferramenta que poderia ser utilizada pelos pedófilos. Butterworth (1993), na mesma época, publicou um artigo sobre a pornografia virtual numa revista radical feminista da Grã-Bretanha, a *Trouble and Strife*. Nele, a autora critica as apropriações e o desenvolvimento das novas tecnologias para atender exclusivamente ideais masculinos de exploração da mulher, como o intercâmbio pornográfico através dos computadores e do que chamou de sexo virtual, que consistiria de uma gama de tecnologias que possibilitariam a simulação do sexo com programas de computadores ou sua efetiva realização entre pessoas a distância.

As especulações que estes dois artigos levantavam concerniam a uma preocupação coletiva da época. Em 1993, a Internet atingia a marca de 10 milhões de usuários⁸, quase 4 vezes o número de internautas de quando a www foi inaugurada, somente três anos antes (2,63 milhões). Essa promissora tecnologia, com um desenvolvimento e adesão vertiginosos, provocou o receio de que essas transformações radicais culminassem numa desumanização da sociedade, uma total subversão do modo de vida ao qual se estava adaptado. É um dos perigos diante da linha de fuga ao qual Deleuze e Guattari (1996) nos advertem: o medo do caos iminente. A desterritorialização prenunciada provocava o receio da perda da organização que assegurava certa estabilidade, conferia certo conforto. Deleuze e Guattari (1996) comentam acerca deste medo:

Tememos, o tempo todo, perder. A segurança, a grande organização molar que nos sustenta, as arborescências onde nos agarramos, as máquinas binárias que nos dão um estatuto bem definido. As ressonâncias onde entramos, o sistema de sobrecodificação que nos domina – tudo isso nós desejamos [...] Quanto mais a segmentaridade for dura, mais ela nos tranquiliza (p. 109).

⁸ Fonte: Google, disponível em <http://www.evolutionoftheweb.com/?hl=pt-br#/growth/day>. Acesso em 07 de janeiro de 2014

Nos anos seguintes, a problemática do agenciamento sexualidade e Internet migrou do discurso jornalístico-alarmista para o âmbito científico e legal. Os sociólogos Durkin e Bryant (1995) publicaram o artigo chamado “*Log on to sex*”: *Some notes on the carnal computer and erotic cyberspace as an emerging research frontier*, numa revista sobre comportamentos desviantes. Nele, os autores advertiram para o fato de que, assim como o computador começou a revolucionar a vida social, ele também poderia revolucionar certas modalidades criminosas e modificar os parâmetros de compreensão dos comportamentos sexuais desviantes, já que o ciberespaço era uma nova realidade com sua própria especificidade. O especialista em legislação e tecnologia, David K. McGraw (1995) publicou um artigo que tratava sobre o assédio sexual na Internet e a insuficiência dos dispositivos legais para tratar a questão diante do novo contexto do ciberespaço. Seguindo o mesmo caminho, o estudante de engenharia elétrica, Marty Rimm (1995) conduziu um controverso estudo sobre a pornografia *on-line* em diversos países, onde concluiu que 83,5% de todas as imagens postadas na Usenet, um sistema de redes que precedeu a *World Wide Web*, eram pornográficas. Rimm (1995) chamava atenção para a facilidade do intercâmbio de imagens bizarras e até ilegais. O burburinho provocado pela publicação dos resultados de sua pesquisa em uma matéria da tradicional revista *Time*, intitulada *On a screen near you: cyberporn* (Elmer-Dewitt, 1995) aqueceu as discussões sobre a censura na Internet nos EUA. O deputado Charles Grassley, baseado nos achados de Rimm (1995) propôs na sessão de 26 de junho de 1995 do Congresso americano o projeto de lei intitulado Ato de Proteção das Crianças Contra a Pornografia dos Computadores⁹. Rapidamente, o trabalho de Rimm (1995) foi questionado por sua metodologia tendenciosa e refutado eticamente por seu envolvimento político com grupos de direito interessados na censura da Internet (Hoffman e Novak, 1995). Sherry Turkle (1995), Ph.D em sociologia e psicologia da personalidade e professora do Massachusetts Institute of Technology (MIT), retomou a questão da identidade no livro *Life on the Screen: Identity in the Age of the Internet*. Contudo, a autora não restringiu seu texto ao discurso do esvaziamento da identidade, ressaltando também o potencial coeficiente de

⁹ Registro da sessão do congresso disponível em <http://groups.csail.mit.edu/mac/classes/6.805/articles/cda/grassley-congressional-record.html>

transversalidade (Guattari, 1974/2004, 1988) que a tecnologia proporciona, considerando que as simulações de outras identidades podem até ser terapêuticas.

O que vemos nesse período é uma progressiva apropriação dos discursos sobre Internet e sexualidade pelas ciências humanas, eminentemente por aquelas que se ocupam da coletividade, como a sociologia e o direito. Parece que tal fato se deve à problemática que esse agenciamento entre Internet e sexualidade suscitava. Por um lado, a sociologia era convocada a explicar a crescente adesão ao ciberespaço, que ocorria em progressão geométrica: em 1993, os internautas eram 10 milhões, no ano seguinte, esse número dobrou para 20,38 milhões e em 1995, atingia a marca dos 39 milhões¹⁰. Podemos assumir sem grande dificuldade que as práticas relacionadas à sexualidade no ciberespaço também cresceram proporcionalmente.

O que havia de tão atraente nessa nova tecnologia, que tinha a capacidade de reunir um número cada vez maior de adeptos? Essa era a questão, o *leitmotiv* dos discursos da sociologia (Durkin e Bryant, 1995, Turkle, 1995). Por outro lado, os discursos do âmbito do direito tinham um propósito bem claro: fazer incidir sobre as práticas do ciberespaço certas regulações, certos mecanismos legais (McGraw, 1995, Durkin 1997, Deirmenjian, 1999). Tal como o modo de vida coletiva fora do ciberespaço é sancionado pela legislação, também as ações e os comportamentos no ciberespaço deveriam sê-lo. Contudo, foi somente em 1996 que efetivamente o termo cibersexo se consubstanciou e tomou uma nova configuração, a partir da incidência dos discursos psi.

Apesar de já ter aparecido numa publicação anterior um tanto obscura - *The Joy Of Cybersex: An Underground Guide to Electronic Erotica* - do jornalista Philip Robinson e da empresária de relações públicas e comunicação, Nancy Tamosaitis em 1993, é a partir de autores como Young (1996a, 1996b, 1999), Delmonico (1997), Cooper (1997, 1998a) Schneider (2000a, 2000b) e Weiss (2014, Schneider e Weiss, 2001) que o termo cibersexo passará a representar os fenômenos relacionados à sexualidade e Internet. Mais do que isso, os discursos desses autores e outros contemporâneos marcam um importante deslocamento no

¹⁰ Informações recuperadas de <http://www.evolutionoftheweb.com/?hl=pt-br#/growth/day>. Acesso em 07 de janeiro de 2014

âmbito dessa temática: a interiorização da problemática do cibersexo no indivíduo, sua incrustação na subjetividade. A Dra. Kimberly Young (1996b) apresentou no 104º encontro anual da *American Psychological Association* no Canadá, os resultados de uma pesquisa com 496 participantes, na qual ela pretende responder empiricamente à questão da existência da dependência de Internet e a extensão potencial dos problemas causados por seu abuso. A questão óbvia que se colocava perante o propósito de Young era a do critério que definiria a dependência de Internet. Para respondê-la, Young (1996b) recorre à 4ª Edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM IV). Contudo, por não encontrar nenhuma correlação diagnóstica com o termo dependência (*addiction*), ela recorre ao critério diagnóstico para jogo patológico, alegando que “De todos os diagnósticos presentes no DSM-IV, o jogo patológico foi considerado o mais próximo da natureza patológica do uso da Internet” (Young, 1996b, p. 2). O jogo patológico, segundo a versão do DSM¹¹ a qual Young se refere, é um comportamento de jogo mal-adaptativo, recorrente e persistente, que perturba os empreendimentos pessoais, familiares ou ocupacionais. Assim, complementa Young, “a dependência de Internet pode ser definida como um transtorno do controle dos impulsos que não envolve um agente tóxico” (1996b, p.2). Recrutando participantes através de anúncios nos jornais, na Internet e em campus universitários, Young reuniu 496 sujeitos, os quais responderam a um questionário de oito itens calcados numa adaptação dos critérios diagnósticos do jogo patológico para o uso da Internet. As questões eram:

1. Você se sente preocupado com a Internet (pensa sobre a sessão *on-line* anterior ou antecipa a próxima sessão)?
2. Você sente necessidade de usar a Internet por períodos cada vez mais prolongados de tempo para atingir a satisfação?
3. Você teve sucessivas tentativas fracassadas para controlar, limitar ou parar de usar a Internet?
4. Você se sente inquieto, mal-humorado, deprimido ou irritado quando tenta limitar ou parar de usar a Internet?

¹¹ Disponível em http://www.psicologia.pt/instrumentos/dsm_cid/dsm.php.

5. Você permanece conectado por mais tempo do que pretendia inicialmente?
6. Você já comprometeu ou arriscou perder um relacionamento significativo, emprego, oportunidade educacional ou de carreira por conta da Internet?
7. Você já mentiu para familiares, terapeutas ou outras pessoas para esconder a extensão do seu envolvimento com a Internet?
8. Você usa a Internet como meio de fugir de problemas ou para aliviar um humor disfórico (por exemplo, sentimentos de desamparo, culpa, ansiedade ou depressão)?

Aqueles que responderam afirmativamente a 5 ou mais questões foram classificados como dependentes de Internet. Além do questionário, os participantes contribuíram respondendo a outras questões, as quais tiveram seus resultados comparados entre o grupo dos 396 dependentes com o grupo controle de 100 não dependentes. Dentre elas, constavam:

a) Há quanto tempo os respondentes faziam uso da Internet: Young verificou, ao comparar os resultados de tempo de familiaridade da Internet, que a maioria do grupo de dependentes conhecia a Internet há menos de um ano, enquanto que o inverso sucedia no grupo de não dependentes. A partir disso, ela concluiu que a dependência de Internet ocorre muito rapidamente após se conhecer os produtos e serviços disponíveis *on-line*.

b) A quantidade de horas que despendiam *on-line*: Com relação a esse quesito, Young encontrou um resultado no grupo de dependentes de quase oito vezes maior do que no grupo controle. Segundo ela, o grupo de dependentes apresentava um progressivo aumento diário, enquanto que no grupo de não dependentes o uso era estável no tempo. Tal resultado a fez concluir que o tempo gasto *on-line* pode ser um importante fator de medida diagnóstica, um parâmetro objetivamente mensurável da dependência.

c) Que tipos de aplicativos utilizavam e (d) o que havia de tão atraente neles que os motivava a fazê-lo: Ao avaliar os aplicativos utilizados, Young descobriu que mais da metade do grupo de dependentes gastava mais seu tempo em salas de *chat* e *Multi-Users Dungeons* (MUD), que são jogos *on-line* de múltiplos jogadores,

enquanto que o grupo controle acessava mais seus correios eletrônicos (e-mail) e pesquisava na *World Wide Web*. Ela concluiu, a partir disso, que haveria certos fatores de risco dos aplicativos utilizados na Internet em relação à dependência, ou seja, os usos das salas de *chat* e MUD's teriam um potencial mais viciante do que outras aplicações. (d) A preferência por *chats* e MUD's do grupo de dependentes ocorria em função do prazer que lhe proporcionavam em encontrar novas pessoas, socializar com elas e trocar ideias. O grupo controle via a Internet como uma ferramenta bem útil para comunicação pessoal e de negócios, e não como meio de diversão ou ferramenta de socialização.

(e) Caso houvesse algum, os problemas que a Internet causava em suas vidas e (f) a gravidade deles numa escala de comprometimento de leve, moderado ou grave: Os problemas relatados foram divididos em cinco categorias, a saber, problemas acadêmicos, de relacionamento, financeiros, ocupacionais e físicos. De acordo com a autora da pesquisa, a maior incidência de problemas graves estava na categoria acadêmica: a diversão e a socialização *on-line* ocorriam a expensas das horas de estudo e elaboração de trabalhos. Em segundo lugar, vinham os problemas de relacionamento, o empobrecimento e distanciamento de amigos, parentes, parceiros conjugais e namorados decorrentes do uso excessivo. Segundo a autora, os relacionamentos mais disruptivos em função do uso excessivo eram os casamentos e namoros, devido aos conflitos provocados pela disputa de atenção e ciúmes dos amigos *on-line*, além dos casos românticos que levavam ao cibersexo e à ruptura desses relacionamentos.

Young (1996b) concluiu que, apesar das limitações de seu trabalho, é possível responder positivamente à questão levantada inicialmente, qual seja, sobre a existência da dependência de Internet. Fazendo uma aproximação entre os quadros de dependência de Internet e jogadores compulsivos ou alcoólatras, a autora considera que estes se enquadram na categoria de distúrbio do controle dos impulsos, pois não se consegue abandonar a Internet apesar das consequências negativas que ela pode trazer. E essa aproximação não se limita ao caráter patológico, mas se estende ao objeto: apesar do álcool e dos jogos serem potencialmente viciantes, são os (ab)usos que provocam a dependência. Assim, a autora conclui que não é a Internet em si mesma que causa a dependência, apesar

de haver alguns aplicativos com um potencial maior de induzi-la. Ela sugere que quanto mais interativos os aplicativos *on-line*, maiores os riscos de se desenvolver a dependência e arrisca afirmar que

é possível que um único reforço do contato virtual com relacionamentos *on-line* possa preencher o espaço das necessidades sociais não satisfeitas na vida real. Indivíduos que se sentem incompreendidos e solitários podem usar os relacionamentos virtuais para buscar sentimentos de conforto e aceitação. Contudo, uma maior investigação se faz necessária para investigar como essas aplicações interativas são capazes de preencher essas necessidades não satisfeitas e como isso leva a padrões viciosos de comportamento (Young, 1996, p.10).

Young (1996b) aponta ainda outros caminhos para aprofundar a temática, como os traços de personalidade que propiciariam o distúrbio, além de métodos de tratamento para a desordem.

Apesar do trabalho de Young (1996b) inicialmente não focar especificamente na problemática do cibersexo, ele aparece como uma subcategoria dessa nova desordem clínica, a dependência de Internet. A partir deste e de outros trabalhos contemporâneos a ele, vemos um certo deslocamento no discurso sobre o cibersexo que recairá doravante sobre o campo do patológico. O que proporcionou essa mudança? Young (1996b) relata o disparador social que induziu à sua pesquisa – os recentes relatos da mídia de pessoas que estariam viciadas em Internet tal como outras ficam viciadas em drogas, álcool ou jogo. Elas estariam perdendo produtividade no trabalho, falhando academicamente e tendo problemas em seus relacionamentos amorosos e conjugais. Essa é uma importante contingência de exteriorização dos trabalhos produzidos sobre o cibersexo na época – a consonância com o discurso midiático. Não se faz uma pesquisa sem um objetivo e não se produz um objetivo sem que este tenha uma implicação política e social. O enunciado de Young já estava prenunciado, virtualmente presente no discurso midiático. Há uma problemática de utilidade subjacente ao discurso de Young: os usos que se fazem da Internet, do cibersexo, não devem perturbar as metas sociais (acadêmicas, profissionais, ocupacionais, etc.). O uso que visa ao prazer é considerado como distúrbio do controle dos impulsos, enquanto que o uso para fins profissionais e acadêmicos não se configura em patologia. Uso ou abuso dependerá do objetivo ao qual se aspira. Se

se busca unicamente o prazer, a ignomínia do prazer mesquinho, sem utilidade social alguma, trata-se de abuso. Se se trata de um nobre propósito, socialmente útil, de alguma forma, trata-se de uso. Se alguém passa a madrugada no computador a trabalhar, certamente será congratulada por seu nobre e extenuante esforço. Se o faz apenas para se divertir, certamente será considerada com algum problema.

Vimos como o discurso sobre o cibersexo eclodiu em meio ao âmbito jornalístico e midiático e como as ciências humanas foram convocadas para responder às questões levantadas. Os saberes psi, ao se depararem com a “desordem social” que a Internet parecia provocar (divórcios, baixa produtividade acadêmica e profissional), volveram à desordem clínica a causa da primeira – é a patologia individual a causadora de todas essas perturbações e não a Internet em si. Como escreve a autora,

As razões subjacentes a tal incapacidade do controle dos impulsos devem ser posteriormente examinadas. Uma questão interessante levantada nesse estudo é que, em geral, a Internet em si mesma não é viciante. Aplicativos específicos parecem desempenhar um papel importante no desenvolvimento do uso patológico da Internet, já que os dependentes eram menos propensos a controlar o uso dos recursos altamente interativos do que outros aplicativos *on-line*. Este documento sugere que existe um risco maior no desenvolvimento do uso viciante tanto mais interativo o aplicativo utilizado pelo usuário *on-line* (Young, 1996, p. 10).

Assim, a problemática do cibersexo se deslocou do âmbito social para encontrar suas raízes no indivíduo, na patologia individual do controle dos impulsos. Doravante, era a subjetividade que deveria ser perscrutada em busca da causa eliciadora da patologia. Doravante, toda uma hermenêutica do cibersexo foi posta em funcionamento. Uma bateria de testes, exames e outros recursos diagnósticos foram produzidos; tratamentos e terapias também foram engendrados ou adaptados para combater tal patologia.

Ora, vimos assim as condições de emergência, bem como as contingências de exteriorização dos enunciados acerca do cibersexo. A Internet fez irromper, inicialmente, uma linha de fuga no agenciamento da sexualidade, fazendo emergir toda uma problemática da identidade e da utilidade a qual os discursos midiáticos não se cansaram de denunciar. Alguns saberes foram convocados para

reterritorializar esse agenciamento, inicialmente através dos enunciados sociológicos, que denunciaram a desordem coletiva propiciada pela desterritorialização, e, concomitantemente, os discursos do direito, que evocaram uma regulação jurídica do ciberespaço. Posteriormente, os discursos e dispositivos psicológicos – a noção de patologia (junto de seus diagnósticos e tratamentos) – se encarregaram da reterritorialização. As possibilidades de enunciação se calcaram na conjunção de dois fatores preponderantes: o potencial desterritorializante do cibersexo agravado pelo rápido e progressivo crescimento da Internet criava um fator de risco eminente. A problemática que o cibersexo levantava (da identidade e da utilidade) colocada em macro-escala¹² ameaçava desestruturar toda uma organização social pré-estabelecida. Homens que se passavam por mulheres para experimentar novas formas de amizades, novas formas de sexualidade; estudantes que fracassavam em seus exames, pois estavam exaustos das horas de navegação da noite anterior; profissionais que não cumpriam seus prazos no trabalho porque trocavam pornografia enquanto deveriam estar compilando dados e produzindo relatórios – todos esses exemplos de problemas, de desvios, que a mídia não se cansou de veicular, de denunciar, foram outorgados a certos saberes. A necessidade de neutralizar esses desvios, de capturar a linha de fuga, criou a contingência ideal para certos enunciados. Esses enunciados criaram e evocaram dispositivos de captura e de controle específicos, que se consolidaram num território próprio do cibersexo. Investiguemos, portanto, esse campo semiótico do cibersexo.

3.2. A semiótica do cibersexo

Tal como a sexualidade foi esquadrihada no século XIX por certos saberes, como a psiquiatria, o cibersexo foi mapeado quanto aos seus riscos, especificado quanto as suas características, avaliado quanto a sua demografia, conjurado em sua perniciosidade. Assim que o cibersexo migrou do discurso sociológico para o domínio psi, um arsenal teórico foi invocado por um esquadrão

¹² No ano de publicação do trabalho de Young (1996), a Internet atingiu a marca de 100 milhões de usuários.

de *experts*, que dispararam hipóteses, reflexões e elucubrações sobre sua natureza e seus efeitos. Em 1997, o *Journal of Sex Education and Therapy* dedicou uma edição especial ao tema do sexo e relacionamentos na Internet (Griffin-Shelley, 2003). O Dr. Al Cooper (1997) introduziu a edição com a apresentação intitulada *The Internet and sexuality: Into the new Millennium*. A psicóloga especializada em sexologia, Sandra Leiblum (1997) contribuiu com um artigo que tratava sobre as questões clínicas do que chamou de *Netsex*. Uma série de especialistas publicou seus artigos sobre temas como romance *on-line* (Cooper e Sportolari, 1997), intimidade (Schnarch, 1997), infidelidade (Shaw, 1997), parafilias (Kim e Bailey, 1997), interesses sexuais ego-distônicos (Newman, 1997), identidade de gênero (Weinrick, 1997) e educação sexual (Gotlib e Fagan, 1997). Dois artigos internacionais apareceram (Barak e Safir, 1997; Luni *et al*, 1997), versando sobre a questão a partir dos pontos de vista dos contextos israelita e russo. O psicólogo Michael Plaut (1997) discutiu ainda sobre a ética do equilíbrio entre liberdade de expressão, direito de privacidade e o bem comum da sociedade. Esta edição marca um fato digno de nota: o escrutínio do cibersexo em larga escala. O fato de ter merecido uma edição especial num reconhecido jornal acadêmico já demonstra a importância e a amplitude que a temática da sexualidade e Internet vinha tomando. Mas as diferentes abordagens dos artigos - da identidade à ética -, além das diferentes localidades de origem - do ocidente ao oriente -, marcam uma expansão de propagação.

Diversos aspectos que envolviam o cibersexo passaram a ser alvo de investigação, e, a primeira tarefa que se colocava era a de identificar seus possíveis adeptos. A Dra. Young (2013), ao prosseguir com suas investigações acerca da dependência da Internet e do cibersexo, tornou disponível em sua página da web, em 1998 (Griffin-Shelley, 2003) o seguinte questionário autoadministrado como primeira forma de diagnóstico de dependência de cibersexo (Young, 2013):

- 1 – Você frequentemente gasta seu tempo em *sexting*¹³ e mensagens instantâneas com o propósito de conseguir cibersexo?
- 2 – Você se sente preocupado com o uso do mundo *on-line* para fins sexuais?
- 3 – Você costuma usar da comunicação anônima para se envolver em fantasias sexuais?
- 4 – Você antecipa sua próxima sessão *on-line* com a expectativa de que vai encontrar excitação sexual ou satisfação?
- 5 – Você migra do cibersexo para o sexo por telefone ou mesmo encontros na vida real?
- 6 – Você esconde suas interações *on-line* de seu companheiro (a)?
- 7 – Você sente culpa ou vergonha do seu uso *on-line*?
- 8 – Você foi acidentalmente excitado pelo cibersexo e agora descobriu que busca ativamente por isso quando se loga *on-line*?
- 9 – Você se masturba ao ter cibersexo ou vendo pornografia *on-line*?
- 10 – Você sente menos interesse no seu parceiro sexual da vida real, preferindo o cibersexo como uma forma de satisfação sexual primária?

O questionário devia ser respondido em termos de “sim” e “não” para cada pergunta. Uma única resposta positiva era o suficiente para que o respondente fosse considerado candidato à dependência do cibersexo (Young, 2013). Esse teste ilustra bem o campo semiótico que começa a sedimentar em torno do cibersexo. Inicialmente, podemos ver que o teste apresenta uma larga abrangência, o que sugere um alto grau de sensibilidade e um baixo grau de especificidade¹⁴.

¹³ *Sexting* é a contração dos termos *sex* e *texting*. Ele se refere a troca de mensagens de conteúdo erótico, seja textual, fotográfico ou em vídeo, principalmente através de telefones celulares. Fonte: <http://www.sexting.es/que-es-el-sexting.html>, recuperado em 10 de janeiro de 2014.

¹⁴ Definidos como → Sensibilidade: É o fator que mede a capacidade do teste em identificar corretamente a patologia entre aqueles que a possuem. Dado pela fórmula $S = \frac{VP}{VP+FN}$. Onde S = Sensibilidade, VP = Verdadeiro Positivo e FN = Falso Negativo.

Dada a forma de construção das perguntas e o modelo binário de resposta, acrescido ao critério de resultados (uma única resposta afirmativa é suficiente para se suspeitar de uma patologia), pode-se supor sem muita dificuldade que o teste retornaria uma grande quantidade de falsos positivos, assim como uma baixa quantidade de verdadeiros negativos. Poder-se-ia objetar, contudo, que se trata apenas de um teste de triagem, que isoladamente não é suficiente como critério diagnóstico. De fato, não é tanto para a metodologia, para a configuração das perguntas, ou para os critérios de resultados do teste que gostaríamos de chamar a atenção, mas antes para o seu meio de administração e o canal de divulgação. Qual o propósito de um teste de alta sensibilidade veiculado abertamente na Internet? Que efeitos ele produz?

Aqui, poderíamos introduzir uma hipótese de trabalho: o biopoder se estende e se adapta à realidade do ciberespaço, reconfigura suas estratégias, cria novos dispositivos. Tal como o agenciamento sexualidade e Internet cria novos potenciais de transversalidade, engendra desterritorializações e novas linhas de fuga, o biopoder atravessa a Internet, criando dispositivos de controle e regulação, dentro e fora do ciberespaço. Ele se conjuga assim em um ciberbiopoder. O biopoder se encarregava do controle sobre os corpos, através de seu esquadramento e de seus locais de circulação, a fim de majorar os resultados extraídos deles (Foucault, 1976/2005). Ele se encarregou das taxas de gestão da população (natalidade, mortalidade, etc.), rearquitetou as cidades em nome da saúde pública, apropriou-se dos corpos em nome do controle das epidemias (Foucault, 1974/2012). Enfim, pode-se dizer que ele normatizou as condutas dos indivíduos, principalmente no nível de suas sexualidades (Foucault, 1976/2005). O ciberbiopoder é a manifestação do biopoder nos meios cibernéticos, o controle das potencialidades no âmbito do ciberespaço. Por um lado, seu polo negativo se manifesta através das censuras e das sanções: o impedimento de certas informações de circularem, a censura a certos *sites*, os filtros de conteúdo que impedem acesso a certos tipos de dados. Não por acaso, na mesma época que Young (1996b) fazia suas pesquisas sobre a compulsão da Internet, o governo

Especificidade → É o fator que mede a capacidade do teste em excluir corretamente aqueles que não possuem a patologia, ou seja, o quão específico ele é. É dado pela fórmula $E = \frac{VN}{VN+FP}$. Onde E = Especificidade, VN = Verdadeiro Negativo e FP = Falso Positivo.

americano sancionava o ato de telecomunicação, no qual um artigo se dedicava ao *Communications Decency Act* (Ato de Decência das Comunicações) (Nichols, 2014). Ele instaurava um rígido controle sobre as comunicações obscenas (texto, imagem, vídeos...) que circulavam pela Internet, prevendo punições como multa e prisão para os infratores. Por outro lado, há um polo positivo que instaura dispositivos de regulação, de normatização, cuja função é menos a censura do que a produção de certos comportamentos. O que vemos despontar com esse teste, é um dispositivo de patologização das condutas na Internet. Assim como a maioria das atividades sexuais do século XIX era suspeita de uma perversão, a partir do final do século XX, qualquer atividade que envolvesse sexualidade e Internet passou a ser suspeita de transtorno do controle dos impulsos – quaisquer dessas atividades passaram a ser suspeitas de patologia. Vê-se que o mesmo dispositivo de patologização passa a ser utilizado, porém de forma distinta, associado a uma nova tecnologia.

Suponhamos que nossa hipótese de trabalho seja plausível, que um agenciamento do biopoder e Internet eclode em resposta ao potencial desterritorializante do agenciamento sexualidade e Internet: para tanto, seria necessário encontrar outras evidências que a corroborassem. No mesmo ano (1998) que Young disponibilizou seu autoteste na Internet, outro psicólogo e terapeuta, Robert Weiss (2014), *expert* em estudos sobre sexualidade, também criou um teste de triagem *on-line* que avaliava a dependência de cibersexo (Griffin-Shelley, 2003). O teste consistia de 14 perguntas às quais também se respondia “sim” ou “não”:

- 1 – Você passa cada vez mais tempo *on-line* focado em envolvimentos ou intrigas românticas ou sexuais?
- 2 – Você está envolvido em múltiplos relacionamentos sexuais ou românticos em salas de *chat*, Internet ou BBS¹⁵?
- 3 – Você não considera “relacionamentos” românticos ou sexuais *on-line* como possíveis violações dos compromissos com seu cônjuge/parceiro (a)?

¹⁵ *Bulletin Board System* (Sistema de Quadro de Avisos) – “Sistema de quadro de avisos eletrônico composto por computadores interligados por modems” (Sawaya, 1999, p. 46).

4 – Você já falhou em tentativas de limitar a frequência de envolvimento ou interações sexuais ou românticas na Internet?

5 – Seu uso *on-line* interfere no trabalho (você fica cansado ou se atrasa para o trabalho devido ao uso na noite anterior, ou permanece conectado enquanto trabalha, etc.)?

6 – O uso *on-line* interfere em relações primárias (*e.g.* minimizando ou mentindo sobre as atividades, passando menos tempo com o companheiro ou a família)?

7 – Você está intensamente envolvido na coleta de pornografia na Internet?

8 – Você se envolve em atos de fantasia *on-line* ou experiências que seriam ilegais se concretizadas?

9 – Seu tempo de interação social ou familiar diminuiu devido ao envolvimento com fantasias *on-line*?

10 – Você é reticente, ou mente sobre a quantidade de tempo que despende *on-line*, ou ainda sobre o tipo de atividades de fantasias sexuais/românticas realizadas *on-line*?

11 – Você se envolve com parceiros sexuais ou românticos que conheceu *on-line*, enquanto está envolvido em um matrimônio ou outra relação?

12 – Tem havido crescentes reclamações ou preocupações de familiares ou amigos acerca da quantidade de tempo que você passa *on-line*?

13 – Você costuma ficar com raiva ou extremamente irritado quando lhe pedem para desistir do envolvimento *on-line* para ficar com parceiros, familiares e amigos?

14 – O foco principal da sua vida sexual ou romântica tem se tornado cada vez mais relacionado com atividades do computador (incluindo o uso de CD ROM pornográfico)?

Mais uma vez, qualquer resposta positiva conduzia da triagem à suspeita de dependência de cibersexo. Podemos citar ainda outros testes que surgiram à época, como o *On-line Sexual Addiction Questionnaire* (O.S.A-Q) de Dana E.

Putnam, disponível *on-line* em 1997 (Griffin-Shelley, 2003), o *Internet Sex Screening Test* (Delmonico e Miller, 2003), disponível *on-line* a partir de 1999 (Griffin-Shelley, 2003), além do *CyberSexual Abuse Test* do Dr. David Greenfield (2014), disponível *on-line* desde 2001.

O fato de uma série de testes autoadministrados de alta sensibilidade e de larga distribuição surgirem em períodos bastante semelhantes é bastante sugestivo de uma estratégia em voga. A partir de uma determinada data, vemos uma busca inexorável pelo menor sinal de envolvimento com o cibersexo – seja a partir das informações veiculadas pela mídia, seja pelos estudos e testes desenvolvidos pelos *experts*. Poder-se-ia dizer que esta busca é tão compulsiva quanto a patologia que se pretendia diagnosticar.

Mas que obsessão é esta que emerge em identificar todos os compulsivos por cibersexo? Ora, todos esses testes pretendiam, utilizando o mesmo canal através do qual a sexualidade se desterritorializava, alcançar o mais longínquo indivíduo que pudesse se engajar no cibersexo. Seu alcance deveria ser diretamente proporcional ao do cibersexo, assim como sua difusão: em larga escala. Aquele que estivesse a entrar nas salas de *chat* para se relacionar, ou a pesquisar fotografias eróticas *on-line*, deveria em algum momento se deparar com algum desses questionários. Ele deveria se questionar sobre sua própria capacidade de controlar seus impulsos. Ele deveria se interrogar se não estaria sendo refém de uma patologia que o induzia à compulsão, que o fazia abandonar coisas mais importantes para entregar-se ao sorvedouro de um prazer efêmero e vazio.

À questão do propósito e dos efeitos que esses testes produzem, podemos responder da seguinte maneira: todos eles deveriam servir para induzir à reflexão sobre a perniciosidade do exercício da sexualidade na Internet para si e para a sociedade. Em que medida o exercício *on-line* da sexualidade do indivíduo é nocivo a ele mesmo e aos que o cercam? Em que medida esse exercício mesmo não é fruto de uma patologia que o induz? A suspeita perpétua de uma patologia subjacente que regesse o comportamento, induzindo os indivíduos a buscarem compulsivamente certas gratificações sexuais na Internet, tornou-se um importante pivô semântico do campo do cibersexo. O discurso sobre o tema,

doravante, será atravessado por essa constante, permeado por essa premissa, regulado por esse dispositivo de patologização. Mesmo que outros aspectos sejam relevados, é preciso falar sobre a compulsão ao cibersexo, o fantasma da dependência do cibersexo. Basta olharmos para os títulos das publicações que surgiram nos anos seguintes para percebermos o quanto o discurso científico estava imbuído dessa ideia de compulsão: *Cybersex and sexual compulsivity: The dark side of the force* (Cooper, 2000), *Cybersex Exposed: Simple Fantasy or Obsession* (Schneider e Weiss, 2001), *In the Shadows of the Net: Breaking Free of Compulsive Online Behavior* (Carnes et al, 2001), *Cybersex Unhooked: A Workbook for Breaking Free of Compulsive Sexual Behavior* (Griffin et al, 2001), *Tangled in the Web: Understanding Cybersex From Fantasy to Addiction* (Young, 2001). Tanta menção e recorrência de trabalhos acadêmicos acerca da patologia levou à especulação sobre sua inclusão na quinta edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM V), como uma subcategoria da dependência da Internet (Block, 2008), ou como uma subcategoria do transtorno hipersexual (Kafka, 2010). Porém, ambos os transtornos acabaram entrando na seção três, a categoria das disfunções que demandam maiores investigações para serem corroboradas.

Decerto que apenas o dispositivo de patologização, a busca e perpétua suspeita do menor sinal de expressão sexual na Internet, não esgota o ciberbiopoder - o agenciamento entre o biopoder e a Internet. O escrutínio do cibersexo encetou toda uma demografia de seus adeptos e de suas subjetividades. Era preciso esquadrihar não apenas o ciberespaço, mas os cibernautas para identificar suas características. Por um lado, a demografia do cibersexo se encarregava de um perfil de identidade – quem são e o que fazem: se eram homens ou mulheres, hetero, homo ou bissexuais, sua idade média, suas ocupações e seu nível de instrução, bem como suas atividades *on-line*: se acessavam sites eróticos, se preferiam salas de *chat*, etc., a frequência e a intensidade com que as realizavam: se todos os dias, quantas horas por dia, etc.. Por outro lado, era também necessário investigar o perfil psicológico de seus utilizadores para identificar o motivo que os levava ao cibersexo: se eram extrovertidos ou tímidos, se tinham alta ou baixa autoestima, se precisavam da segurança do anonimato para expressar seus sentimentos e pensamentos sinceros,

se preferiam a fantasia à realidade, bem como se se acreditavam compulsivos, além dos efeitos de suas atividades *on-line* em suas vidas. Uma série de investigações foi empreendida nesse sentido – (Cooper *et al*, 1999, Greenfield, 1999, Schneider, 2000a; 2000b, Goodson *et al*, 2000, Appelby, 2001, Daneback, Cooper e Mansson, 2005).

A psicóloga Alexandra Carvalheira e o psiquiatra Francisco Allen Gomes (2003) buscaram entender as razões pelas quais os portugueses se envolviam no cibersexo em salas de *chat* de Portugal. Eles concluíram que a maioria de sua amostra de 400 participantes que se envolvia na prática era de homens, jovens e estudantes. Eles identificaram um grupo com baixas habilidades sociais e com dificuldades nos relacionamentos interpessoais para os quais o anonimato da Internet era um importante fator de segurança e, ao mesmo tempo de liberação. Ele os protegia de certas ameaças na mesma medida em que os desembaraçava da timidez. Os autores concluíram ainda que os que buscavam o cibersexo o faziam por uma destas duas razões: 1) Como uma ponte para obter relações sexuais físicas. Dado o anonimato do ciberespaço, a segurança que este proporciona contra a rejeição e a facilidade para encontrar pessoas que compartilhem os mesmos interesses e objetivos sexuais, os pesquisadores concluíram que a maior parte de sua amostra de indivíduos utilizava o cibersexo como escusa para encontros sexuais *off-line*. 2) Como possibilidade de expressão legítima e sincera de si, sem necessidade de dissimular seus interesses, fantasias ou sentimentos. Estes indivíduos buscavam o cibersexo com o propósito da satisfação nele mesmo e não em encontros *off-line* posteriores. De qualquer forma, vemos que o eixo norteador da pesquisa, aquele sobre o qual se apoiam os resultados é a deficiência, a inaptidão social para encontrar parceiros sexuais, a qual o cibersexo vem compensar. Num nível ou em outro, é sobre o estigma da incompetência social, dos relacionamentos interpessoais que o cibersexo se assenta. Seja por ser pretexto para o sexo *off-line*, ou por se tornar um fim em si mesmo, o cibersexo é considerado uma muleta para os aleijados sociais.

Em outro estudo, contemporâneo ao primeiro, porém realizado na Colômbia, o psicólogo Pablo Alfonso Sanabria Ferrand (2004) buscou identificar as características demográficas e psicológicas de 200 consumidores de cibersexo.

Ele concluiu, a respeito dos aspectos demográficos, que a maioria dos consumidores de cibersexo era de jovens solteiros, estudantes universitários de classe média ou alta e de orientação heterossexual, apesar do significativo número de bissexuais e homossexuais. Eles acessavam à Internet através de seus computadores pessoais domiciliares e preferiam o *chat*, como meio de obter cibersexo. Os consumidores de cibersexo colombianos, segundo Ferrand, tinham uma frequência média de acesso ao cibersexo de duas vezes por semana e uma hora e quarenta e nove minutos por dia. O autor mencionou ainda que o perfil psicológico do consumidor de cibersexo colombiano tendia ao desenvolvimento da dependência do cibersexo, por conta dos índices de desorganização da vida a nível familiar, social e profissional apresentados pelos participantes da pesquisa. Apesar disso, não ficou claro na pesquisa quais eram os parâmetros adotados para definir a organização ou a desorganização nesses níveis. Ferrand (2004) afirmou ainda que não existe no consumidor de cibersexo uma total satisfação em sua vida sexual, o que o levaria a buscar a satisfação nos meios da Internet. Além disso, apontou uma baixa autoestima como característica prevalente. Ele conclui dizendo que

A utilidade desta linha de pesquisa seria dada na medida em que se possam projetar programas de capacitação para os profissionais na área da saúde, principalmente os psicólogos e, por sua vez, desenvolver programas de prevenção e promoção que gerem ferramentas na comunidade para se encarar a sexualidade de forma saudável e para superar as problemáticas que são geradas a partir do consumo de cibersexo (Ferrand, 2004, p.37).

Na Suíça, Daneback, Ross e Mansson (2006) também se ocuparam das características e comportamentos dos compulsivos sexuais que utilizavam a Internet para fins sexuais. Eles utilizaram a escala Kalichman de compulsividade sexual para avaliar os 1458 participantes quanto a existência ou não de uma compulsão ao cibersexo, analisaram as características e comportamentos daqueles que foram considerados compulsivos em relação aos demais e ainda estudaram o impacto das atividades sexuais *on-line* na vida sexual *off-line*. Dos 82 considerados compulsivos, eles encontraram uma incidência maior de homens (74%), majoritariamente envolvidos em alguma relação e que usufruíam das mesmas atividades *on-line* daqueles que não foram considerados compulsivos.

Nenhum homossexual foi encontrado na amostra dos considerados compulsivos, contudo, os bissexuais apresentaram um índice duas vezes maior de incidência de compulsividade do que os heterossexuais. Naturalmente, com relação ao tempo despendido *on-line*, os compulsivos eram a maioria do grupo de maior carga horária de conexão (>15 horas por semana), apesar de uma parte deles também se enquadrar no grupo de menor carga (3-10 horas por semana). Concluindo assim que esse indicador não era por si só um dado objetivo adequado para o diagnóstico da compulsão ao cibersexo. Além disso, o grupo dos compulsivos aumentou significativamente o consumo de pornografia *off-line*, após o envolvimento com atividades sexuais *on-line*. Concluindo que a maioria dos participantes não foi enquadrada no grupo dos compulsivos como também não relatou problemas relacionados ao uso da Internet com propósitos sexuais, os autores apontam para a possibilidade da sexualidade na Internet ser concebida em termos positivos.

Para onde todo esse esquadramento aponta? É preciso interrogar as questões que são feitas, o que elas pretendem, que significados elas buscam apreender e como eles se associam com certos significados pressupostos. Todas essas pesquisas, todas essas questões parecem apontar numa mesma direção – a de identificar as características daqueles que buscam o cibersexo. Toda uma hermenêutica é acionada para significar os discursos daqueles que buscam o cibersexo: articular cada fator, cada parâmetro, cada migalha de informação que possa contribuir para a construção de um perfil, para a representação de uma figura, de um rosto que é o daquele que busca o cibersexo. Para isso, se faz necessário perscrutar:

1) A identidade de quem busca: a) Divisão binária dos gêneros – homem ou mulher. Alguns autores encontraram uma prevalência de homens (Ferrand, 2004, Carvalheira e Gomes, 2003), enquanto outros sugeriram um equilíbrio estatístico (Daneback, Cooper e Mansson, 2005, Delmonico e Miller, 2003). b) Idade: Basicamente, circunscreveram-se as amostras das pesquisas nos termos de jovens ou velhos. Este parâmetro também se tornou balizador para a avaliação das preferências de diversas faixas etárias. Em geral, as pesquisas corroboraram o pressentimento comum de que os jovens são os principais interessados no

cibersexo (Ferrand, 2004, Carvalheira e Gomes, 2003, Delmonico e Miller, 2003), dada sua maior facilidade no manuseio da Internet e sua maior busca sexual em relação às pessoas mais velhas. Contudo, uma diferença apareceu quando se analisou as faixas etárias em termos analógicos: como propuseram Daneback, Cooper e Mansson (2005) no seu estudo com a população sueca, o interesse masculino decresce com a idade, enquanto o feminino aumenta, ou seja, homens mais novos preferem mais cibersexo do que os mais velhos, enquanto que com as mulheres o inverso se dá, as mais velhas tendem a ter uma preferência maior do que as mais novas. c) Engajamento em um relacionamento: a maioria dos pesquisadores se preocupou com esse fator (Cooper, Delmonico e Burg, 2000, Daneback, Ross e Mansson, 2006, Daneback, Cooper e Mansson, 2003, Ferrand, 2004), embora não tenha havido consenso para um perfil: tanto os que estão envolvidos em um relacionamento, quanto os que não estão pareciam buscar igualmente o cibersexo. d) Orientação sexual: Se eram homossexuais, heterossexuais, bissexuais, etc.. Alguns estudos apontaram uma prevalência de consumidores do cibersexo entre os heterossexuais (Cooper *et al*, 1999, Ferrand, 2004, Daneback, Ross e Mansson, 2006), enquanto outros demonstraram um resultado diferente, com uma incidência maior entre os homossexuais (Daneback, Cooper e Mansson, 2005).

2) Onde o fazem e o modo como fazem: Se de forma isolada (*e.g.* através de sites, assistindo a vídeos e imagens pornográficas) ou socializada (*e.g.* interagindo com outras pessoas através de *chats*, *e-mail* e programas de interação por mensagens e *webcam* – ICQ, IRC, *Messenger*, *etc.*). Algumas pesquisas focaram especificamente num campo, como no das características daqueles que buscavam o cibersexo interativo com outras pessoas (Carvalheira e Gomes, 2003, Daneback, Cooper e Mansson, 2005). Outros eram mais abrangentes e abarcavam ambas as modalidades (Daneback, Ross e Mansson, 2006, Ferrand, 2004, Cooper, Delmonico e Burg, 2000). Dentre as últimas, a modalidade interativa ou socializada era predominante (Daneback, Ross e Mansson, 2006 e Ferrand, 2004), exceto por uma ressalva: no estudo de Cooper, Delmonico e Burg (2000), houve uma prevalência da modalidade interativa dentre as mulheres, enquanto que dentre os homens, houve uma predominante preferência pela modalidade isolada, como

masturbar-se enquanto se assistia a vídeos ou fotos em páginas da *web* que veiculavam conteúdos pornográficos.

As questões do propósito (para quê?) e do motivo (por quê?) nem sempre são explícitas, nem sempre são interrogadas, mas inferidas. O abstruso pressuposto que perpassa todas essas pesquisas, que prenuncia todos os propósitos e todos os motivos é a busca compensatória daquilo que falta. O cibersexo é tomado como pressuposto, um compensador de toda timidez ou inabilidade social, de toda insatisfação num relacionamento ou de qualquer fantasia frustrada. O cibersexo é tomado como substituto de um déficit qualquer. Se os indivíduos que o buscam estão envolvidos em algum relacionamento, o fazem como compensação para a insatisfação dos seus relacionamentos (Daneback, Ross e Mansson, 2006). Se os indivíduos que buscam o cibersexo são majoritariamente solteiros é porque o veem como um compensador para suas inabilidades sociais ou sua baixa autoestima (Ferrand, 2004, Carvalheira e Gomes, 2003). Se são depressivos, buscam o cibersexo como reação à patologia (Cooper *et al* 1999), se não o são, mas mesmo assim buscam o cibersexo, certamente o fazem para compensar alguma outra coisa, como uma vida sexual não plenamente satisfeita (Ferrand, 2004). Se eles têm práticas de cibersexo na mesma medida em que práticas sexuais *off-line* é porque são compulsivos sexuais inveterados (Greenfield, 1999), cuja compulsão encontrou na Internet apenas um meio de propagação. Se eles têm mais práticas sexuais *on-line* do que *off-line*, é porque suas inabilidades sociais os induzem a buscar nesse meio profano a satisfação frustrada da vida real (Carvalheira e Gomes, 2003, Ferrand, 2004). Seja como for, a busca pelo cibersexo já será considerada, de saída, como estratégia de um mecanismo de compensação, como um prazer substituto, além de um sintoma de uma patologia.

Mas que prazeres (e suas faltas) o cibersexo substitui? Que deslocamento de desejo é esse que o cibersexo opera? Aqui, poderíamos arriscar retomar o fator desterritorializante do cibersexo para elucidar a questão. Talvez seja legítimo supor que, tal como o cibersexo desloca uma linha de fuga do agenciamento sexualidade, subvertendo os gêneros, desterritorializando as identidades, ele enceta uma linha de fuga do prazer, das possibilidades de prazer. As formas de

fruição do prazer são pré-moldadas, pré-determinadas no âmbito social – há todo um gerenciamento utilitário da dinâmica do prazer que regulamenta o local apropriado, a hora adequada, a duração, as formas possíveis, os objetos de prazer, enfim, todo o contexto que o envolve. Ora, uma tecnologia que permita subverter essa lógica, desterritorializar o prazer, abrir novos potenciais de transversalidade, provoca uma reação de conjuração, desqualificação e tentativa de neutralização. Se há uma tecnologia que permita que alguém usufrua de um prazer sexual *on-line* em seu próprio ambiente de trabalho, durante seu horário de expediente, enquanto sentado em sua mesa, haverá um poder que tentará circunscrevê-la, capturar aqueles que poderiam fazer tal uso dela através de instrumentos diagnósticos e campanhas profiláticas, precavê-los de seus malefícios, propô-los tratamento. Enfim, tal desestabilização força a ordem molar do prazer a tentar se restabelecer. Se o cibersexo aparece como pressuposto compensatório, como fonte de prazer substituto na qual os frustrados e insatisfeitos vão buscar consolo, é justamente porque ele permite uma ruptura com as formas de fruição de prazer instituídas.

O que vemos é que, concomitantemente ao dispositivo de patologização, um outro dispositivo é posto em operação, o de esquadramento do cibersexo: de seus adeptos, dos motivos e razões que conduzem a ele, de sua demografia específica. É preciso saber a identidade dos que o buscam, conhecer sua posição na sociedade, entender suas preferências, suas (in) competências sociais, mapear os *sites* que frequentam, as ferramentas que utilizam para aceder ao cibersexo, os riscos que estão dispostos a assumir em nome de suas práticas. Por um lado, o perfil dos consumidores de cibersexo será utilizado na elaboração das estratégias de tratamento, na fundamentação clínica da recuperação. Por outro lado e ao mesmo tempo, é o perfil que indicará os grupos de risco, apontará os indivíduos propensos a desenvolver a patologia.

Dupla estratégia, portanto, do ciberbiopoder, que articula os dispositivos de patologização e de esquadramento. Todo um perfil será traçado, um grupo de risco delimitado, uma taxonomia dos comportamentos suspeitos elaborada. Todo o potencial desvio, seja de identidade, seja das formas instituídas de prazer, será passível de captura e tratamento. O biopoder se articula às novas tecnologias

para alcançar novos espaços até então inescrutáveis: é preciso inculcar em cada indivíduo a dúvida de sua capacidade de controlar a si mesmo e a seus impulsos, é preciso fazê-los suspeitar de cada comportamento *on-line* como uma potencial conduta desviante que pode trazer graves consequências para si e para outrem. É preciso, sobretudo, erigir a tecnologia que garantirá o perpétuo monitoramento do potencial desterritorializante: esquadrihar e esmiuçar o cibersexo em cada ínfimo detalhe, dos perfis de seus adeptos aos modos de relação que evoluem. É preciso catalogar cada variável, registrar todas as características, parâmetros covariantes, inconsistências, etc.. Enfim, é preciso fazer funcionar toda uma tecnologia que conjure os efeitos que a desterritorialização promovida pelo cibersexo possa provocar.

Vimos como o cibersexo incita toda uma problemática social e política, que constrange certos pressupostos, subverte certas condutas, estabelece novas linhas de fuga. Por um lado, ele suscita toda uma problemática da identidade, seja pela possibilidade de sua transformação, ou pela possibilidade do anonimato; por outro lado, também suscita uma problemática do prazer e da utilidade, na medida em possibilita prazeres que escapam à lógica utilitária. Toda essa desterritorialização passa a ser perseguida e capturada pelas forças reterritorializantes: as mídias que a denunciam, os saberes que a conjuram, as leis que a regulam. Tão logo o cibersexo irrompeu e configurou-se em problemática, certos dispositivos e tecnologias atuaram no sentido de neutralizar, coibir seus efeitos. Inicialmente, através das denúncias dos veículos de comunicação, depois pela progressiva apropriação da temática por certos campos do saber. Se, inicialmente a problemática eclodiu no âmbito coletivo, vimos que progressivamente ela migrou para o indivíduo, para o interior de sua vida psíquica e sua capacidade de controlar seus impulsos. Assim, todo um campo semiótico foi erigido em volta do cibersexo, toda uma tecnologia de cultura, de cultivo foi posta em funcionamento, a fim de modelar seu significado.

Pudemos ver como a conotação do cibersexo mudou de uma crítica feminista aos papéis de gênero para uma proposta de critério diagnóstico do DSM-V. Novos sentidos foram dados à sua prática, vários significados foram aglutinados para circunscrevê-lo na qualidade de objeto, conferindo-o a

materialidade necessária para que se pudesse geri-lo. Uma série de significantes foi anexada ao seu núcleo para evocar certas associações, delimitar certos efeitos. Tal como uma placa de limite de velocidade na estrada coage um motorista a reduzir a velocidade, um teste de dependência do cibersexo deveria coagir um indivíduo a limitar suas práticas *on-line*. Toda uma semiótica foi arquitetada em volta do cibersexo para traçar suas fronteiras, regular certos perigos, normatizar certas condutas. Cabe agora investigar mais a fundo esse campo semiótico e como ele se associa com outros fatores, outros contextos (políticos, econômicos, etc.). Cabe agora ver de perto, como ele opera.

4. Cartografia do cibersexo: a produção científica e a dimensão molar

Nos capítulos anteriores, vimos como a ontologia da sexualidade escamoteia suas condições de emergência e como essa noção de sexualidade foi ajustada a toda uma mecânica do biopoder que visava à regulação e normatização da vida. Depois, propusemos uma outra conceituação possível da sexualidade, que relevasse os atravessamentos sócio-históricos, políticos, econômicos, etc.. Propusemos então uma concepção de sexualidade enquanto agenciamento, ou seja, uma montagem, uma combinação de diversos elementos, inclusive aqueles que propiciaram seu surgimento. Uma análise do cibersexo, mais precisamente dos discursos que irromperam quando certas práticas sexuais, certos vetores da sexualidade passaram a ser mediados pela Internet, nos levou por um caminho semelhante.

O objeto cibersexo, com o qual, pouco a pouco nos familiarizamos, tal como nos familiarizamos com o objeto sexualidade, foi produzido em meio a disputas políticas, discussões teóricas, práticas desviantes, capturas e apropriações de certos saberes, determinados poderes. Traçamos um percurso da crítica feminista aos papéis de gênero (Van Gelder, 1985) até sua catalogação no Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais - DSM V (Block, 2008, Kafka, 2010). Vimos que tal como certas contingências sócio-históricas se aglutinaram para engendrar a sexualidade e como esta se inseria na mecânica do biopoder, o cibersexo também era originado pela sedimentação de fatores específicos. O objeto cibersexo, que aos poucos foi sendo circunscrito pelos discursos midiáticos e científicos, também teve escamoteado em sua gênese os processos sócio-históricos que o permitiram emergir. No lugar desses processos sócio-históricos, vimos que o cibersexo foi revestido com uma nova roupagem, circundado por um campo semiótico. Esse campo semiótico foi erigido por determinados discursos, articulado com certos dispositivos.

Aventamos a noção de ciberbiopoder como hipótese de trabalho, a qual seria um agenciamento, uma conjunção do biopoder e o âmbito cibernético, a manifestação do primeiro no último. Esse agenciamento seria responsável por

capturar, reterritorializar e regular o cibersexo, suas linhas de fuga, as desterritorializações que encetava. Se, por um lado, seu polo negativo se manifestava na censura, nas sanções jurídicas, como no Ato de Decência das Comunicações americano (Nichols, 2014), por outro lado, seu polo positivo atuava na produção de subjetividades, na normatização das condutas. Ao analisarmos o campo semiótico produzido em volta do cibersexo, vimos que esse agenciamento articulava certos dispositivos e discursos que passaram a orbitar, a circunscrever as manifestações da sexualidade na Internet. Ele fazia funcionar, por um lado, o dispositivo de patologização, que criava uma perpétua suspeita da incidência de uma entidade patológica que impossibilitava o indivíduo de controlar a si mesmo, de controlar seus impulsos. Vimos como uma série de testes autoadministrados surgiu, criando uma espécie de régua, um dispositivo métrico para a patologia. Esse dispositivo patológico induzia a uma contínua auto-vigilância acerca dos comportamentos sexuais na Internet, colocava os prazeres do cibersexo como substitutos compensadores de inabilidades sociais e de outras frustrações da vida pessoal. Por outro lado, articulado ao dispositivo de patologização, vimos o dispositivo de esquadramento, que pretendia traçar toda uma demografia do cibersexo, identificar os perfis de seus adeptos, suas motivações, a forma como o praticam e as ferramentas que utilizam. Esse dispositivo operava delimitando os grupos e fatores de risco, subsidiando medidas profiláticas e intervenções terapêuticas.

Depois de todo esse percurso, partindo do dismantelamento da noção de sexualidade para o seu entendimento enquanto agenciamento, analisando a irrupção do cibersexo enquanto nova configuração, enquanto novo agenciamento, investigando suas condições de emergência e os discursos e dispositivos que o revestiram, que o condensaram em um objeto, chegamos finalmente à possibilidade de traçado de um mapa. Agora, podemos finalmente situar o cibersexo em relação a outras linhas de força, a outros vetores que o articulam, que o atravessam. Estamos em condições agora de empreender uma cartografia mais precisa do cibersexo. Para tanto, precisamos primeiramente retomar alguns conceitos concernentes à cartografia (Deleuze e Guattari, 1995a), compreender seu sistema de coordenadas, depois situar as linhas que esboçamos acerca do

cibersexo e, finalmente articulá-las com os vetores que as atravessam e aqueles com os quais se conectam.

4.1. O sistema de coordenadas cartográficas

Segundo Mizoguchi, cartografia é “na terminologia utilizada pelos geógrafos, o desenho que acompanha e se faz simultaneamente aos movimentos da paisagem” (2009, p.84). O objetivo da cartografia não é representar objetos, mas acompanhar processos, desenhar a rede de forças à qual o fenômeno se encontra conectado (Barros e Kastrup, 2010); fazer mapas. A noção cartográfica implica, segundo Passos, Kastrup e Escóssia (2010), uma inversão conceitual do método. A etimologia deste último, *metá-hodos*, nos remete a concepção de um “caminho (*hodos*) predeterminado pelas metas dadas de partida (*metá*)” (Passos *et al*, 2010, p.10). A cartografia, por sua vez, estabelece um *hodos-metá*, ou um caminho que traça suas metas no percurso, fazendo apenas da intenção de busca o objetivo primeiro.

Deleuze e Guattari (1995a) introduziram a noção de cartografia a partir do primeiro volume dos Mil Platôs, no seu texto sobre rizoma. Estes autores apontam nesse texto o repertório conceitual de seu interesse, sua forma de entender a realidade, calcada em

multiplicidade, estratos e segmentaridades, linhas de fuga e intensidades, agenciamentos maquínicos e seus diferentes tipos, os corpos sem órgãos [...] o plano de consistência, as unidades de medida em cada caso (1995a, p.12).

Uma cartografia se faz, como já indicamos, pelo acompanhamento dos processos de territorialização, de estratificação e dos processos de desterritorialização. Ela consiste do traçado e acompanhamento de algumas linhas, alguns vetores que se conjugam na forma de agenciamentos. Dessas linhas, é fundamental destacar:

- Linhas de territorialização: São aquelas que traçam e delimitam o território. Este é constituído não apenas de um referencial geográfico, mas, sobretudo por um investimento semântico (Zourabichvili, 2009). Os territórios podem ser divididos, como já vimos anteriormente, segundo sua consistência em: molar e molecular.

Na consistência molar, as linhas são subordinadas ao ponto, traçam espaços estriados, formam um sistema binário, pré-determinado, codificado, com um baixo grau de permeabilidade, de abertura para o fora (baixo grau de transversalidade) e um alto grau de fechamento, de fixidez (Deleuze e Guattari, 1997). Este é o polo estrato de um agenciamento. Por exemplo, a heteronormatividade social atravessa os gêneros e os indivíduos, delimitando, de saída, sua orientação sexual – pressupõe-se que os indivíduos considerados homens devam buscar mulheres como parceiros sexuais e estas devam buscar os primeiros. Essa linha que atravessa os gêneros e sobredetermina a subjetividade dos indivíduos é de consistência molar, pois a circunscreve num sistema hermético. Na consistência molecular, por outro lado, as linhas percorrem um espaço liso, não são subordinadas aos pontos - trata-se de um espaço nômade (Deleuze e Guattari, 1997). Elas possuem um investimento do singular, que se apropria de um espaço estriado e infere seu próprio desvio, sua própria irregularidade (Zourabichvili, 2009). A consistência molecular possui um alto grau de abertura, de mobilidade. Por exemplo, quando um indivíduo atravessado pela heteronormatividade infere seu desvio e busca outros parceiros sexuais diferentes da norma, ele cria para si uma transversal da heteronormatividade de consistência molar para a consistência molecular.

Assim, podemos representar esquematicamente a dimensão territorial como um primeiro eixo do sistema de coordenadas cartográficas:

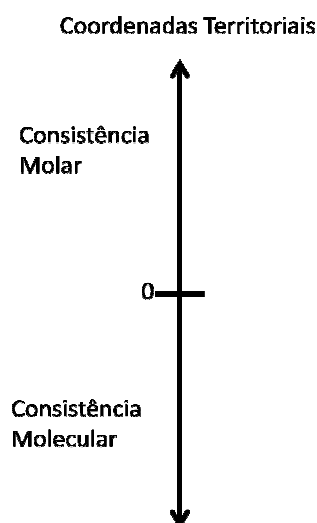


Fig. 2 – Eixo y de coordenadas da cartografia. A dimensão territorial se divide nas consistências molar e molecular.

Nesse esquema, podemos delimitar as coordenadas territoriais da cartografia segundo os graus de consistência molar e molecular. A primeira tarefa, portanto, numa cartografia consiste da análise, do mapeamento das forças em jogo segundo seu território. Podemos esboçar uma cartografia dos exemplos com os quais ilustramos as consistências territoriais através do seguinte esquema:

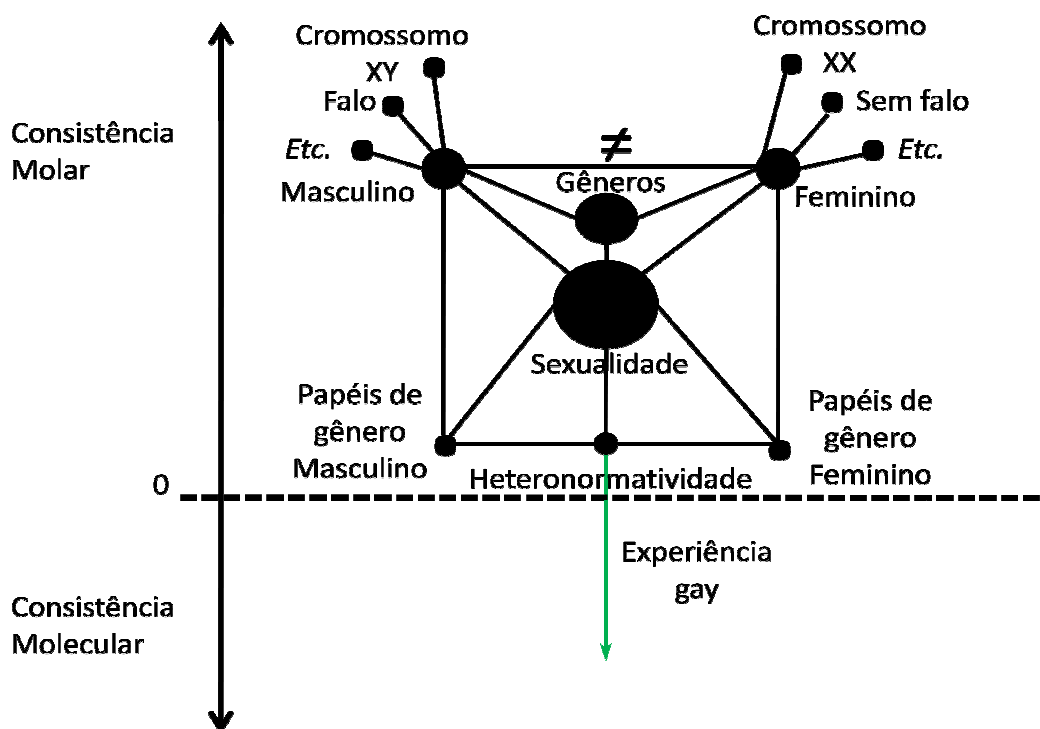


Fig. 3 – Esboço da cartografia de uma das constelações da sexualidade. Divisão da territorialidade segundo sua consistência (molar-molecular).

Esse esboço apresenta um mapa parcial de uma das constelações que envolvem a sexualidade dos exemplos anteriores. Elas se formam pela conjunção de diversos vetores, séries de agenciamentos que se consubstanciam em pontos. Tanto maior o ponto representado, maior a série de agenciamentos que se conjuga para formá-los. É importante lembrar que este esboço, a título de ilustração do exemplo, pretende demonstrar apenas alguns elementos de uma das constelações da sexualidade em seus aspectos territoriais. A linha pontilhada delimita apenas o limiar entre as consistências territoriais. Situamos no centro do território de consistência molar a sexualidade como sendo atravessada por algumas linhas. Elas representam uma forma pré-determinada que circundam a sexualidade, pré-

configuram-na. Logo acima da sexualidade, atravessando-a, vemos o marcador de gênero, que delimita a identidade dos indivíduos segundo a sua fisiologia em uma dicotomia - masculino ou feminino. Vemos que estas últimas entidades se definem e se relacionam por oposição (\neq), ou seja, aquilo que caracteriza um será o oposto no outro. Essa dicotomia se desdobra em outros marcadores, que são os papéis de gênero, ou identidades de gênero que regulamentam, por sua vez, aquilo que pertence ou não a um determinado gênero, os comportamentos, bem como os lugares e as funções sociais. Na interseção entre os papéis de gênero, entre as identidades, vemos a heteronormatividade modulando as relações entre ambos. Toda essa constelação se situa numa territorialidade de consistência molar, o que significa que ela atua no sentido de regular, de reduzir a experiência singular à ordem preestabelecida. Ela possui um alto grau de fixidez e constância e se estabelece como um referencial semântico que organiza e dá sentido às experiências. Uma experiência que escape a esse esquema quadrangular da sexualidade tende a formar um novo território, de consistência molecular, que é criado pela singularidade. A experiência gay, que escapa à heteronormatividade, pode criar um território distinto, que não seja pré-moldado e enclausurado por um campo semântico rígido, mas que crie novos significados para a existência. Ora, exatamente essa linha de fuga foi destacada numa coloração diferente para designar o segundo tipo de linhas que traçamos numa cartografia. Segundo Deleuze e Guattari (1997), além das linhas de territorialização, uma cartografia compreende também o acompanhamento das linhas de desterritorialização.

- Linhas de desterritorialização: Consistem do movimento através do qual um vetor deixa um território, abandona-o. Deleuze e Guattari (1997) se referem a elas também como linhas de fuga; elas são o efeito de uma função desterritorializante – função D. Este é o polo das máquinas abstratas, que traçam pontas, abrem as linhas para a desterritorialização. São chamadas de máquinas abstratas justamente porque elas ignoram as formas e as substâncias (Deleuze e Guattari, 1997) – seu objetivo são os devires, por isso promovem as desterritorializações. Os autores distinguem uma D negativa (desterritorialização negativa), quando ela é recoberta por uma reterritorialização, um retorno ao território que a compensa. Por exemplo, quando uma linha de fuga escapa à heteronormatividade para criar um novo território, de consistência molecular, mas que depois se transforma numa

homonormatividade. Quando se escapa de uma identidade heterossexual para depois criar uma identidade homossexual que terá os mesmos efeitos da identidade heterossexual, ou seja, criar padrões de comportamento, reduzir a experiência a uma ordem preestabelecida (mesmo que uma ordem diferente), estamos diante de uma D negativa (D -). Ela produz uma desterritorialização, um deslocamento do campo de consistência molar para o molecular, contudo ela fica bloqueada neste, enquanto uma reterritorialização a fixa novamente no âmbito molar. Uma outra possibilidade ocorre quando a D é positiva (D +), isto é, quando a linha de desterritorialização se propaga sucessivamente na territorialidade de consistência molecular, mesmo que haja reterritorializações, seu movimento a nível molecular não foi bloqueado, capturado. Seguindo o exemplo anterior, quando se abandona uma heteronormatividade e, ao invés de seguir no sentido de uma homonormatividade, orienta-se para um devir-gay, devir-mulher, devir-homem. Ou seja, não se preocupa-se em traçar uma identidade que regerá os comportamentos e as atitudes, mas antes em construir um modo de vida que não está submetido, *a priori*, a uma formatação. Como disse Foucault:

[...] se a identidade se torna o problema maior da existência sexual, se as pessoas pensam que devem “desvendar” sua “identidade própria” e que essa identidade deve tornar-se a lei, o princípio, o código de sua existência; se a questão que elas apresentam perpetuamente é: “Essa coisa é conforme à minha identidade?”, então penso que elas voltarão a uma espécie de ética muito próxima da virilidade heterossexual tradicional. Se devemos nos situar em relação à questão da identidade, deve ser enquanto somos seres únicos. Mas as relações de identidade; elas devem ser, antes, relações de diferenciação, de criação, de inovação (2014/1984, p.255).

Se quisermos, a partir de nossa figura anterior, situar os exemplos de desterritorializações que citamos, podemos traçá-las da seguinte forma:

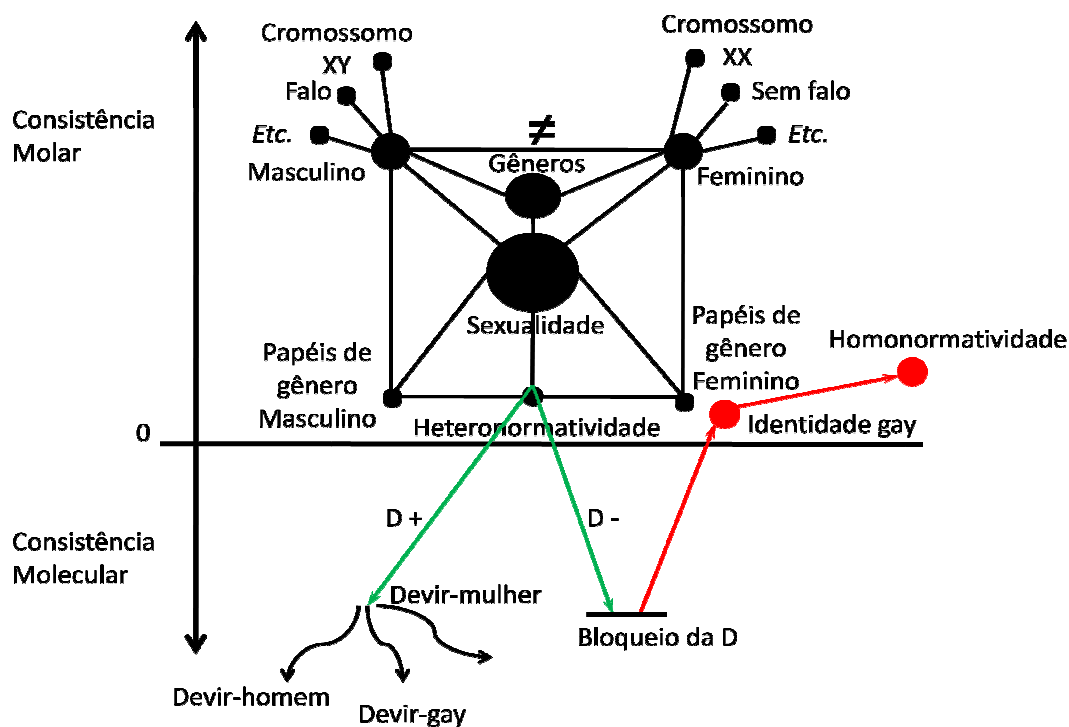


Fig. 4 – Esboço da cartografia de uma das constelações da sexualidade. Linhas D destacadas em verde, linhas de reterritorialização destacadas em vermelho.

Nessa figura, podemos ver que, escapando da constelação molar, temos duas linhas de fuga (destacadas em verde). Uma delas, a D – se refere ao exemplo da experiência que escapa à heteronormatividade, mas que busca a criação de uma identidade, de um referencial sobre o qual rebater a experiência. Ela se reterritorializa (linhas destacadas em vermelho) na forma de uma identidade. Essa identidade se sedimenta numa homonormatividade que regulará a experiência gay tão inexoravelmente quanto a heteronormatividade a qual se escapou. A D +, por sua vez traça uma linha de fuga que se propaga na forma de outros devires.

Enfim, Deleuze e Guattari (1997) distinguem ainda outros dois tipos de desterritorialização: a absoluta e a relativa. A D absoluta remete a um movimento que, a despeito das reterritorializações, tem por referência o espaço liso, ou seja, uma força vetorial gravitacional que mantém um constante potencial desterritorializante. Por exemplo, o suicídio é um vetor de constante desterritorialização, uma saída permanente, apesar de todos os esforços que se façam para conjurá-lo. Já bem havia notado Durkheim (1897/2011) que a anomia, a falta de identidade, de um campo semiótico que ligue as pessoas à sociedade que as rodeiam, possui um potencial maior de conduzir ao suicídio. Contudo, não

apenas a anomia evoca o suicídio, mas também a sobredeterminação social, como no já citado caso da hermafrodita Alexina Barbin (Foucault, 1980/2010). A coerção social para viver como homem, após ter sido criada como mulher a conduziu ao suicídio, à D absoluta. Além deste, poderíamos citar também a esquizofrenia, que apesar das institucionalizações, dos esforços de captura por uma certa razão, insiste em escapar da territorialidade molar, como enunciam Deleuze e Guattari:

O esquizo dispõe de modos muito próprios de referência, pois dispõe de um código de registo particular que não coincide com o código social ou que só coincide com ele para o parodiar. O código delirante ou desejante apresenta uma fluidez extraordinária (1972/2004, p.20).

Já a D relativa consiste de um movimento de perpétua reterritorialização, uma vetorização constante ao espaço estriado, à consistência molar (Deleuze e Guattari, 1997). O biopoder (Foucault, 1976/2005) é um bom exemplo, pois ele produz uma constante força de atração sobre os aspectos que envolvem a vida para codificá-los. Assim, cada desterritorialização tende a ser bloqueada e devolvida à consistência molar – cada desvio sexual, por exemplo, será capturado e inserido numa taxonomia própria das patologias sexuais do século XIX (Foucault, 1976/2005).

Então, uma primeira tarefa da cartografia é delimitar os territórios, as linhas de territorialização, avaliar suas conexões e interseções. Depois, é preciso identificar as pontas de desterritorialização, distinguir as D +, D -, D absoluta ou D relativa. Contudo, um outro eixo de coordenadas também se faz pertinente. O próprio território, os próprios estratos, afirmam Deleuze e Guattari (1997) são constituídos de um conteúdo e uma expressão.

Constitutiva de um estrato, a articulação é sempre uma dupla articulação (dupla-pinça). Com efeito, articula um *conteúdo* e uma *expressão*. Se forma e substância não são realmente distintas, o conteúdo e a expressão o são. Por isso, os estratos respondem à grade de Hjelmslev: articulação de conteúdo e articulação de expressão, o conteúdo e a expressão tendo, cada um por sua conta, forma e substância. Entre ambos, entre conteúdo e a expressão não existe correspondência, nem relação causa-efeito: há distinção real, pressuposição recíproca, e unicamente isomorfismo (Deleuze e Guattari, 1997, p. 217).

Um espaço, uma ação, um elemento material formam o conteúdo. A expressão é a significação, a representação, o código que se associa ao conteúdo. Como destacam os autores, entre eles há pressuposição recíproca, uma relação material pressupõe um significado, da mesma forma que um código implica um conteúdo. Não por acaso, como já demonstramos, o agenciamento possui a dimensão pragmática (conteúdo) e a dimensão semiótica (expressão). Por exemplo, uma casa não consiste unicamente de tijolos, cimento e telhas (conteúdo), mas também do código social que determina que uma casa deva ser de uma forma ou de outra, deva servir para moradia (expressão), etc.. Além disso, há todo um investimento singular do significado de uma casa – ela pode ser um lar, um santuário, pode se transformar num local de trabalho, numa prisão, ou num refúgio paranoico. Enfim, uma estrutura de tijolos e cimento não seria uma casa sem o campo semiótico que a define como tal, assim como essa expressão não faria o menor sentido sem uma ancoragem material, sem um agenciamento maquínico. Assim, portanto, um segundo eixo de coordenadas cartográficas é o conteúdo-expressão, o qual pode ser representado da seguinte forma:

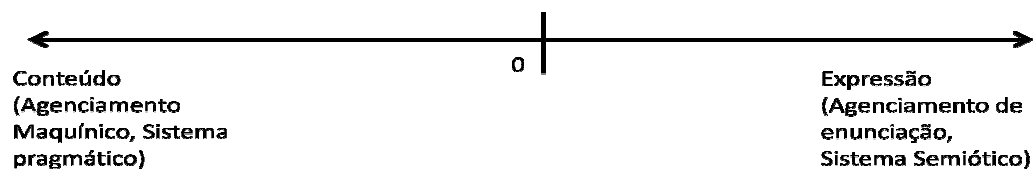


Fig. 5 – Eixo x de coordenadas da cartografia. Os territórios e agenciamentos se dividem em conteúdo e expressão, agenciamento maquínico e agenciamento de enunciação.

A figura acima demarca o segundo eixo cartográfico que Deleuze e Guattari (1997) nos propõem para a análise dos agenciamentos. Por um lado, a consistência pragmática destaca o agenciamento maquínico, o conteúdo presente no agenciamento e no território. Do outro lado, a consistência semiótica demarca o agenciamento de enunciação, a expressão e o campo semântico do agenciamento e do território.

Agora podemos conjugar os dois eixos de coordenadas para delinear os aspectos pertinentes à cartografia que intentamos desdobrar. Assim, temos um sistema de coordenadas conforme a figura a seguir:

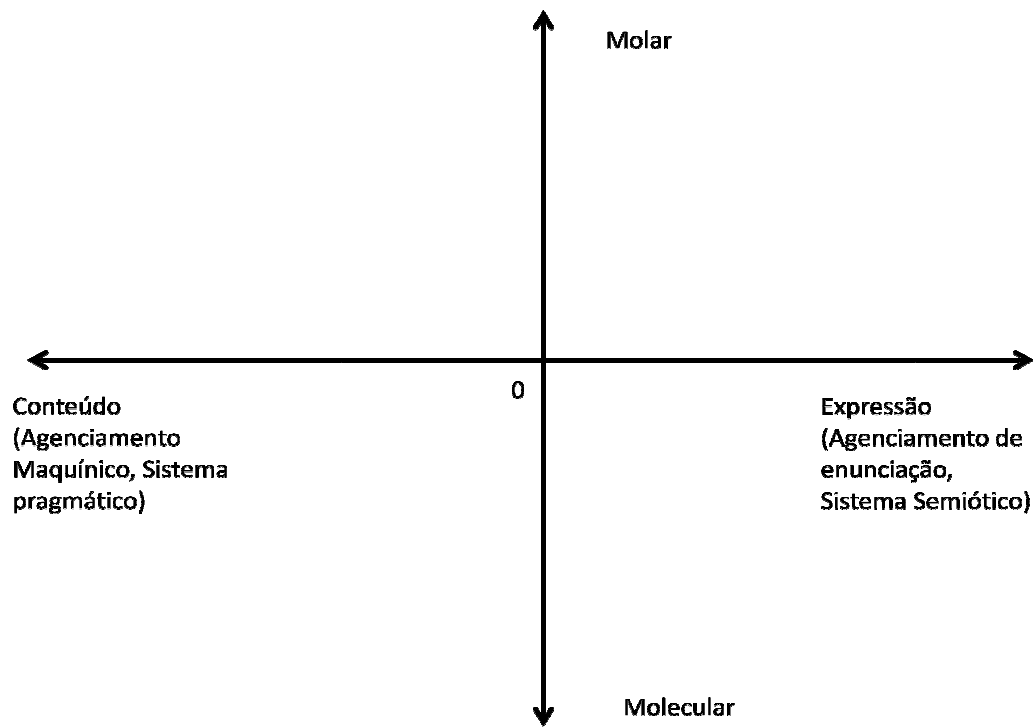


Fig. 6 – Gráfico formado pelas coordenadas cartográficas x e y.

Por um lado, na consistência territorial molar, distinguimos o conteúdo e a expressão, ou seja, as relações materiais e o campo semiótico pré-determinado, preestabelecido. Por outro lado, a consistência molecular demarca a manifestação do conteúdo e expressão no espaço liso, não estratificado. Retomando o exemplo da casa que há pouco falamos, poderíamos traçar um mapa como o a seguir:

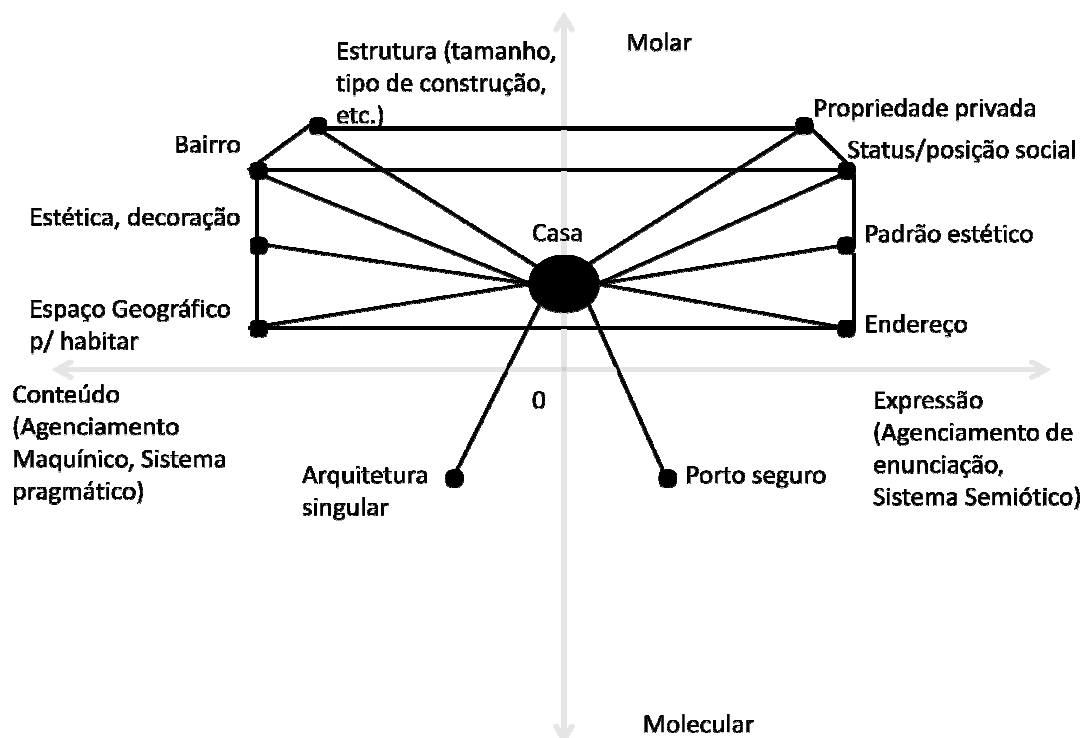


Fig. 7 – Exemplo de esboço de cartografia de uma casa.

Nele, podemos ver algumas linhas de composição de uma casa. No território de consistência molar, vemos que a estrutura material da casa (seu tipo de construção, seu tamanho, a quantidade de pavimentos, os materiais utilizados, etc.) se conjuga com o código de propriedade privada para determinar o sentido de uma casa – uma determinada construção que pertence a alguém. No entanto, essa casa está necessariamente em uma determinada localização geográfica, um bairro, por exemplo, que determina e é determinado por certo status, certa posição social. O local onde se mora, diz de saída de uma certa classe social, ao mesmo tempo que delimita os espaços físicos que as pessoas circulam – um morador da zona sul tenderá a circular mais por sua zona do que no subúrbio, por exemplo. Mas uma casa também possui uma certa estética, uma decoração que, não obstante, também é atravessada por um padrão estético. Essa casa também delimita o espaço de habitação – ela serve para dormir, para os momentos de intimidade, de asseio, etc.. Todo um endereço circunscreve não apenas essa localidade geográfica (o CEP), mas também cada região da casa; ele endereça certas atividades, certos comportamentos a cada cômodo – um quarto para dormir, uma sala para assistir TV, um banheiro para isso ou aquilo. Mas também vemos nesse mapa linhas moleculares que dão um sentido próprio à casa, fazem-na de porto seguro e não de outra coisa, concebem-na como um lugar reconfortante, de aconchego e de segurança. Mas isso se faz também segundo uma arquitetura singular – um espaço próprio com uma configuração precisa – um cantinho específico para se meditar, um lugar exclusivo para receber amigos.

Decerto que essas linhas, esses vetores, constituem um exemplo específico, local, não generalizado. Uma cartografia possui essa propriedade dinâmica. Se relacionarmos o agenciamento casa com outros agenciamentos, ele assume outra disposição. Uma casa não será um porto seguro para todos, alguns farão de porto seguro outros territórios: o local de trabalho, a rua, o consultório... Outros não o terão. Uma casa possui constelações diferentes para um cigano, para um sacerdote, para um mendigo, etc.. Cabe agora, investigar as constelações do cibersexo.

4.2. Cibersetexo: cartografia da territorialidade molar

Agora que delimitamos as coordenadas cartográficas, que situamos o método de análise que norteia nossa perspectiva sobre o cibersetexo, cabe desenhá-lo, assinalá-lo segundo o método cartográfico que propomos, na atualidade. Para tanto, precisaremos repassar rapidamente pelos três tempos que descrevemos no capítulo anterior: (1) a emergência dos discursos sobre o cibersetexo; (2) sua progressiva apropriação pelos discursos midiáticos, sociológicos e do direito e, finalmente; (3) sua precipitação e sedimentação pelos discursos e dispositivos psi.

1) A constelação cartográfica na qual o cibersetexo irrompeu envolvia uma série de fatores, de vetores. Vimos como a conjunção do aporte tecnológico da Internet com as práticas sexuais adaptadas ao recém-criado ciberespaço, engendrou toda uma nova forma de fruição do prazer: homens que emulavam identidades femininas para sentir novas formas de prazer, mulheres que se envolviam em relacionamentos sexuais a distância, mediados pelas tecnologias cibernéticas (Van Gelder, 1985). Ora, as desterritorializações que esse agenciamento produziu se consubstanciaram em verdadeiras problemáticas e deflagraram uma série de reterritorializações, processos de (re)captura. A cartografia de um primeiro momento donde o cibersetexo irrompeu pode ser traçada assim:

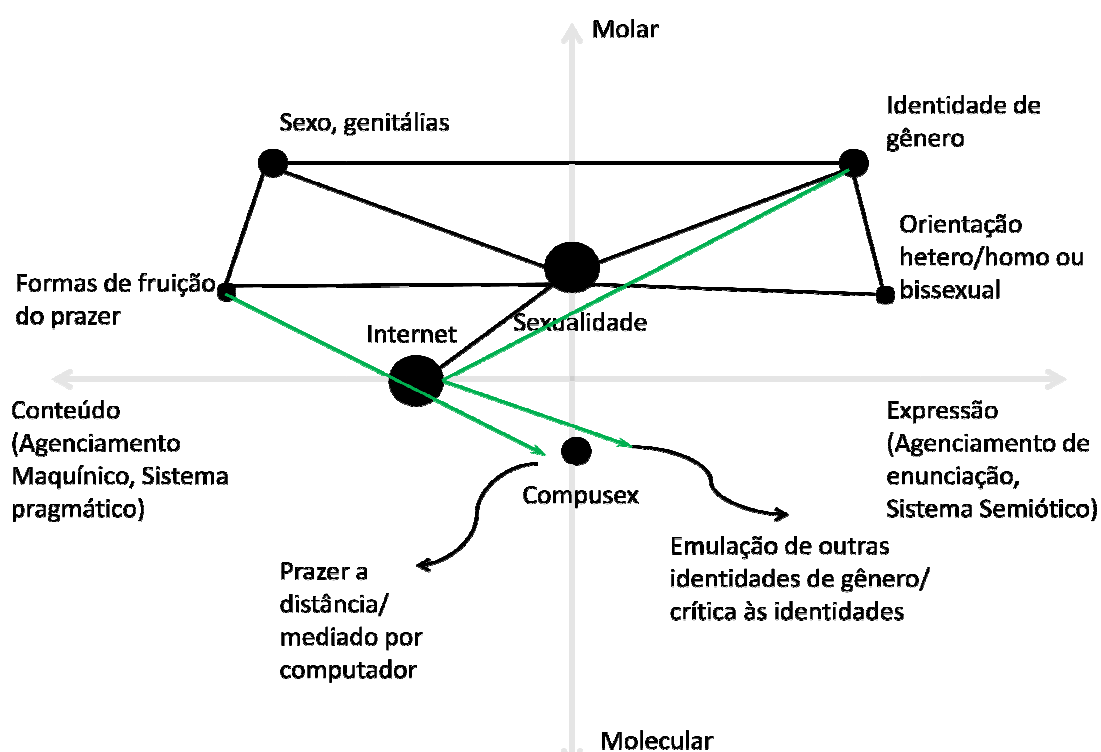


Fig.8 – Cartografia do 1º tempo do cibersetexo: irrupção.

A figura mostra uma constelação parcial da sexualidade no “Estranho caso do amante eletrônico” (Van Gelder, 1985), como ela era delimitada, atravessada por determinados fatores. A identidade de gênero aparece como fator preponderante no relato de Van Gelder (1985). A identidade de gênero é a expressão, a face semântica da dimensão material do sexo, das genitálias que a pré-determinam (sobredeterminam). Outro fator evidente no texto se relaciona com as formas preestabelecidas de fruição do prazer, que se limitavam até então a encontros físicos não mediados por computador (dimensão material, pragmática). No âmbito semântico, essas formas de fruição do prazer assumem a condição de orientação hetero, homo ou bissexual, ou seja, a dimensão preestabelecida (molar) do prazer é configurada pela orientação sexual (expressão a nível semântico). Aí vemos uma influência determinante da identidade de gênero (e por isso estão representadas em conexão): a orientação sexual é dada em relação à própria identidade, está intrinsecamente ligada a ela – ser heterossexual só diz alguma coisa sobre a orientação do objeto sexual, na medida em que a identidade de gênero é manifestada, *i.e.*, se se diz que alguém é heterossexual, só temos condição de conhecer seu objeto de desejo (homem ou mulher) na medida em que conhecemos sua identidade de gênero.

O exercício da sexualidade das pessoas através da rede cria zonas de instabilidade, pressiona as pontas de desterritorialização, cria um novo agenciamento. Esse agenciamento promove uma reconfiguração na constelação da sexualidade, deslocando complexos semânticos, subvertendo práticas instituídas. Por um lado, vemos como esse agenciamento desterritorializa as formas de fruição de prazer (linha destacada em verde), diluindo a condição de presença mútua num mesmo espaço numa presença no ciberespaço. O imperativo da presença dos corpos num mesmo espaço é flexibilizado pelo ciberespaço. Por outro lado, mas ao mesmo tempo, esse agenciamento desterritorializa a referência identidade de gênero, na medida em que possibilita a experiência de outros gêneros no ciberespaço. Vimos no relato de Van Gelder (1985) como Alex viveu intensamente sua sexualidade, sua identidade enquanto Joan. A própria possibilidade de experienciar uma outra identidade promove novas formas de fruição do prazer, promove uma singularização do prazer. Além disso, se converte numa crítica às identidades de gênero estabelecidas. No centro dessas duas linhas

de desterritorialização, vemos a expressão da nova conjunção da sexualidade e o aporte da Internet: o que Van Gelder (1985) chamou de compusex. Ele reflete ao mesmo tempo a possibilidade de experiência de uma nova identidade (Alex-Joan) e de novos prazeres (telemáticos, singulares).

Talvez fiquemos tentados a afirmar, por conseguinte, que as desterritorializações que o agenciamento Internet e sexualidade promove são do tipo positivas (D +), já que promoveram não apenas um deslocamento a nível molecular, mas também se propagaram na forma de intensidades, singularizações. De fato, se essa cartografia datasse de 1983, quando se deram os eventos relatados por Van Gelder (1985), certamente chamaríamos de desterritorializações positivas.

2) Porém, como vimos no decorrer do capítulo anterior, tão logo essas desterritorializações irromperam, despontou também toda uma problemática dos efeitos perniciosos dos usos das tecnologias que as propiciaram (Branwyn, 1993, Butterworth, 1993), bem como das invocações de dispositivos legais que regulassem o ciberespaço (Durkin e Bryant, 1995, McGraw, 1995, Rimm, 1995, Elmer-Dewitt, 1995). As mídias não paravam de denunciar os riscos de pedofilia na Internet (Branwyn, 1993), de banalização e exploração do corpo da mulher (Butterworth, 1993) e da pornografia e sua influência negativa (Elmer-Dewitt, 1995). Os sociólogos e *experts* do direito foram convocados para situar o campo de problematização, segmentá-lo, *i.e* reterritorializá-lo de alguma forma. A constelação cartográfica desse segundo momento assume, então, a forma representada a seguir:

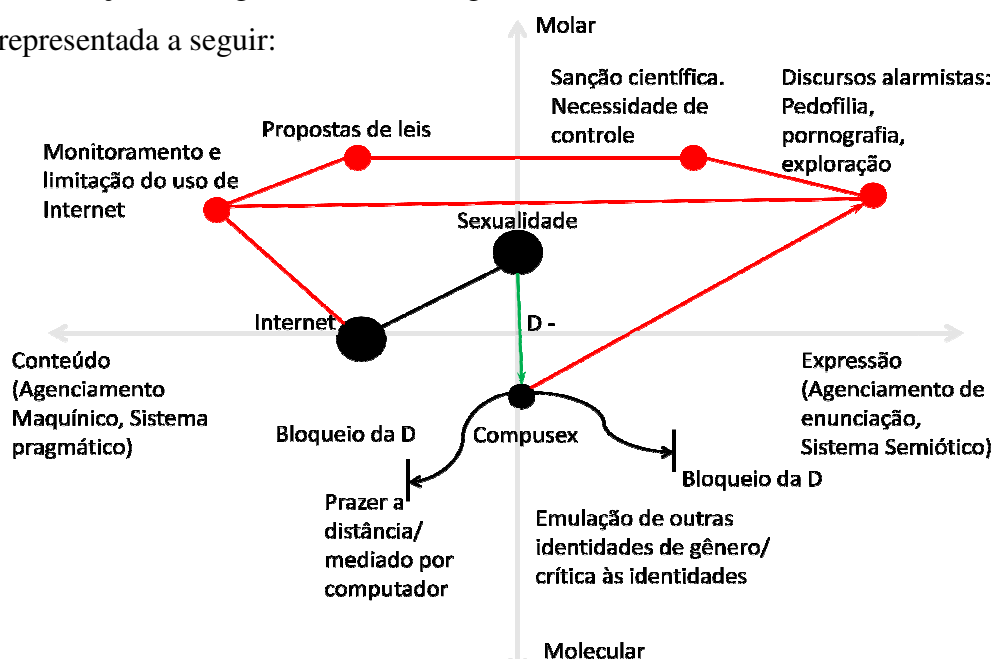


Fig.9 – Cartografia do 2º tempo do cibersexo: Propedêutica.

Nesse segundo momento, vemos que a desterritorialização promovida pelo agenciamento sexualidade e Internet é bloqueada a nível molecular e redirecionada, reterritorializada a nível molar (linhas em vermelho). Inicialmente, são os discursos midiáticos que forçam uma reterritorialização: eles testemunham o caos iminente provocado pela desterritorialização – as críticas às identidades são esvaziadas e a emulação de outras identidades é vista como ameaça. Se um homem pode se fazer passar por mulher para fruir de prazeres que sua condição não permitia (Van Gelder, 1985), o que o impede de agir de forma semelhante para abusar de crianças, para praticar pedofilia? Aliado a esse discurso, também em defesa da inocência das crianças, surge a questão da pornografia (Elmer-Dewitt, 1995) como conspiração da decência, como perversão gratuita e em larga escala que precisa ser prevenida. Além destes, temos o discurso feminista que encerra definitivamente o bloqueio da crítica às identidades de Van Gelder (1985) e, inversamente, dirige a crítica aos usos das tecnologias, da Internet como forma de exploração (Butterworth, 1993). Todos esses discursos se disseminam, se propagam, inferindo certos efeitos: é o ilocutório, as ações que a linguagem produz. Se uma série de discursos denuncia constantemente os riscos da pornografia e da pedofilia, se eles convocam os pais a monitorar seus filhos, os sites que frequentam, desconfiar de seus comportamentos, certamente isso produz efeitos concretos de vigilância e controle. Por esse motivo, esses marcadores estão conectados, pela pressuposição recíproca (Deleuze e Guattari, 1997). Concomitante às denúncias midiáticas, outro campo de enunciados se forma num nível epistemológico distinto: as ciências passam a discorrer sobre os efeitos desterritorializantes do agenciamento sexualidade e Internet. Os discursos sociológicos (Durkin e Bryant, 1995, Turkle, 1995) e do direito (McGraw, 1995, Durkin, 1997, Deirmenjian, 1999) sancionavam aquilo que a mídia denunciava: os riscos eminentes e a necessidade de controle, de regulação do agenciamento sexualidade e Internet e seus efeitos. Não por acaso, frequentemente eles recorriam um ao outro, sustentavam-se mutuamente, aliavam-se. Foi o que aconteceu com o conturbado trabalho de Rimm (1995), cuja repercussão na revista Time (Elmer-Dewitt, 1995) desdobrou-se em projeto de lei no congresso americano (Ato de Proteção das Crianças Contra a Pornografia dos

Computadores¹⁶). Enfim, a própria popularização da Internet contribuía para aumentar os temores, já que, na medida em que o número de usuários crescia (em progressão geométrica no período de 1993-1995), também se supunha crescer o número de pessoas que fazia uso dessas práticas sexuais no ciberespaço. Um receio de uma epidemia de práticas sexuais desviantes na Internet evocou uma necessidade maior de controle, de gestão do ciberespaço. Por isso a reterritorialização perpetrada (linhas em vermelho) desemboca num monitoramento dos usos que se faz da Internet.

Agora, vemos que a desterritorialização encetada pelo agenciamento sexualidade e Internet aponta mais para uma desterritorialização negativa ou relativa do que aquela que à primeira vista despontava. Vemos bem o contorno que a cartografia começa a tomar nesse segundo tempo: a de uma propedêutica, de uma nova circunscrição, tal qual a que circunda a sexualidade. No cerne da problemática, a questão que se colocava era: o que levava as pessoas a essas práticas? Por que algumas incorriam nas experiências sexuais no âmbito do ciberespaço e outras não? Toda essa constelação de uma espécie de propedêutica anunciava a cartografia porvir.

3) Chegamos enfim ao advento do cibersexo, consubstanciado no plano eminentemente dos discursos e práticas psi. Aqui, vale a advertência que Foucault (1984/2009) já tinha nos feito acerca da emergência do termo sexualidade, a qual vale a pena transcrever:

O próprio termo “sexualidade” surgiu tardiamente, no início do século XIX. É um fato que não deve ser subestimado, nem superinterpretado. Ele assinala algo diferente de um remanejamento de vocabulário; mas não marca, evidentemente, a brusca emergência daquilo a que se refere. O uso da palavra foi estabelecido em relação a outros fenômenos: o desenvolvimento de campos de conhecimento diversos [...]; a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos (1984/2009, pp. 9-10).

¹⁶ Registro da sessão do congresso de 26 de junho de 1995 disponível em <http://groups.csail.mit.edu/mac/classes/6.805/articles/cda/grassley-congressional-record.html>

Da mesma forma, a emergência do termo cibersexo a partir de 1996 assinala mais do que um mero rearranjo de vocabulário e, por outro lado, decerto que não designa um fenômeno totalmente inédito. Ele marca, deveras, a legitimação dos discursos psi acerca dos fenômenos envolvidos no agenciamento sexualidade e Internet; a emergência de toda uma rede semântica que estes discursos evoluem junto de uma série de dispositivos que passam a regulá-lo. Inicialmente, vemos uma transição, um deslocamento da problemática dos efeitos nocivos do agenciamento para uma categoria de perniciosidade relativamente nova em relação ao cibersexo – o âmbito da patologia. Todos os males que a mídia denunciava e que a sociologia e o direito sancionavam eram secundários em relação à patologia que levava a eles. Com efeito, a patologia era ao mesmo tempo a causa e o efeito primário: a compulsão ao cibersexo era não apenas o que levava as pessoas a certas práticas sexuais na Internet, como também o seu primeiro efeito – a adesão compulsiva, a dependência. Ora, vimos bem como isso aconteceu, como Young (1996), sustentada por toda uma propedêutica aliada aos discursos midiáticos, delimitou a compulsão ao cibersexo como um dos subtipos de compulsão à Internet. Vimos como uma série de autores, pesquisadores, terapeutas passou a se ocupar da questão do cibersexo e sua patologia (Cooper, 1997, Leiblum, 1997, Delmonico, 1997, Greenfiel, 1999, Schneider, 2000a; 2000b, Young, 2001). Eles desenvolveram métodos diagnósticos (Young, 2013, Weiss, 2014, Delmonico e Miller, 2003, Greenfield, 2014) e de tratamento (Cooper, 2002, Young e Abreu, 2011, Delmonico e Griffin, 2011, Young 2013), além de encetar toda uma demografia do cibersexo (Cooper *et al*, 1999, Greenfield, 1999, Schneider, 2000a; 2000b, Goodson *et al*, 2000, Appelby, 2001, Daneback, Cooper e Mansson, 2005, Carvalheira e Gomes, 2003, Ferrand, 2004). Enfim, a constelação do cibersexo se modificou sobremaneira após a incubação do cibersexo no âmbito dos discursos e práticas psi. A cartografia a seguir ilustra como sua trama se complexificou, sua rede se ampliou, sua forma sedimentou.

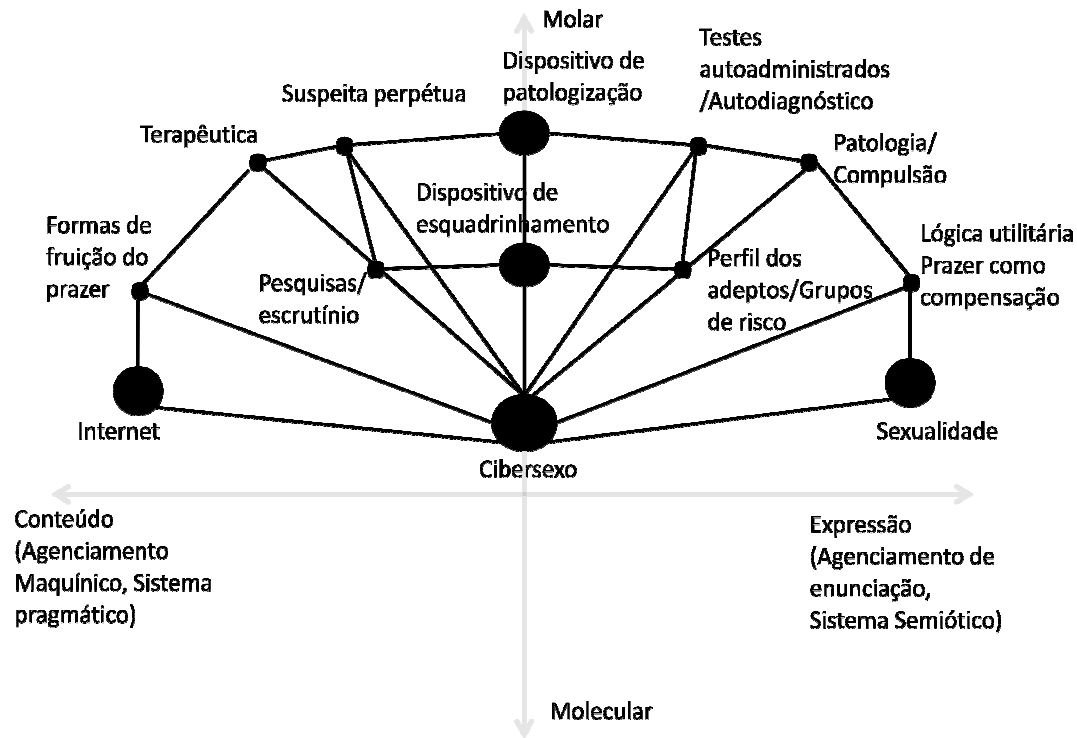


Fig.10 – Cartografia do 3º tempo do cibersexo: Consolidação da arquitetura molar.

O que vemos na nova configuração cartográfica é que o cibersexo se consolida como elemento, como substância no cerne de uma problemática iniciada pela conjunção da Internet e a sexualidade. Doravante, ele será evocado como pressuposto ontológico de uma complexa trama de significados, tal qual a sexualidade a que Foucault (1984/2009) se referia no século XIX. Doravante, ele habita eminentemente o espaço estriado, territórios de consistência molar. No seu eixo central, os dispositivos de esquadramento e patologização o impulsionam. O primeiro, formado pelo escrutínio permanente, as pesquisas que produzem o saber necessário para regular as práticas relativas ao cibersexo, se expressa (no campo semiótico) através da instauração do perfil dos adeptos do cibersexo, o contorno de suas identidades, bem como do delineamento dos grupos de risco. O dispositivo de patologização, articulado ao primeiro, opera pela inculcação da suspeita perpétua (dimensão pragmática), através dos testes, dos questionários autoadministrados amplamente disseminados através da rede (dimensão semântica). Eles se ligam à noção de patologia, à ideia de uma compulsão que deve ser perpetuamente buscada, suspeitada nos comportamentos sexuais no ciberespaço. Tal compulsão opera como pressuposto nas ferramentas de diagnóstico: tal como os testes implementados por Young (2013), Weiss (2014), Delmonico e Miller (2003) e Greenfield (1999) buscavam o menor sinal possível,

qualquer vestígio de um uso supostamente problemático da Internet para fins sexuais como indício de patologia. Além disso, tal patologia está intrinsecamente relacionada à identidade, ao perfil dos adeptos do cibersexo, bem como se faz presente na dimensão material (pragmática) na forma de terapêutica. A técnica terapêutica (dimensão material) pressupõe uma patologia (dimensão semântica), da mesma forma que a patologia, a compulsão ao cibersexo, só existe na medida em que uma intervenção a delimita (pressuposição recíproca). O pressuposto sob o qual se apoia a noção patológica da compulsão, como visto anteriormente, é a lógica utilitária que repudia o prazer gratuito, sem utilidade social. O compulsivo pelo cibersexo é aquele que substitui suas atribuições sociais (com o trabalho, a família, os amigos, etc.), bem como as demais formas de prazer instituídas, socialmente aceitas, pelo cibersexo. Por isso, vemos nesse terceiro tempo da cartografia do cibersexo as formas instituídas de fruição do prazer (consistência molar) ao mesmo tempo como expressão material (dimensão pragmática) da lógica utilitária e atravessamento do cibersexo. Assim, pudemos traçar uma cartografia em três tempos: desde a irrupção do cibersexo enquanto composto de linhas de fuga, de desterritorializações, passando por um tempo de recaptura, reterritorializações que se conjugaram numa propedêutica até sua cristalização, a partir de sua incubação pelos saberes psi.

No entanto, essa constelação do cibersexo que pudemos cartografar não é hermética, não se encerra sobre si mesma, ao contrário, ela está em relação com outras constelações, outros agenciamentos. A própria sexualidade se consubstancia na forma de outras constelações, assim como a Internet. Não se trata de tentar cartografar cada uma delas, pois seria como tentar representar todas as estrelas de todas as constelações de cada galáxia do Universo. Trata-se por outro lado, de tentar observar quais conexões são mais determinantes na composição dos agenciamentos. Para isso, é preciso analisar a coerência das conexões, das articulações com a dimensão territorial. Quanto maior a coerência com a consistência territorial, tanto mais importante é o agenciamento para a constelação com a qual se conecta. Por exemplo, quando olhamos para o dispositivo de esquadramento (na figura 10 – Cartografia o 3º tempo do cibersexo), vemos que ele articula coerentemente as pesquisas e o escrutínio do cibersexo em busca do perfil de seus adeptos, a fim de estabelecer os grupos de

risco, uma terapêutica, até uma profilaxia. Bem se vê também que ele faz isso através de uma atitude de perpétua suspeita (atento aos mínimos sinais) e que também utiliza as ferramentas diagnósticas, os testes de triagem com o mesmo propósito: conhecer para prevenir, conjurar os perigos do cibersexo para a ordem estabelecida.

Contudo, quando observamos o dispositivo de patologização, quando avaliamos sua coerência com a consistência molar, é possível verificar uma certa “falha”, ou melhor, um grau de coerência menor. Ele está em plena consonância com a atitude de suspeita perpétua, de espreitar a patologia em cada comportamento sexualizado na Internet. Vemos também que ele se articula consistentemente com uma terapêutica, uma necessidade de técnica para correção dos desvios caracterizados como patológicos, além de cooperar com a sobredeterminação das formas de fruição do prazer instituídas. Na dimensão semântica, vemos que a expressão do autodiagnóstico serve para partilhar a suspeita perpétua não apenas entre os *experts*, mas entre todos os indivíduos. Qualquer cibernauta deve saber que há uma patologia do cibersexo e que ele pode, por si só, realizar um autodiagnóstico, uma triagem para saber se ele é um portador em potencial ou um suspeito de portar essa patologia. Essa mesma ferramenta autodiagnóstica se articula com a composição dos perfis dos adeptos, é utilizada nas pesquisas (Delmonico e Miller, 2003, Daneback, Ross e Mansson, 2006) para separar o grupo dos que manifestam a patologia do grupo controle. Entretanto, quando avaliamos o grau de coerência da patologia com a consistência molar, vemos que ela normatiza uma determinada série de comportamentos desviantes, mas não todos. Não há uma nosografia própria do cibersexo, uma taxonomia de uma série de patologias associadas a ele, tal como houve com a sexualidade no século XIX (Kaan, 1844, Krafft-Ebing, 1886/2012). Nossas pesquisas não nos levaram a nenhum compêndio de patologias cibersexuais, nenhuma prática desviante que se consubstanciasse em patologia além da compulsão. A própria preocupação com a pedofilia foi abordada muito mais pela perspectiva criminal, do que pela perspectiva patológica da medicina (Rimm,

1995, Durkin, 1997, Young, 2000, Young 2005), apesar de ser considerada uma parafilia no DSM IV¹⁷.

Por que a compulsão foi escolhida para representar a dimensão patológica do cibersexo? Por que o cibersexo não foi tomado de saída como uma parafilia? Já que esta se refere a comportamentos sexuais recorrentes que envolvem objetos, atividades ou situações incomuns, com prejuízo no funcionamento social ou ocupacional (DSM IV). Decerto que uma resposta cabal para essas questões requereriam uma análise mais aprofundada, que não cabe no escopo deste estudo. Porém, podemos analisar certas conjunções que apontam para uma resposta. Vejamos:

➔ A compulsão ao cibersexo é delimitada mais em termos quantitativos do que qualitativos. Seja como subtipo de compulsão à Internet (Young, 1996a, Block, 2008), ou como subtipo de um transtorno hipersexual (Kafka, 2010), a compulsão ao cibersexo possui um caráter quantitativo, de busca excessiva pelas satisfações e gratificações sexuais no âmbito cibernético. O cibersexo em si, não é considerado uma perversão, uma parafilia, enfim, um comportamento desviante. O que o torna patológico, segundo a literatura sugere (Delmonico e Griffin, 2011, Young, 1996a, 2001, Kafka, 2010, Zaldívar e Diez, 2009, Daneback, Ross e Mansson, 2006) é quando a carga e a frequência de uso trazem prejuízos, consequências negativas para a vida social, familiar, acadêmica, financeira, etc..

➔ Se não é em termos qualitativos, mas em termos quantitativos que o cibersexo é considerado patológico é porque pressupõe-se uma linha de corte para uma política de uso aceitável. De fato, vimos como uma série de autores tentou delimitar esse uso em termos de quantidade de horas despendidas com o cibersexo (Cooper *et al*, 2000, Ferrand, 2004, Carvalheira e Gomes, 2003), apesar de não ter havido consenso e, além disso, outros autores (Daneback, Ross e Mansson, 2006) terem afirmado que essa quantidade de horas não era um critério muito adequado, em função de não considerar os riscos envolvidos (alguém que gastasse menos de 10 por semana em cibersexo, mas que grande parte dessas horas fosse despendida no horário de trabalho, por exemplo, poderia ser considerado mais compulsivo do

¹⁷ Vide versão online do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais IV (DSM) disponível em http://www.psicologia.pt/instrumentos/dsm_cid/dsm.php.

que alguém que gastasse mais de 10 horas em cibersexo em casa). Com efeito, considera-se um determinado uso do cibersexo aceitável, “recreativo” (Delmonico e Griffin, 2011).

→ Se, por um lado, uma determinada política de uso do cibersexo é considerada patológica na medida em que traz prejuízos para a vida social dos indivíduos e, conseqüentemente, para a organização social em geral, é porque uma política de uso aceitável do cibersexo pode trazer benefícios para essa mesma organização social. Chegamos, enfim, à hipótese de trabalho que abre a constelação do cibersexo para uma nova dimensão: situa-o no âmbito político-econômico do qual inicialmente foi usurpado. Parece que, a partir da cartografia que traçamos, o cibersexo se encerra num mecanismo hermético, isolado. Mas não podemos incorrer no erro de reduzi-lo a este mecanismo. Como nosso método cartográfico propõe, os agenciamentos estão sempre em correlação com outros agenciamentos. Há um ponto de articulação da constelação do cibersexo que o insere em uma outra dinâmica: o agenciamento econômico. Poderíamos traçar uma nova cartografia, associando a constelação do cibersexo com o atravessamento econômico. Um esboço dela fica assim:

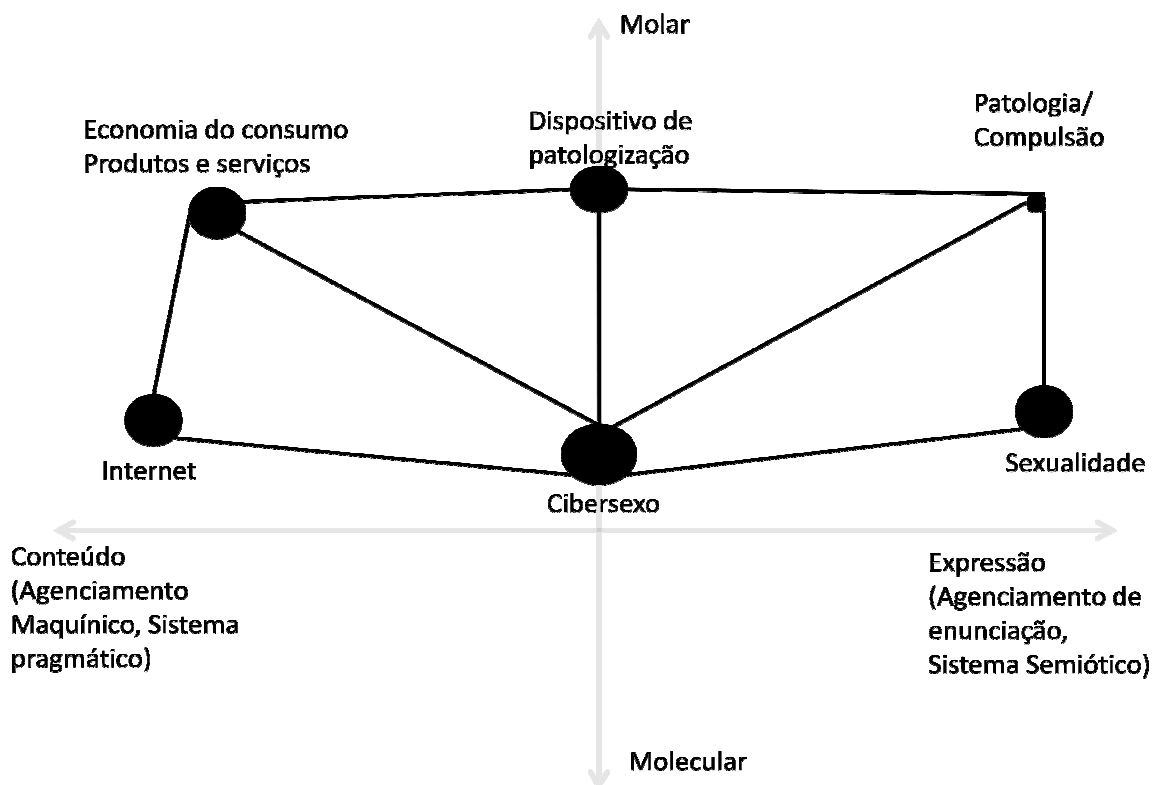


Fig.11 – Cartografia do atravessamento econômico no agenciamento do cibersexo.

Podemos ver na figura acima que uma economia voltada para o consumo de produtos e serviços atravessa o cibersexo, na medida em que dele se apropria para engendrar um novo nicho de mercado, o mercado do ciberespaço. Não se tem acesso a dados muito confiáveis, mas nos EUA estima-se que em 2006 o mercado de pornografia virtual tenha movimentado quase \$700 milhões (Delmonico e Griffin, 2011). Ora, não é de se estranhar que ela tenha influência nessa constelação do cibersexo: por um lado, toda uma mecânica de dispositivos e discursos é erigida para regular os efeitos perniciosos do cibersexo, seus excessos, seus abusos - a partir do momento em que seu uso interfere na dinâmica social, nas metas, no trabalho, todo um mecanismo é posto a funcionar para identificar, diagnosticar e corrigir o desvio. Por outro lado, uma massiva estratégia de consumo, que requereria uma análise à parte, induz os indivíduos a consumirem produtos e serviços sexuais na Internet. De antemão, podemos apenas deduzir que este atravessamento econômico funciona como uma força de atração e captura dos vetores do cibersexo, o faz funcionar em favor de uma economia e, se de alguma forma ele se torna nocivo a ela, empreende estratégias para neutralizá-lo. Esse atravessamento permite apenas desterritorializações relativas do âmbito do cibersexo: somente na medida em que as desterritorializações podem ser reterritorializadas na forma de produtos ou serviços, na forma de estratégias para o aumento do consumo é que elas são permitidas. Às demais, cabe aos dispositivos da constelação do cibersexo se encarregar.

Vemos, dessa forma, como essa constelação do cibersexo está em imbricada correlação com outros vetores de força, outros agenciamentos que a atravessam, a modificam e a determinam. Além disso, sua dinâmica interna, o trabalho constante dos discursos e dispositivos, submete as práticas a uma mecânica precisa: consumo moderado, autovigilância constante, correção dos possíveis desvios. Seu potencial de transversalidade, de desterritorialização é modulado por um atravessamento econômico que conjura de antemão as manifestações que não sirvam a uma dinâmica do consumo. Assim, os novos horizontes que as tecnologias nos abrem, o potencial de criação, de inovação que elas inspiram são submetidos a uma dinâmica econômica, limitados a funcionar de acordo com alguns interesses. Triste ironia acreditarmos com uma inocente expectativa que as tecnologias nos libertariam? Talvez.

5. Conclusão

Enfim chegamos ao final de nossa jornada. Mas se ela parece se encerrar é somente na medida em que nosso percurso pode cumprir, de alguma forma, a promessa da partida. No entanto, se pudemos experimentar uma intensidade no percurso, se, de alguma forma, ele nos afetou, nos mobilizou, então podemos afirmar que ele estender-se-á em novos percursos, reverberará em outras jornadas. Esse texto, ele mesmo é um agenciamento – de autores, ideias, afecções. E, como vimos, um agenciamento está em perpétuas conexões com outros agenciamentos. Tal como a Internet, que pulsa conexões, a todo instante cria novas, refaz outras, desliga algumas. Ele pode servir para abrir as pontas de desterritorializações, arrastar os vetores para a consistência molecular, ou bem pode servir para instaurar outro estrato, nova sedimentação molar. Como também pode não servir para nada. Depende das conexões que faz, das constelações de agenciamentos com as quais se liga.

O que pudemos apreender ao longo deste percurso? Seu ponto de partida foi a inquietação com a sexualidade contemporânea, especificamente como ela se articula com as novas tecnologias (em especial a Internet), de que forma as pessoas são levadas a vivê-la, que campos semânticos envolvem, quais dispositivos estratégicos a modulam. Para tentar responder a essas questões, tivemos que recuar um pouco até a noção de sexualidade, analisar o contexto no qual emergiu, as contingências que permitiram com que ela se consubstanciasse nesse tema tão central de nossa existência. Vimos então, principalmente a partir das contribuições de Foucault (1976/2005, 1988/2010), como essa noção ordinária de sexualidade, que parece tão natural e intrínseca à condição humana, escamoteava exatamente sua própria condição de emergência, o contexto sócio-histórico que a evocou, as composições políticas que a atravessavam. A partir disso, tivemos que recriar a noção de sexualidade com a qual prosseguiríamos o trabalho. Ora, a própria análise da emergência da sexualidade nos apontou o caminho: sua irrupção se deu em meio a um complexo jogo de forças, uma imbricada correlação de fatores que não se referia unicamente à sexualidade. Era preciso, portanto, uma noção de sexualidade que a devolvesse esse caráter

múltiplo, dinâmico, capilar. Tomamos emprestada a noção de agenciamento de Deleuze e Guattari (1995a, 1995b, 1996, 1997), que abrange as composições, as relações materiais e semânticas, bem como as conexões e atravessamentos com outros elementos, para redefinir a noção de sexualidade. Propusemos então, entender a sexualidade como agenciamento, como uma composição complexa de uma série de relações dinâmicas.

Depois de redefinida a noção de sexualidade, partimos para a investigação de sua articulação com as novas tecnologias, especificamente com a Internet. Teria a Internet algum impacto na sexualidade? Caso positivo, qual? Como esses dois agenciamentos se relacionam? Essas foram as questões que nos levaram de encontro a determinados discursos que evocavam uma noção contemporânea que pressupunha uma conexão entre a sexualidade e o mundo cibernético – o neologismo chamado de cibersexo. Tentamos apresentar um rápido panorama das concepções que se tinha do cibersexo, das práticas que o sustentavam. Concomitantemente, o inserimos na dinâmica do agenciamento, como mais um conjunto imerso no jogo de forças, para em seguida analisá-lo mais detidamente. Assim, partimos de uma metodologia semelhante a que Foucault (1969/2012, 1976/2005) utilizou na análise da sexualidade – a arqueologia – para interrogar o cibersexo. Perscrutamos, a partir da análise de seus enunciados, suas condições de emergência, o contexto com o qual se relacionava, as contingências que o delinearam. Depois, vimos como o campo do cibersexo foi se configurando, que práticas e discursos o foram compondo, que significados passaram a orbitá-lo.

Por fim, propusemos uma leitura de uma condição mais atual da disposição do cibersexo, segundo uma perspectiva cartográfica. Para tanto, foi preciso refazer o caminho da análise do cibersexo, mapeando seu percurso: desde suas condições de emergência como movimento de desterritorialização da sexualidade, passando por uma propedêutica, uma progressiva captura pelos discursos científicos até sedimentar na forma de uma estratégia, de uma mecânica de monitoramento dos comportamentos e correção dos possíveis desvios. Ao analisar a coerência interna dessa mecânica com a consistência molar, identificamos uma abertura para uma outra constelação de agenciamentos, uma outra dimensão na qual podemos situar o cibersexo: a dimensão econômica.

Vimos como ela atravessa o cibersexo, influenciando diretamente em sua estrutura, em sua mecânica, regendo as desterritorializações possíveis, limitando-as a D relativa. Ou seja, a regência econômica permitia somente as desterritorializações que pudessem ser convertidas em produtos ou serviços, inseridas na dinâmica do consumo. Todas as demais, o estratagema do cibersexo deveria se encarregar.

Nesse sentido, nossa cartografia pode evidenciar um quadro eminentemente molar do cibersexo, regulado por diversos fatores, subjugado a diversas variáveis, subsumido a uma política econômica. A questão que subsiste é se num cenário como esse, esquadrinhado por todos os lados, regulado em cada um dos seus vértices, ainda há linha de fuga possível. Ainda é possível escapar ao estratagema erigido em torno do cibersexo? Ainda é possível fruir de outros prazeres que sua estrutura tenta prevenir, que sua mecânica tenta conjurar? A essas perguntas, somente as singularizações podem responder concretamente. Somente os desvios inferidos nos discursos, nos dispositivos, as irregularidades cambaleantes introduzidas no funcionamento podem, de fato, traçar novas linhas de fuga, desterritorializações desse estratagema. Lembremos que as próprias desterritorializações perpetradas pelo cibersexo, quando de sua irrupção, desviavam de um esquema hermético da sexualidade, de uma linha dura das identidades e dos prazeres. E, ainda assim, elas conseguiram estabelecer novas territorialidades para o prazer, problematizar as formas de identidade estabelecidas. Portanto, por maior que seja o grau de estratificação, tanto maior o nível de controle, ainda assim o potencial de desvio e criação persistirá. A vida insiste em diferir.

Por conseguinte, precisamos de uma postura crítica em relação às novas tecnologias e a forma como elas afetam nossa organização prévia de vida. É preciso um *ethos* (Foucault, 1984/2010), uma certa atitude, uma forma de ser duplamente cética: por um lado, é preciso não nos iludirmos com o potencial de criação e inovação das tecnologias, acreditar que nelas residem nossa salvação. Pois, certamente elas serão postas a funcionar em favor de um poder que não prima pela singularidade. Por outro lado, não podemos enveredar por um pessimismo resignado diante do poder cujo potencial de ação está esgotado de

antemão. Por maior que seja o grau de opressão, de coerção ou de controle, ainda assim (e por isso mesmo) persistirá um potencial de revolução a nível molecular, um coeficiente de transversalidade ($T>0$).

Portanto, nem salvação, nem perdição: assumir quaisquer dessas posturas é, por si só armadilhar sua própria existência, cair num sorvedouro existencial.

6. Referências Bibliográficas

ADAMSE, M.; MOTTA, S. *On-line friendship, chat rooms and cybersex: Your guide to affairs of the net*. Deerfield Beach, FL: Health Communications, 1996.

APPELBY, G.A. Interviewing working-class gay men over the Internet. **Journal of Gay & Lesbian Social Services: Issues in Practice, Policy & Research**, 12, pp. 133-151, 2001.

ARICÓ, C.R.; REIS, C. *Sexo, Internet & Cia*. São Paulo: Ícone, 2005.

BARAK, A.; SAFIR, M.P.; Sex and the Internet: An Israel perspective. **Journal of Sex Education & Therapy**, Vol 22(1), pp. 67-73, 1997.

BARR, M. L.; BERTRAM, L. F. & LINDSAY, H. A. The morphology of the nerve cell nucleus, according to sex. **The Anatomical Record**, 107:283, 1950. DOI 10.1002/ar.1091070307.

BARROS, L.P de; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In PASSOS *et al* (Org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

BÉJIN, A. Crepúsculos dos psicanalistas, manhã dos sexólogos. In BÉJIN, A.; ARIÈS, P. (org.). **Sexualidades Ocidentais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BERGSON, H. **Memória e Vida: Textos Escolhidos**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.

BINGHAM, J.E.; PIOTROWSKI, C. *On-line sexual addiction: A contemporary enigma*. **Psychological Reports**, Vol. 79, pp. 257-258, 1996. DOI: 10.2466/pr0.1996.79.1.257.

BLAIR, C. Netsex: Empowerment through discourse. In EBO, B (Ed.). **Cyberghetto or Cybertopia? Race, Class and Gender on the Internet**. Westport: CT: Praeger, 1998.

BLOCK, J.J. Issues for DSM-V: Internet addiction. **American Journal of Psychiatry**, 165 (3), pp. 306-307, 2008.

BRANWYN, G. Compu-sex: Erotica for cybernauts. **South Atlantic Quarterly**, 92 (4): pp. 779-791, 1993.

BUTTERWORTH, D. Wanking in cyberspace. **Trouble and Strife**, 27, pp. 33-37, 1993.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (Originalmente publicado em 1966).

CARNES, P. (Ed); DELMONICO, D.L.; GRIFFIN, E.; MORIARTY, J. **In the shadows of the Net: Breaking free of compulsive online behavior**. Center City, MN: Hazelden Educational Materials, 2001.

CASTELLS, M. **A galáxia Internet**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. (Originalmente publicado em 2001).

CARVALHEIRA, A.; GOMES, F.A. Cybersex in Portuguese Chatrooms: A study of Sexual Behaviors Related to Online Sex. **Journal of Sex & Marital Therapy**, 29, pp. 345-360, 2003.

COOPER, A. The Internet and sexuality: Into the new millennium. **Journal of Sex Education and Therapy**, Vol 22 (1), 1997.

_____. Sexuality and the Internet: Surfing into the new millenium. **Cyberpsychology and Behavior**, 1 (2), pp. 187, 194, 1998a.

_____. Cybersex and sexual compulsivity: The dark side of the force. **Sexual Addiction and Compulsivity: Journal of Treatment and Prevention**, 7(2), pp. 1 – 4, 2000.

_____. **Sex and the Internet: A guidebook for clinicians**. New York: Brunner-Routledge, 2002.

COOPER, A.; DELMONICO, D.L.; BURG, R. Cybersex users, abusers and compulsives: New findings and implications. **Sexual Addiction & Compulsivity**, 7, pp. 7-29, 2000.

COOPER, A.; MORAHAN-MARTIN, J; MATHY, R.; MAHEU, M. Toward an increased understanding of user demographics in *on-line* sexual activities. **Journal of Sex and Marital Therapy**. Vol. 28, No 2, pp. 105-129, 2002.

COOPER, A.; SCHERER, C.; BOIES, S.C.; GORDON, B. Sexuality on the Internet: From sexual exploration to pathological expression. **Professional Psychology: Research and Practice**, 30 (2), pp.154-164, 1999.

COOPER, A.; SPORTOLARI, L. Romance in cyberspace: Understanding online attraction. **Journal of Sex Education & Therapy**, Vol 22(1), pp. 7-14, 1997.

COSTA, M.; SILVA, M. J. A search log of a portuguese web search engine *in* **INForum 2010 – II Simpósio de Informática**. Luís S. Barbosa, Miguel P. Correia (Eds), 9-10 de setembro de 2010, pp. 525-536. Disponível em <<http://sobre.arquivo.pt/about-the-archive/a-search-log-analysis-of-a-portuguese-web-search>> Acesso em agosto de 2012.

CUNHA, A.G. da. **Dicionário etimológico da lingual portuguesa**. 4.ed. revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

DAMIANI, D.; GUEDES, D.C.; DAMIANI, D.;SETIAN, N.; MACIEL-GUERRA, A.T.; MELLO, M.P. de.; GUERRA-JÚNIOR, G. Hermafroditismo verdadeiro: experiência com 36 casos. **Arq Bras Endocrinol Metab**, São Paulo , v. 49, n. 1, Feb. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302005000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de novembro de 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0004-27302005000100009>.

DANEBACK, K. COOPER, A. MANSSON, S. Na Internet Study of Cybersex Participants. **Archives of Sexual Behavior**, 34 (3), pp. 321-328, 2005.

DANEBACK, K.; ROSS, M.; MANSSON, S. Characteristics and behaviors of sexual compulsives who used the Internet for sexual purposes. **Sexual Addiction & Compulsivity**. Vol. 13, No. 1, pp. 53-67, 2006.

DEIRMENJIAN, J.M. Sltaking in cyberspace. **Journal American Academic Psychiatry Law**, 27, pp. 407-413, 1999.

DELEUZE, G. **Bergsonismo**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012. (Originalmente publicado em 1966).

_____. Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle. In DELEUZE, G. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, pp. 219-226.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia 1**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004. (Originalmente publicado em 1972).

_____. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia, Vol. 5**. 1. ed., São Paulo: Editora 34, 1997.

_____. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia, Vol. 3**. 1. ed., São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia, Vol. 1**. 1. ed., São Paulo: Editora 34, 1995a.

_____. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia, Vol. 2**. 1ed., São Paulo: Editora 34, 1995b.

DELMONICO, D. L. Cybersex: High tech sex addiction. **Sexual addiction and Compulsivity: Journal of treatment and prevention**, Vol. 4, pp. 159-168, 1997.

DELMONICO, D. L.; GRIFFIN, E. J. Compulsividade e dependência de sexo virtual (cibersexo) In YOUNG, K e ABREU, C. **Dependência de Internet–Manual e Guia de Avaliação e Tratamento**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DELMONICO, D.L.; MILLER, J.A. The Internet sex screening test: A comparison of sexual compulsives versus non-sexual compulsives. **Sexual and Relationship Therapy**. Vol 18, No 3, pp. 261-276, 2003.

DURKHEIM, E. **O suicídio: Estudo de Sociologia**. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora WMF Martins Fontes, 2011. (Originalmente publicado em 1897).

DURKIN, K.F. Misuse of the Internet by pedophiles: Implications for Law enforcement and probation practice. **Federal Probation**, 61 (3), pp. 14-18, 1997.

DURKIN, K.F.; BRYANT, C.D. Log on to sex: Some notes on the carnal computer and erotic cyberspace as an emerging research frontier. **Deviant behavior: An interdisciplinary Journal**, 16, pp. 179-200, 1995.

ELMER-DEWITT, P. On a screen near you: cyberporn. **Time**, 3 de julho de 1995, pp. 38-45. Disponível em http://www.utexas.edu/lbj/21cp/syllabus/time_cyberporn_article.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

FERRAND, P.A.S. Características psicológicas de consumidores de cibersexo: una aproximación. **Acta Colombiana de Psicología**. Bogotá, nº 12, pp.19-38, 2004.

FOUCAULT, M. Michel Foucault, uma Entrevista: Sexo, Poder e a Política da Identidade. In _____. **Ditos e Escritos IX: Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, pp. 251-263. (Originalmente publicado em 1984).

_____. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (Originalmente publicado em 1969).

_____. O nascimento da medicina social. In _____. **Microfísica do poder**. 25.ed. São Paulo: Graal, 2012. pp. 143-170. (Originalmente publicado em 1974).

_____. A tecnologia política dos indivíduos. In _____. **Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. pp. 301-318. (Originalmente publicado em 1988).

_____. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In _____. **Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. pp. 264-287. (Originalmente publicado em 1984).

_____. O verdadeiro sexo. In _____. **Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. pp. 82-91. (Originalmente publicado em 1980).

_____. Sexualidade e Poder. In _____. **Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. pp. 56-76. (Originalmente publicado em 1978a).

_____. A evolução da noção de “indivíduo perigoso” na psiquiatria legal do século XIX. In _____. **Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. pp. 1-25. (Originalmente publicado em 1978b).

_____. **História da sexualidade Volume II: O uso dos prazeres**. 13. ed. São Paulo: Edições Graal, 2009. (Originalmente publicado em 1984).

_____. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

_____. **História da sexualidade Volume I: A vontade de saber**. 16.ed. São Paulo: Edições Graal, 2005. (Originalmente publicado em 1976).

_____. **Os anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)**. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **L'ordre du discours. Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970**. Paris, Gallimard, 1971.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In FREUD, S. **Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos: 1901-1905**. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1996. (Originalmente publicado em 1905).

GARCIA-ROZA, L.A. **Freud e o inconsciente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2013. (Originalmente publicado em 1984).

GOODSON, P.; MCCORMICK, D.; EVANS, A. Sex and the Internet: A survey instrument to assess college students behavior and attitudes. **CyberPsychology and Behavior**, 3 (2), pp. 129-149, 2000.

GOTLIB, D.A.; FAGAN, P. Mean streets of cyberspace: Sex education on the Internet's world wide web. **Journal of Sex Education and Therapy**, 22 (1), pp. 79-83, 1997.

GOULD, S.J. **Ontogenia y filogenia: La ley fundamental biogenética**. Barcelona: Editorial Crítica, 2010. (Originalmente publicado em 1977).

GREENFIELD, D.N. Psychological characteristics of compulsive Internet use: A preliminary analysis. **CyberPsychology and Behavior**, 2 (5), pp. 403-412, 1999.

_____. **Cybersexual Abuse Test**. Disponível em <http://virtual-addiction.com/cybersex-test/>, acesso em 10 de janeiro de 2014.

GRIFFIN, E.; MORIARTY, J.; DELMONICO, D.L. **Cybersex Unhooked: A Workbook for Breaking Free of Compulsive Online Behavior**. Center City, MN: Hazelden Educational Materials, 2001.

GRIFFIN-SHELLEY, E. The Internet and sexuality: a literature review – 1983-2002. **Sexual and Relationship Therapy**, Vol. 18, No 3, pp. 355-370, 2003.

GUATTARI, F. **Psicanálise e Transversalidade: Ensaio de análise institucional**. São Paulo: Ideias e Letras, 2004. (Originalmente publicado em 1974).

_____. **Caosmose: Um novo paradigma estético**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. **O inconsciente maquínico – Ensaio de esquizo-análise**. Campinas: Papirus, 1988.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica – Cartografias do desejo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

HOFFMAN, D.L.; NOVAK, T.P. A detailed analysis of the conceptual, logical and methodological flaws in the article “Marketing pornography on the information superhighway”, 1995. Disponível em <http://www.sics.se/~psm/kr9512-004.html>, acesso em 10 de janeiro de 2014.

KAAN, H. **Psychopathia Sexualis**. Leipzig: Voss, 1844.

KAFKA, M. P. Hypersexual disorder: A proposed diagnosis for DSM-V. **Archives of sexual behavior**, v. 39, n. 2, pp. 377-400, 2010.

KIM, P.Y.; BAILEY, M. Side streets on the information superhighway: Paraphiliacs and sexual variations on the net. **Journal of Sex Education and Therapy**, 22 (1), pp. 35-43, 1997.

KRAFFT-EBING, R. Von. **Psychopathia Sexualis**. [S.I.]: Forgotten Books, 2012. Disponível em <http://www.forgottenbooks.org/books/Psychopathia_Sexualis_1000005886>. (Originalmente publicado em 1886).

KRAFFT-EBING, R. Von. **Psychopathia Sexualis: As histórias de caso**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Originalmente publicado em 1886).

LEIBLUM, S. R. Sex and the net: Clinical implications. **Journal of Sex Education and Therapy**, 22 (1), pp. 21-28, 1997.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2010. (Originalmente publicado em 1997).

_____. **O que é o virtual?** 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2011. (Originalmente publicado em 1995).

LUNI, I.; KRAZANSKAYA, J.; MALIKHOVA, L.; LIGHT, L.; BRANDT-SORHEIM, P. Use of the Internet for sex education in Russia. **Journal of Sex Education and Therapy**, 22 (1), pp. 74-78, 1997.

MAXWELL, K.E. **A sexual odyssey: From forbidden fruit to cybersex**. New York: Plenum Press, 1996.

MCGRAW, D.K. Sexual harassment in cyberspace: The problem of unwelcome email. **Rutgers Computer and Technology Law Journal**, 21, pp. 491-518, 1995.

MEAD, M. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011. (Originalmente publicado em 1935).

MENDES, N.M.S. **O impacto do cibersexo na qualidade de vida e na saúde mental**. Lisboa, 2011. 81p. Dissertação de mestrado – Faculdade de Psicologia,

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Disponível em <http://hdl.handle.net/10437/1703>. Acesso em 20 de agosto de 2012.

MIZOGUCHI, D H. **Segmentariedades: passagens do leme ao pontal**. São Paulo: Editora Plêiade, 2009.

NARVAZ, M.; KOLLER, S.H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicol. estud.** [online]. 2006, vol.11, n.3 [cited 2014-01-14], pp. 647-654. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1413-7372. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>. Acesso em 14 de novembro de 2013.

NEWMAN, B. The use of online services to encourage exploration of ego-dystonic sexual interests. **Journal of Sex Education and Therapy**, 22 (1), pp. 45-48, 1997.

NICHOLS, T. E. **The Communications Decency Act: A Legislative History**. Disponível em <http://pdfcast.org/download/the-communications-decency-act-a-legislative-history.pdf> . Acesso em 08 de fevereiro de 2014..

NICOLACI-DA-COSTA, A.M. Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, vol.18, nº2, agosto de 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722002000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 21 de agosto de 2012.

_____. Primeiros contornos de uma nova "configuração psíquica". **Cad. CEDES**, Campinas, v. 25, n. 65, Apr. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622005000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de outubro de 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622005000100006>.

_____. (Org.). **Cabeças Digitais: O cotidiano na era da informação**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NODIN, N.; LEAL, I.; CARBALLO-DIÉGUEZ, A. Através da máquina é mais fácil – Definições e reacções ao conceito de cibersexo: **Conferência IADIS Ibero-Americana WWW/Internet 2008**. Disponível em www.iadisportal.org.br. Acesso em 29/05/2012. ISBN: 978-972-8924-72-0.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. (Org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PLAUT, M. Sex and the net: Online ethics: Social contracts in a virtual community. **Journal of Sex Education and Therapy**, 22 (1), pp. 84-91, 1997.

PORTO, E. **Dicionário Editora Francês-Português**. Porto, Porto Editora, 2012.

RIMM, M. Marketing pornography on the information superhighway: A survey of 917,410 images descriptions, short stories and animations downloaded 8.5 million times by consumers over 2000 cities in forty countries, provinces, and territories. **Georgetown Law Review**, 83, pp. 1849-1934, 1995.

ROBINSON, P.; TAMOSAITIS, N. **The Joy Of Cybersex: An Underground Guide to Electronic Erotica**. New York, Brady, 1993.

ROSS, M.W. Typing, doing and being: Sexuality and the Internet. **Journal of Sex Research**. New York Vol. 42, pp. 342-352. 2005.

ROSS, M.W.; KAUTH, M.R. Men who have sex with men and the Internet: Emerging clinical issues and their management. In COOPER, A. (Ed.). **Sex and the Internet: A guidebook for clinicians**. New York: Brenner-Routledge, 2002.

RUSSO, Jane A.; ROHDEN, Fabíola; TORRES, Igor and FARO, Livi. O campo da sexologia no Brasil: constituição e institucionalização. *Physis [on-line]*, 19 (3), pp.617-636, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000300004&lng=en&nrm=iso. ISSN 0103-7331. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000300004>. Acesso em 23/09/2013,

SAWAYA, M.R. **Dicionário de Informática e Internet**. São Paulo: Nobel, 1999.

SCHNARCH, D. Sex, intimacy and the Internet: **Journal of Sex Education and Therapy**, 22 (1), pp. 15-20, 1997.

SCHNEIDER, J. Effects os cybersex addiction on the family: Results of a survey. **Sexual addiction and Compulsivity: Journal of Treatment and Prevention**, 7 (1-2), pp. 31-58, 2000a.

_____. A qualitative study of cybersex participants, gender differences, rrecovery, issues, and implications for therapists. **Sexual addiction and Compulsivity: Journal of Treatment and Prevention**, 7 (1-2), pp. 250-278, 2000b.

SCHNEIDER, J.; WEISS, R. **Cybersex exposed: Simple fantasy or obsession**. Center City, MN: Hazelden Educational Materials, 2001.

SHAW, J. Treatment rationale for Internet infidelity. **Journal of Sex Education and Therapy**, 22 (1), pp. 29-34, 1997.

SILVA, A.C. da. **Interação sexual: Perspectiva etológica do dimorfismo sexual humano**. 116 f, Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada) – ISOP, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

STEARNS, P.N. **História da sexualidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

TANNAHILL, R. **O sexo na história**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1983.

TURKLE, S. **Life on the screen: Identity in the age of the Internet**. New York: Simon & Schuster, 1995.

VAN GELDER, L. The strange case of the electronic lover. **Ms.** pp. 94, 99, 101-104, ,117, 123-124, 1985. Disponível em <http://lindsayvangelder.com/clips/strange-case-electronic-lover>, acesso em 07 de agosto de 2013.

WEINRICK, J.D. Strange bedfellows: Homosexuality, gay liberation, and the Internet. **Journal of Sex Education and Therapy**, 22 (1), pp. 58-66, 1997.

WEISS, R. **Cybersex addiction screening test.** Disponível em <http://www.sexualrecovery.com/resources/self-tests/csat.php>. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Defining sexual health**, 2006. Disponível em http://www.who.int/reproductivehealth/publications/sexual_health/defining_sh/en/index.html. Acesso em 04 de abril de 2013.

YOUNG, K. S. **Internet addiction: The emergence of a new clinical disorder.** Poster presented at the 104th Annual Convention of the American Psychological Association in Toronto, Canada, August, 16, 1996a. Disponível em <http://netaddiction.com/articles/newdisorder.pdf>, acesso em 10 de novembro de 2012.

_____. Psychology of computer use: XL. Addictive use of the Internet: a case tha breaks the stereotype. **Psychological Reports**, 79, pp. 899-902, 1996b.

_____. Internet Addiction: Symptoms, Evaluation, And Treatment. In L. VandeCreek & T. Jackson (Eds.). **Innovations in Clinical Practice: A Source Book** (Vol. 17; pp. 19-31), 1999. Sarasota, FL: Professional Resource Press.

_____. **Profiling cybersex addiction and true online pedophilia among virtual sex offenders.** Poster presented at the 108th Annual Meeting of the American Psychological Association in Washington DC, EUA, August, 4, 2000. Disponível em http://netaddiction.com/articles/eia_pedophilia_profile.pdf, acesso em 10 de janeiro de 2014.

_____. **Tangled in the web: Understanding cybersex from fantasy to addiction.** New York: 1st Books Library, 2001.

_____. Profiling online sex offenders, cyber-predators, and pedophiles. **Journal of Behavioral Profiling**, 5 (1), 18 páginas, 2005.

_____. **Cybersex addiction test.** Disponível em <http://netaddiction.com/cybersex-self-test/>. Acesso em 16 de dezembro de 2013.

_____. Treatment outcomes using CBT-IA with Internet-addicted patients. **Journal of Behavioral Addictions**, 2 (4), pp.209-215, 2013.

YOUNG, K. S., ABREU, C. N. **Dependência de Internet – Manual e Guia de Avaliação e Tratamento**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

YOUNG, K. S.; PISTNER, M.; O'MARA, J.; BUCHANAN, J. Cyber-disorders: The mental health concern for the new millenium. **CyberPsychology & Behavior**, 3 (5), pp. 475-479, 2000.

YOUNG, W. C. The organization of sexual behavior by hormonal action during the prenatal and larval periods in vertebrates. In F.A. Beach (Ed.) **Sex and behavior**, John Willey & Sons, New York, 1965.

ZALDÍVAR, S.S. DÍEZ, I.I. Nuevas Dimensiones, Nuevas adicciones: La Adiccional al Sexo en Internet. **Intervención Psicosocial**, 18 (3), pp. 255-268, 2009.

ZOURABICHVILI, F. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Sinergia: Ediouro, 2009.